

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

*BANCO MUNDIAL:
um sonho de um mundo livre da pobreza?*

SONIA REGINA MARTINS

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MÁRCIA DE PAULA LEITE

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por Sonia Regina Martins e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: ___/___/___

Assinatura: _____

Comissão Julgadora

2000

*À minha **MÃE** (in memoriam) com profundo amor, admiração, gratidão e reconhecimento pela lição de vida, dedicação e generosidade.*

Agradecimentos

Não teria sido possível concluir esse trabalho sem a colaboração de pessoas e instituições.

Em primeiro lugar, quero agradecer à Márcia, orientadora e amiga, que muito tem me ajudado nesse percurso, do ponto de vista intelectual, com suas leituras, observações e sugestões inteligentes e principalmente, do ponto de vista pessoal ao acreditar e confiar, mesmo nos momentos mais difíceis desse processo.

À Liliana pelas sugestões e discussões durante todos esses anos, que muito têm me estimulado intelectualmente, sempre trazendo textos novos e boas interpretações. Ao Heloani, também pelas questões teóricas muito pertinentes no seu curso e na sua leitura do trabalho e sempre pronto para conduzir as situações da melhor maneira para o grupo. Ambos fizeram parte da banca de qualificação e suas sugestões foram extremamente importantes.

Ao Bryant, pela leitura e observações inteligentes e também pela amizade de longa data.

Ao Departamento de Educação pelas várias concessões que me fizeram, principalmente, no que se refere aos aspectos normativos e disciplinares da instituição. À Ana, coordenadora de pós-graduação que procurou facilitar ao máximo as condições dessa defesa. Quero agradecer também às moças da secretaria, principalmente à Nadir pela paciência com a minha indisciplina e intolerância com as regras. E também pela sua amizade.

Aos colegas e amigos do curso de mestrado e doutorado pela convivência, amizade e discussões, Edson, Edu, Maria Rosa, Demerval e tantos outros com quem compartilhei muitas das questões que motivaram a tese.

Á Selma, também devo um agradecimento especial, amiga e companheira de trabalho, que além de ter facilitado a realização da dissertação, tenho compartilhado um momento difícil da vida.

Ao pessoal da Escola Sindical de São Paulo pela rica convivência intelectual e solidariedade, especialmente ao Alex, que concedeu-me um tempo para a redação da dissertação e também por haver acreditado no meu trabalho. Ao Hélio e ao Dari com quem muito tenho aprendido no trabalho da Escola, tanto nas discussões teóricas como na convivência pessoal.

Á Faculdade Oswaldo Cruz, onde trabalho há alguns anos, tendo uma relação profissional bastante estimulante com a diretoria, professores e alunos. E um agradecimento especial ao Moacyr e Laurinda, do curso de licenciatura e pós-graduação.

Á CAPES, pelo apoio financeiro durante o curso e sem o qual este trabalho não poderia se realizar.

Á Heloísa, pelo seu trabalho altamente competente e qualificado, bem como pela paciência e “força” para eu terminá-lo.

E, finalmente, agradeço à minha família, especialmente aos meus pais e irmãos, que sempre acreditaram em mim e com os quais aprendi o valor fundamental da solidariedade, principalmente num momento de perda e separação de uma pessoa muito querida.

Resumo

Este trabalho pretende investigar alguns dos fundamentos da ideologia neoliberal, através do exame dos relatórios anuais do Banco Mundial ou BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento), produzidos sobre os temas do Desenvolvimento do Trabalho e da Educação na atualidade.

As teses do Banco foram confrontadas com uma bibliografia crítica, principalmente quanto aos aspectos sociais das políticas neoliberais, por terem contribuído para o aumento das diferenças entre ricos e pobres do planeta. Partindo de uma reflexão sobre o slogan de suas publicações: um sonho de um mundo livre de pobreza, procuramos analisar alguns dos pressupostos que apoiam as estratégias de desenvolvimento propostas pelo Banco aos países, principalmente para aqueles “em desenvolvimento”, tendo como objetivos explícitos, o crescimento econômico e combate à pobreza.

Abstract

This work aims to investigate some bases of the neoliberal ideology from studying some published annual reports of the World Bank on themes like **development work** and **education**.

The thesis and tendencies of the World Bank were confronted to a critical bibliography study, mainly, focusing the social aspects of the neoliberal policies. It is considered that these policies have been increasing the difference between the rich and poor people in the planet. It is studied the bases which support strategies of the development through statement such as *a dream of a world free of poverty* of the World Bank, proposed to developing countries with following up goals like economical growing and struggle against poverty as well.

Índice

Agradecimentos

Resumo

Apresentação 1

Introdução 3

Capítulo I

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O CONTEXTO
ATUAL 13

Capítulo II

SOBRE O TEMA DESENVOLVIMENTO 50

Capítulo III

SOBRE O TEMA TRABALHO 83

Capítulo IV

SOBRE O TEMA EDUCAÇÃO 138

Considerações finais 161

Referências Bibliográficas 164

Apresentação

Este trabalho pretende investigar alguns dos fundamentos da ideologia neoliberal, através do exame dos relatórios anuais do Banco Mundial ou BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento), produzidos sobre os temas do desenvolvimento, do trabalho e da educação na atualidade.

Partindo de uma reflexão sobre o slogan de suas publicações: *um sonho de um mundo livre da pobreza*, procuramos analisar alguns dos pressupostos que apoiam as estratégias de desenvolvimento propostas pelo Banco aos países, principalmente para aqueles “em desenvolvimento”, tendo como objetivos explícitos, o crescimento econômico e o combate à pobreza. Neste sentido, dividimos o trabalho em cinco partes. Na Introdução procuramos discutir algumas características da sociedade atual, tendo como eixo suas contradições, polarizações e oposições mais marcantes que se refletem também nas pesquisas, estudos e trabalhos acadêmicos, através dos temas privilegiados por uma bibliografia que floresceu nas duas últimas décadas.

No Capítulo I, colocamos algumas idéias e opiniões que constituem pontos divergentes entre intelectuais acerca da atual estratégia de desenvolvimento e cujo debate está centrado na idéia de **modelo único** para as diferentes realidades dos países.

No Capítulo II, privilegiamos a análise do tema do desenvolvimento, contrapondo duas visões: a do Banco, cuja preocupação central é desimpedir o livre curso para a economia de mercado e a crítica, que aponta a redução do problema aos seus aspectos puramente mercantis.

No Capítulo III, focamos a questão do trabalho, tomando como eixo as transformações que ocorrem nesse âmbito e as posições do Banco sobre algumas das teses vigentes, como a flexibilização das relações de trabalho e desregulamentação dos direitos. Também neste capítulo, fizemos um contraponto com as análises produzidas por uma bibliografia crítica ao modelo hegemônico.

No Capítulo IV, discutimos algumas idéias do Banco sobre o papel da educação, centrando nossa análise no conceito de capital humano.

E, finalmente, concluímos com algumas considerações sobre o caráter de legitimação do discurso “humanista” e “social” do Banco ao processo de transição e transformações em curso.

Introdução

Desde a década de oitenta, um novo vocabulário foi reinventado para interpretar e traduzir as transformações e tendências que se delineavam no cenário internacional e afetavam diferentemente as três categorias de países, definidas de acordo com os critérios de classificação de seu desenvolvimento e do seu lugar na Divisão Internacional do Trabalho. As características gerais de sua história, o modelo de desenvolvimento econômico, a natureza dos regimes políticos, as especificidades sócio-econômicas e políticas e o progresso social, que reflete na qualidade de vida da população, eram alguns desses critérios que resultaram na classificação de três ou quatro regiões geo-políticas heterogêneas, que para serem explicadas demandavam conceitos próprios.

Essas singularidades foram deixando de ser significativas dos diferentes processos de desenvolvimento ou de concepções de progresso e da identidade histórica dos povos, na medida em que termos como globalização, neoliberalismo, modernização, reestruturação produtiva, revolução tecnológica, passaram a freqüentar assiduamente a literatura acadêmica, a mídia, os programas de cursos das faculdades e até o cotidiano das pessoas, especialmente no seu local de trabalho.

Esses termos vinham revestidos de conotações positivas para os apologistas do “novo”, das quais gostaríamos de destacar três ordens de questões. Em primeiro lugar, eles representavam a vitória do moderno contra formas obsoletas de produzir, de acumular e de regular a vida social, rompendo barreiras e paradigmas que impediam o processo de modernização. Em segundo lugar, ao homogeneizar os diferentes processos históricos de constituição do capitalismo ou do desenvolvimento econômico, no caso dos países socialistas, esses termos simplificavam as realidades distintas e sinalizavam as mesmas etapas do percurso para a realização do progresso. E, por último, eles se afiguravam como portadores de uma nova ordem mundial caracterizada pela equidade das relações entre as

nações e os povos, pois promoveriam as condições para eliminar os privilégios e as desigualdades.

No entanto, na medida em que o processo foi avançando, outros termos tiveram que ser utilizados para dar conta da sua complexidade, já que ele se mostrava cada vez mais contraditório e desigual. Assim, exclusão social, desemprego estrutural, precarização e segmentação do mercado de trabalho e crescimento da pobreza, foram incorporados ao novo vocabulário e passaram, então, a se constituir em temas complementares e explicativos da dualidade do atual processo histórico. Esse caráter dual, que se expressa na oposição e antagonismo de termos, conceitos e categorias privilegiadas nas diferentes análises, estão presentes nos estudos de intelectuais, na prática política de partidos, sindicatos e políticos, como também nas visões de agentes sociais que vivenciam de maneiras diferentes as transformações que configuram um período de transição caracterizado por grandes polarizações.

Desse modo, a cada novo termo erigido como categoria explicativa, corresponde um outro que se lhe opõe, e que passou a ser importante também no atual contexto de mudanças, pois expressa a tendência contrária que tem se acentuado na década de noventa, e é sua contrapartida na dinâmica do processo. Este se caracteriza por diversas contradições entre as quais gostaríamos de ressaltar a intensificação dos fluxos financeiros, produtivos e comerciais entre os países de todos os continentes, processo este conhecido pelo termo globalização, corresponde ao crescimento das desigualdades sociais internas e entre nações e outras características que revelam um quadro social muito polarizado entre ricos e pobres. A produção globalizada ou a internacionalização do processo produtivo tem como contrapartida a apropriação privada e concentrada nas empresas transnacionais. Assim como o desenvolvimento do capitalismo ou a acumulação do capital em âmbito mundial convive com instituições políticas nacionais. Em contraposição às mudanças que ocorrem no nível da organização das empresas, conhecidas como reestruturação produtiva, encontramos a desestruturação do mundo do trabalho. Ao emprego de novas tecnologias tem-se como correspondência social negativa o seu impacto sobre o mercado de trabalho, resultando no intenso desemprego. Às novas qualificações exigidas pelo mercado de trabalho contrapõe-se uma grande parcela da população que trabalha de forma precarizada, e que constitui a grande maioria daqueles considerados desqualificados. A hegemonia da ideologia neoliberal, que se justifica através de um discurso democrático, gerou um

esvaziamento político das instituições e uma valorização do individualismo dificultando que propostas políticas alternativas possam se expressar, o que tem caracterizado uma situação de “despolitização” da sociedade civil. O intenso aumento da produtividade decorrente de vários fatores, entre eles, a introdução de novas tecnologias, as mudanças organizacionais, a intensificação do trabalho daqueles que continuam incluídos no mercado de trabalho têm sinalizado para uma tendência à redução do mercado consumidor. A contradição entre o grande aumento do trabalho morto e a diminuição do trabalho vivo, torna a força humana de trabalho quase desnecessária. Em síntese, ao novo modelo de acumulação de capital e regulamentação social, corresponde o crescimento da pobreza e da exclusão social, o crescimento da marginalidade e o incremento do *apartheid* social.

Dentro desse vasto campo temático, surgiram vários estudos no exterior e no Brasil, a partir dos anos oitenta, inseridos na fronteira ou numa área de intercessão entre a ciência e a ideologia, contendo duas características fundamentais:

- referem-se aos aspectos relevantes da transição de um modelo para outro, cujas análises estão calcadas numa explicação científica, qualquer que seja o tema eleito;
- a tomada de posição, a ênfase ou o privilegiamento de uma das duas tendências gerais inscritas no processo de transição, que atribuem-lhe esse caráter dual, produzindo assim, a defesa ou a crítica do novo modelo.

Dentro da primeira característica, que se refere à transição, poderíamos citar alguns exemplos. Tomando-se como foco o tema da globalização, o seu estudo por grande parte da bibliografia tem a preocupação de analisar como ocorreu o desenvolvimento da tendência à internacionalização do capital até chegar ao momento em que sua acumulação ocorre além das fronteiras nacionais, tendência esta representada pelas empresas transnacionais. Privilegiando-se o tema da reestruturação produtiva, a preocupação volta-se para a análise da transição do modelo fordista de produção para a chamada produção flexível. Considerando a questão mais política e ideológica, grande parte das investigações está centrada na análise da ruptura do padrão de desenvolvimento no qual o estado nacional era o elemento central do processo de acumulação capitalista e a disputa ideológica pelo seu controle era bastante acirrada, para um outro, onde as atribuições do estado são diferentes e o conflito ideológico perdeu a radicalidade. Nesse caso é interessante observar que no âmbito político e ideológico, ocorre uma tendência contrária à situação que estamos caracterizando como

“dual” ou polarizada em termos sociais, pois o debate ideológico fragilizou-se, aproximando-se mais do centro político e afastando-se dos pólos representados anteriormente pelas correntes de esquerda e de direita.

Elegendo-se a análise da introdução das novas tecnologias, procura-se mostrar a mudança de um padrão tecnológico para outro de base microeletrônica e como esse fato vem incidindo na natureza e nas relações de trabalho. Enfim, qualquer dos temas escolhidos para analisar o momento atual está referido a um contexto de transição, cujos estudos procuram fundamentar-se cada vez mais em pesquisas e aprofundar na compreensão dos temas com base num arcabouço conceitual e científico.

A outra característica, acima mencionada, da literatura produzida nas décadas de oitenta e noventa para explicar esse período de transição, se refere ao posicionamento favorável ou crítico ao modelo que vem se desenvolvendo e sendo colocado em prática pelas políticas econômicas ou planos de governo em diversos países do mundo. Nesse sentido, a defesa ou a crítica desse modelo tem expressado o movimento contraditório do processo em curso, caracterizado pelas duas tendências gerais e antagônicas que lhe conferem o caráter de dualidade.

Dentro dessa divisão, desenvolvem-se também projetos, propostas e estratégias de desenvolvimento no sentido indicado pelo modelo, ou seja, no sentido favorável às tendências em curso ou no sentido inverso, de crítica ao modelo, a partir da qual começam a se esboçar novas teses e propostas alternativas.

No âmbito dessa discussão, algumas questões gerais são importantes para demarcar dois campos distintos ou opostos, ou dois projetos diferentes de sociedade. De acordo com essa perspectiva, alguns conceitos, termos ou palavras adquirem relevância por expressarem tendências do processo e novos significados atribuídos pelo atual contexto de mudanças.

Queremos fazer uma ressalva em relação à caracterização que estamos fazendo do processo como **dual** e utilizando o termo **dualidade** para analisá-lo. Estamos nos referindo aos pólos de um processo social que produzem tendências antagônicas e opostas e se expressam também nas análises e visões do mundo. No entanto, entre essas características polarizadas do atual processo em curso, temos um *continuum* de possibilidades, combinações e imbricações que se arranjam, produzindo sempre a singularidade que se diferencia dos pólos. E assim, também, ocorre com a produção acadêmica em torno dos temas de suas análises, que não se pautam por uma linha nítida dentro de um campo teórico plenamente delimitado que se opõe a outro. Mais uma vez, estamos procurando mostrar, justamente, os pontos mais antagônicos e contraditórios das questões discutidas.

O conceito de desenvolvimento se enquadra nessas considerações, porque comporta as duas visões gerais, sendo que uma delas enfatiza o seu vetor externo, voltado para o mercado mundial e globalizado, enquanto a outra visão tem acentuado a relevância da soberania nacional e o fortalecimento do mercado

interno como objetivo das políticas de desenvolvimento dos países, especialmente, aqueles considerados em desenvolvimento ou “emergentes”, ou pertencentes à categoria de terceiro mundo.

O tema do trabalho também tem sido objeto de oposição e posições divergentes das duas tendências ou visões gerais do atual processo. Uma delas tem defendido e implementado a flexibilização das relações e desregulamentação dos direitos do trabalho, enquanto a crítica tem se pautado pela análise das dimensões sociais dessa prática, tomando a defesa dos direitos históricos dos trabalhadores.

Outra questão central no debate atual refere-se ao papel, às funções, atribuições, e limites do estado. Nessa discussão, a questão geral que divide as duas tendências é a da relação entre poder público e poder do mercado, sendo que para a primeira tendência, o mercado é soberano, portanto, os fatores econômicos devem prevalecer sobre a dimensão política. Para a crítica dessa visão, os aspectos políticos e o caráter público do poder, representado pelo estado como expressão de diferenças sociais, devem predominar sobre os interesses privados, na medida em que nele devem se manifestar os conflitos da sociedade civil, da vontade de uma maioria, e também, porque ampliou-se o seu campo de intervenção e atuação com o estado do bem-estar social, que se constituiu também numa conquista histórica de grande parcela da população mundial.

Outro tema que tem mobilizado um amplo debate, discussões e polêmicas, além de estar inspirando uma intensa produção acadêmica é o da educação. Dois pontos centrais têm merecido a atenção dos especialistas nessa área: o significado da centralidade do conhecimento e o peso atribuído à educação escolar nesse processo de transformações e as mudanças efetivas que estão ocorrendo nesse setor. Estas estão sendo colocadas em prática através das políticas educacionais em vários países do mundo, e no Brasil, especialmente, no atual governo. Nessa questão, poderíamos estabelecer um divisor de águas entre uma corrente que propugna uma educação mais técnica, mais adaptada ao mercado de trabalho e mais aplicada às novas tecnologias, e que também faz a defesa da privatização, pelo menos, do ensino de terceiro grau, em detrimento de uma formação de cunho mais humanista, mais reflexiva e com a preocupação de ter maior profundidade na abordagem dos assuntos, como tem se pautado a vertente crítica, que também defende o ensino público. É importante ressaltar que a primeira tendência associa a educação com a promoção da equidade, enquanto, do outro ponto de vista, se faz a crítica a essa noção, na medida em que ela vem ocupando o lugar da histórica reivindicação de igualdade de oportunidades que a educação deveria promover.

Além desses temas gerais há duas questões muito relevantes que devem ser consideradas porque estão presentes na discussão de cada um deles. Uma delas se refere ao reconhecimento de se estar vivendo um contexto de transição, pela importância atribuída à necessidade de realização de reformas. Esse campo também estabelece uma separação de posições, pois em torno dela há um intenso debate acerca da natureza das reformas. A primeira tendência tem enfatizado a necessidade de realizar as reformas, sobretudo, na área econômica, financeira, no âmbito das funções e atribuições do estado, segundo a linha de promover as

políticas de ajuste necessárias para a inserção dos países no mercado globalizado, ao passo que para a segunda vertente se trata de realizar reformas estruturais dentro de uma perspectiva social. A questão das reformas está diretamente associada ao campo das ações e da prática política que implicam na elaboração de projetos, planos e programas de partidos e governos.

Nesse sentido, cabe uma observação a respeito de um certo deslocamento do termo de um determinado referencial teórico e político para outro que tem se pautado por uma grande ênfase nos seus aspectos mercantis e tecnológicos. A compreensão desse deslocamento passa por uma comparação com outro momento histórico em que a valorização do progresso era bastante acentuada pelas políticas econômicas, projetos de desenvolvimento e análises científicas de intelectuais vinculados a partidos ou universidades. Trata-se do período conhecido como os “anos de ouro” do desenvolvimento capitalista, onde havia uma maior conjugação entre a lógica econômica de acumulação de capital com as exigências sociais dos trabalhadores assalariados, ou então, um maior equilíbrio entre os interesses do capital e os do trabalho. Embora essa afirmação refira-se mais aos países desenvolvidos ou identificados com a categoria de primeiro mundo, ela também atinge os países de capitalismo tardio, ou periféricos, ou em desenvolvimento, na medida em que nesses países também a distância e o fosso entre os dois pólos sociais não eram tão acentuadas.

Além dessa maior preocupação com a questão social nesse período, a realização do progresso se fazia e estava circunscrita a um espaço compreendido nos limites do estado nacional, fosse através de políticas econômicas keynesianas, nacionalistas, e populistas e desenvolvimentistas ou socialistas, de modo que o sentido do progresso tinha uma determinação nacional dominante. Historicamente o conceito de progresso está vinculado a um ideário das classes dominantes, pois além destas sempre se apropriarem da maior parcela dos seus resultados, ele constitui um dos fundamentos de toda a construção ideológica da classe burguesa na época moderna. No entanto, no decorrer do século XX, especialmente na sua segunda metade, após a segunda guerra mundial que se caracteriza pela consolidação da acumulação monopolista de capitais, pelas relações imperialistas entre as nações e grande avanço das empresas multinacionais nos países de terceiro mundo, o nacionalismo adquiriu um caráter de auto-afirmação desses países, vinculando-se assim, também a um ideário de esquerda. Pois foi se associando cada vez mais aos valores defendidos por essa corrente política, como justiça social, igualdade de oportunidades, soberania nacional e ampliações dos direitos políticos para um conjunto cada vez maior da população. Nesse sentido, o conceito contemplava, de algum modo, a realização de dois valores fundamentais da modernidade que são, abstratamente, a igualdade e a liberdade para um número crescente de pessoas. Nessa perspectiva, o conceito de progresso carregava consigo elementos de um projeto de sociedade em que haveria maior equilíbrio na distribuição da riqueza e do poder, e que resultava e se expressava num intenso conflito político e ideológico.

A questão teórica de fundo, nesse debate, e que perpassa todos os temas é o conceito de progresso. Sobre essa questão, gostaríamos de ressaltar alguns pontos que se referem à sua relevância na história do capitalismo, da modernidade e das idéias e teorias produzidas para explicar-lhes e interpretar-lhes. Neste sentido, queremos apontar três dimensões que consideramos essenciais para a compreensão desse conceito na sociedade capitalista. A primeira refere-se à valorização dos fatores econômicos, sobretudo do trabalho, como fonte de riqueza e realização do progresso, sendo esta a matriz do pensamento econômico liberal, marxista, etc., que surge e desenvolve-se tendo como referência as revoluções industriais (Buarque, 1994). O intenso processo de produção de mercadorias, a incessante modernização dos processos produtivos, a extrema valorização do crescimento econômico são características fundamentais que a atividade econômica adquiriu na modernidade e como elementos explicativos das teorias sobre a dinâmica da sociedade e do sentido da história (Murteira, 1995). O elemento econômico adquiriu autonomia em relação ao social e tende de alguma forma a conduzir o processo global de mudança societal, suscitando várias análises de interpretações. Nesse caso, vale registrar as visões de dois autores clássicos sobre o tema. Um pensador crítico do capitalismo, Karl Polanyi (1980), que profetizou o fim do “mercado auto-regulador”, por ser destruidor do tecido social e o autor considerar que a autonomia das forças de mercado deveriam ser domesticadas e controladas pela sociedade civil. Em contraposição, a posição Schumpeter (1988), é de reconhecimento dos aspectos positivos dessa autonomia na capacidade endógena ao sistema de incessante transformação das estruturas produtivas.

A segunda dimensão do conceito que também queremos sublinhar é a sua importância na produção das idéias, da ciência e da tecnologia, a partir do princípio da razão como único critério da verdade do conhecimento do mundo. Esta matriz iluminista influenciou toda a tradição teórica no mundo ocidental, de acordo com a qual, podemos ressaltar a sua representação do tempo como contínuo e linear, a visão normativa e evolucionista que implica na passagem de formas elementares a formas de organização social cada vez mais complexas e o seu alvo da sociedade perfeita. Esta pode ser atingida pelo equilíbrio dos fatores de mercado, como na tradição liberal ou pela projeção da utopia da sociedade igualitária, através do desenvolvimento das forças produtivas, segundo a visão marxista, sendo ambas contribuições essenciais para o desenvolvimento da noção de progresso. As duas vertentes se apoiam no pressuposto do trabalho como condição de realização do progresso (Arendt, 1981).

E a terceira dimensão do conceito está no modo como o trabalho realiza e viabiliza o progresso através da disciplina da força de trabalho e da ideologia do trabalho e sua crença na igualdade de oportunidades, de ascensão e mobilidade social, desenvolvidas pelas diversas instituições sociais como o estado, escola, religião, família, meios de comunicação, etc. (Foucault, 1977).

Aqui, a análise da ideologia presente nos discursos dominantes, constitui um campo privilegiado de exploração do tema na medida em que o progresso cria a ilusão de ser homogêneo e encobre o caráter desigual e excludente que ele próprio produz.

A combinação histórica desses diferentes aspectos gerais do conceito de progresso e sua relação com o trabalho produzem concepções diferentes, de acordo com as especificidades de cada época. Cabe colocar uma questão acerca da noção que predomina na atualidade, de acordo com o modelo neoliberal homogêneo. Trata-se do deslocamento dessa noção de um determinado campo de valores, onde havia uma maior aproximação e combinação entre a lógica do desenvolvimento econômico e o progresso humano e social para um campo onde predominam os valores mercantis, econômicos e tecnológicos. Esse deslocamento pode ser apreendido através da substituição do conceito de desenvolvimento, que motivava a formulação de políticas econômicas no âmbito nacional e continha a preocupação com uma relativa distribuição da riqueza, através da apropriação dos ganhos de produtividade entre os diferentes atores sociais, para a valorização do conceito de crescimento ou a redução daquele aos seus aspectos estritamente econômicos que se expressam nos valores de produtividade e competitividade, racionalização e modernização, juntamente com uma distribuição e apropriação mais desigual da riqueza produzida e dos ganhos de produtividade.

Capítulo I

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O CONTEXTO ATUAL

O tema do trabalho relacionado com as questões gerais enunciadas na introdução, ganhou relevância como objeto de pesquisas, estudos, discussões e polêmicas, tendo constituído-se num campo próprio de investigação nas universidades, em centros de pesquisas, sindicatos, etc. Essas preocupações também ganharam muito espaço na mídia recentemente, sobretudo, em publicações dos grandes jornais, devido às manifestações da crise econômica, financeira e social que têm demandado e suscitado mais informações e análises, por parte da imprensa em geral, onde também repercute e expressa-se o debate acadêmico.

Nesse sentido, gostaríamos de mencionar um debate recente entre alguns intelectuais representativos da tradição do pensamento sociológico e econômico no Brasil, pois ele sintetiza algumas das principais teses favoráveis ao atual modelo de acumulação e desenvolvimento trilhado pelo atual governo e também dos argumentos contrários e críticos ao novo modelo.

Dessa última vertente, queremos iniciar com o artigo de Fiori (1999), intitulado: *A Nova Dolarização e o Desenvolvimento Ilusório*. Defendendo a importância de uma análise cuidadosa do tema do desenvolvimento, na atualidade, o autor traça a trajetória do desenvolvimentismo brasileiro através de suas singularidades em momentos históricos privilegiados e compreendidos no período de 1950 a 1980, quando então, teria ocorrido o abandono dessa política econômica e também de sua discussão por parte dos “novos liberais”. O autor estabelece uma periodização de quatro momentos fundamentais na sua história, sendo que os dois primeiros ocorreram no período anterior ao golpe militar de 64 e tinham um caráter progressista, dado pelos principais valores que orientavam as políticas econômicas e planos de desenvolvimento.

O primeiro ocorreu nos anos cinquenta e sua agenda foi elaborada com base na proposta de crescimento econômico acelerado, na integração do mercado interno, na aliança nacional popular, na defesa do regime democrático e do processo de substituição de importações, com melhoria obrigatória na distribuição de renda, para a realização do progresso.

No segundo momento, cujo marco foi o início dos anos sessenta, há um grande questionamento do modelo de substituição de importações por parte da oposição de esquerda, e o desenvolvimentismo

progressista vai adquirindo uma acentuação mais social e reformista pela ênfase na necessidade das reformas sociais através dos programas universalizantes de saúde, educação, dos sistemas de propriedade urbana e agrária contidas no Plano Trienal de 1963, do então ministro Celso Furtado. O ponto comum entre esses dois momentos é o seu caráter popular, democrático, distributivo e nacional, que conferem uma característica progressista ao desenvolvimentismo.

É importante ressaltar nessa discussão que o autor do artigo mantém a vinculação entre progresso e os valores democráticos acima mencionados ao utilizar justamente, a expressão desenvolvimentismo progressista para caracterizar o momento histórico anterior ao regime militar.

O terceiro momento do desenvolvimentismo é caracterizado pela sua fase conservadora após o golpe militar, cujo regime implantado pela coalizão de poder, imprimiu-lhe a marca autoritária, anti-popular e anti-social, promovendo uma grande concentração da renda e polarização social, tratando-se portanto, de um modelo de cunho anti-progressista.

O outro momento ocorreu na primeira hora da transição democrática, entre 1985 e 1988, quando as forças progressistas que vinham se manifestando como oposição ao regime militar desde a segunda metade da década de setenta, tentam revolucionar o desenvolvimentismo conservador com base num outro conjunto de valores, de acordo com o objetivo central de promover o bem estar econômico e social da população brasileira, consagrado na Constituição de 1988. O autor considera que essa nova tentativa de reforma progressista do desenvolvimentismo também sofreu uma derrota imposta pelas mesmas forças que sustentaram o desenvolvimentismo conservador dos militares. Afirma que essas forças de centro-direita encontraram legitimidade e liderança intelectual num grupo que integrava a antiga “frente democrática”, mas que abandonou essa linha das reformas progressistas e aderiu à crítica feita pelo neoliberalismo ao “desenvolvimentismo” em geral. A política econômica resultante dessa coalizão, que está atualmente no poder, segue uma linha traçada pelo modelo de desenvolvimento imposto aos países periféricos pelos organismos internacionais, principalmente, pelo FMI/Fundo Monetário Internacional. E, nessa medida, contraria a visão de progresso colocada pelo autor a respeito do desenvolvimentismo progressista. Assim, o atual modelo de acumulação de capitais contrapõe-se às principais teses identificadas com as forças do progresso que são: 1) a soberania nacional; 2) as reformas sociais e 3) a participação política da população na vida democrática.

A primeira estaria totalmente comprometida pelos acordos firmados entre o governo brasileiro e esses organismos multilaterais, levando à transferência de controle do primeiro para o segundo de sua política monetária, fiscal, comercial e industrial. Esses acordos estariam levando a uma dependência maior da economia brasileira em relação ao capital internacional e a uma perda total da autonomia, principalmente, com a tendência à dolarização de sua economia. Quanto às outras duas, as condições também lhe são

adversas, pela redução de empregos, despolitização das relações econômicas, enfraquecimento dos sindicatos, fragilização dos partidos políticos e dos parlamentos, pela redução da democracia social e política. Assim, da ótica do autor, trata-se de um modelo anti-progressista resultado também, de escolhas e decisões políticas conscientes e ideológicas e não apenas imposições externas.

Numa outra vertente, esta de defesa do atual modelo, estão os argumentos de Rodrigues (1999), no artigo intitulado: *Para o Passado ou para o Futuro*. Partindo de uma crítica aos críticos do atual modelo, esse autor defende o ponto de vista de que eles estão idealizando o passado e propondo, em vão, a superação da atual política neoliberal e da globalização e um retorno impossível aos “anos dourados” do desenvolvimento capitalista. O autor afirma que a crítica ao modelo de desenvolvimento do atual governo está ancorada em antigas teses que sustentaram o modelo getulista e que não correspondem mais às transformações que ocorrem no mundo da globalização nas últimas décadas.

O principal argumento do autor é o da impossibilidade de volta ao passado, ao modelo anterior e às condições históricas que o viabilizaram, pois seus aspectos centrais que eram o intervencionismo estatal e o nacionalismo econômico pertencem a um passado pré-liberal e pré-globalização, que existiu sob modalidades diferentes em todo o mundo ocidental. Em linhas gerais, o autor traça as principais características do modelo anterior para mostrar que as condições históricas da época eram diferentes das de hoje. Assim, intervencionismo estatal, intensa regulamentação do mercado, políticas de bem estar social, hegemonia das doutrinas coletivistas, poder da tecnocracia estatal, dos grandes sindicatos e partidos de esquerda, grandes unidades de produção no sistema taylorista-fordista, produção padronizada de massa, eram os pontos principais do modelo que correspondia à sociedade industrial de massas. As principais condições para um retorno a esse modelo seriam inviáveis, na atualidade. A recuperação da capacidade de investimento do estado e da capacidade de chamar a si a responsabilidade pelo crescimento econômico e realização da justiça social, são impossíveis diante de todas as mudanças no contexto histórico. E também, no plano externo, as condições se modificaram com o fim do socialismo e o triunfo do capitalismo, o terceiro mundo ficou mais dependente dos centros hegemônicos e dos organismos internacionais.

O autor reconhece, no entanto, que as teses que defendem o modelo anterior, caracterizado por ele, como dirigista, burocrático, corporativo, nacionalista e anti-liberal, não estão aniquiladas.

Considerando essas duas tendências presentes no atual momento, o autor divide a sociedade brasileira em dois blocos de forças. Um deles aglutinaria os segmentos interessados na manutenção e conservação da sociedade burocrática. O outro seria composto pelas forças interessadas na mudança e no progresso, na medida em que suas ações políticas sinalizam a ruptura definitiva com as amarras do subdesenvolvimento.

Na análise do autor, as forças progressistas na atualidade, são aquelas que caminham de acordo com o sentido do processo de globalização e de reformas necessárias para acompanhar o ritmo de transição da sociedade industrial para a sociedade de serviços e de lazer.

O principal aspecto que quisemos ressaltar nessa análise é que o processo em curso parece impor-se sobre qualquer possibilidade de uma mudança de rumo impulsionada pelas ações dos homens. Essas perdem seu potencial transformador para adaptarem-se às exigências do momento, de acordo com a lógica imposta pelo processo de transição acima colocado, realizando desse modo, o ‘progresso histórico’, segundo esta perspectiva.

Num outro artigo, Cohn (1999) responde à essa análise de Rodrigues (1999) através dos seus principais argumentos favoráveis ao atual modelo, segundo a perspectiva discutida, de que ele corresponde ao sentido da história e ser contrário a ele significa colocar-se na contramão e portanto ser antiprogressista. *“A alternativa proposta é simples e drástica. Ou se avança para o futuro, no rumo seguido pelo governo ou se desperdiçam esforços na tentativa de voltar a um passado irrecuperável e idealizado”*(1999). Cohn sintetiza muito bem o ponto de vista de Rodrigues, ao afirmar que para este, apostar no fracasso das reformas do governo significa uma dupla perda: a impossibilidade histórica da reversão do modelo neoliberal e também porque se isso acontecesse, seria uma aposta no pior, pois a alternativa apontada pelos críticos incorrem naquelas características que devem ser superadas pelo atual modelo. Refutando a idéia da inelutabilidade da redução do poder do estado diante da alienação do patrimônio nacional, Cohn, afirma que essa tendência é resultado de decisões políticas e não de um certo determinismo do processo, como parece ser a tônica do raciocínio de Rodrigues. Outro argumento rebatido por Cohn é o da presença de grupos de interesses voltados para a conservação do modelo anterior. Segundo o autor, essa argumentação está apoiada em bases frágeis devido à dificuldade em classificar esses grupos, pois qualquer setor da sociedade pode assumir a defesa de interesses particulares, não sendo privilégio de nenhum, em particular. E dentro dessa perspectiva, importa a sua capacidade de defendê-los dentro do estado e não contra ele, sendo assim, difícil definir o limite entre a proteção burocrática estatal e a competição. Além disso, o autor defende a posição da esquerda favorável aos grupos mais fragilizados na atual situação mundial, pois considera que esse é o seu papel histórico. *“O fato é que, num sentido muito profundo do termo, a esquerda tem que estar preparada para ficar na contramão da história”*. Sobre a crítica feita por Rodrigues ao caráter antimoderno da esquerda, Cohn questiona se a luta política contra as atuais tendências, significa conservação do passado e também se essa posição representada por Rodrigues, não estaria de acordo com a concepção de que a história é regida por leis naturais e inexoráveis. E nesse sentido, assume a posição de que para a esquerda é importante o modo como os fatos ocorrem segundo uma concepção de história produzida como relações sociais. Por isso, o seu compromisso é o de intervir no atual processo histórico com o intuito de imprimir-lhe valores como igualdade e justiça social e não o de retornar ao passado. *“A alternativa entre o moderno ajustado e o conservador nostálgico não cabe*

para esquerda alguma que se preze". Cohn se vale de dois argumentos fundamentais: que o processo histórico em curso está aberto a intervenções, valorizando desta maneira, o âmbito das ações políticas, e que também, é eticamente necessária essa influência a partir dos valores históricos defendidos por essa vertente política e teórica. Segundo essa perspectiva, o autor afirma que o momento histórico impõe a exigência de que as oposições de esquerda formulem um projeto civilizatório que envolva uma agenda básica de temas indispensáveis para que as reformas adquiram sentido. *"Trata-se de ter clareza sobre o que as reformas representam quando vistas da perspectiva de políticas de prazo mais longo e com alcance que vá além dos ajustes circunstanciais"*. Nessa linha de análise de uma mudança civilizatória, a proposta do autor é a de redefinição da questão da cidadania, tendo como eixo a construção de um modo de vida, cuja preocupação é articular a formação de capacidades humanas e as condições para aplicá-las. Das considerações desse autor, podemos depreender que o conceito de progresso que pode estar no horizonte de suas preocupações deve, no mínimo, rejeitar uma visão determinista e contemplar a possibilidade da intervenção dos homens no rumo da história, através das ações políticas e da ética humana.

Ainda dentro desse debate atual e complexo acerca de dois possíveis projetos de sociedade ou civilizatórios (como pretende Cohn) e que podem ser vistos como expressões de tendências sociais e culturais inscritas no atual processo, encontra-se o artigo de Santos (1999), intitulado: *Os Deficientes Cívico*. Nele, Santos discute a questão da educação no contexto da globalização a partir de seus principais objetivos no mundo moderno: a formação para o pleno exercício da cidadania e a formação para o mercado de trabalho. Esse artigo é interessante, também, tanto quanto os outros, por estabelecer uma divisão ou separação que venho denominando de dualidade, entre dois campos de preocupações, questões ou perspectivas e que Rodrigues (1999) considerou como dois blocos de forças que representam tendências do atual momento histórico. Partindo da afirmação de que a combinação entre o interesse social e os interesses individuais deveria se constituir na base dos princípios educacionais no que se refere aos conteúdos do ensino, das práticas pedagógicas e da relação da escola com a comunidade e com o mundo, o autor defende a idéia de que a educação concebida e praticada no contexto da globalização é resultado da ruptura desse equilíbrio. A busca do equilíbrio norteou historicamente a evolução da idéia e da prática da educação através de esforços de filósofos, pedagogos e homens de estado. Desse trabalho de gerações resultaram como princípios gerais da educação: o ensino universal (inclusão de todas as pessoas), igualitário (contribuir para eliminar as desigualdades), progressista (perspectiva de futuro sem preconceitos). O autor confronta essa tradição humanista, republicana e democrática da educação com os novos valores e sistemas de referência da época da globalização. Dentro da primeira vertente, o interesse social quanto ao papel da educação se volta para valores como manutenção da identidade nacional, a idéia de sucessão de gerações, vontade de progresso e preservação da cultura. Quanto ao interesse individual no papel da educação, este se refere à construção da

pessoa, sua inserção afetiva e intelectual, sua promoção pelo trabalho, levando o indivíduo a uma realização plena e rica.

O autor defende a idéia de que todo esse esforço histórico de construção da cidadania no campo da educação tem se tornado objeto de marketing político através de uma retórica que justifica uma nova ética baseada na prática da competitividade, na regra de ação individualista, no comportamento egoísta e na lei do interesse sem contrapartida moral

O mundo do pragmatismo triunfante é o mesmo mundo do 'salve-se quem puder', do 'vale-tudo', justificados pela busca apressada de resultados cada vez mais autocentrados, por meio de caminhos sempre mais estreitos, levando ao amesquinamento dos objetivos, por meio da pobreza das metas e da ausência de finalidades. (Santos, 1999).

O autor afirma que o atual projeto educacional é expressão da combinação entre a violência do dinheiro e a violência da informação aliadas à produção de uma visão ideológica do mundo, a um impulso para ações imediatas, visando resultados e dispensando a reflexão para reforçar a aceitação de uma existência instrumentalizada.

Dentro desse quadro econômico, social, político e cultural, a tônica das propostas e políticas educacionais é a formação para o mercado de trabalho e, desse modo, o saber prático e técnico é valorizado em detrimento do saber filosófico. Dessa concepção de educação e de sua prática correspondente, tem-se como resultado uma profissionalização precoce, a fragmentação da formação, uma educação diferenciada de acordo com níveis de qualidade e a tendência de privatização do processo educacional, anulando as conquistas sociais dos últimos séculos. “A escola deixará de ser o lugar de formação de verdadeiros cidadãos e tornar-se-á um celeiro de deficientes cívicos.” Diante dessa situação caracterizada por uma globalização perversa, como a qualifica o autor, ele propõe a retomada do debate pela raiz e, na mesma senda colocada por Cohn, pretende levar a educação a reassumir os seus princípios e valores fundamentais que são: a universalidade, a igualdade e o progresso social.

Em Santos, fica ainda mais clara a posição contrária a essa concepção sobre o progresso, que longe de se constituir numa lógica econômica determinada pela evolução tecnológica, pela produtividade, pela competitividade e realizado por um modelo de crescimento imposto a todos os países, o conceito de progresso está comprometido com valores éticos, sociais, políticos e culturais.

Vamos retomar uma questão colocada na introdução desenvolvida nessa discussão entre os intelectuais, de que a partir dos anos 80, emergiu uma produção acadêmica na área da sociologia, economia, história e outras áreas afins, que poderia estar circunscrita a um campo de conhecimento no qual ciência e ideologia se confundem. Esta questão está fundamentada em duas características da referida literatura que

são: a sua pretensão à cientificidade e ao mesmo tempo uma tomada de posição diante das tendências inscritas no processo. A cientificidade pode ser apreendida a partir das preocupações das análises em estarem referidas à realidade e em compreendê-la através de um instrumental analítico que envolve teorias, métodos, pesquisas, técnicas, dados, etc. A preocupação com uma certa objetividade, precisão e rigor dos termos e conceitos está presente não apenas nas teses e trabalhos acadêmicos, mas também na mídia, através de suas análises, artigos e informações. A linguagem técnica utilizada nas explicações sobre o momento atual e diferentes aspectos do processo de globalização é apenas um sinal dessa preocupação.

Quanto à outra característica, que se refere ao seu cunho ideológico devido ao posicionamento favorável ou crítico em relação às principais tendências do processo, ela foi gradativamente configurando dois campos diferentes de preocupações e valores discutidos neste texto, e que têm se mostrado cada vez mais polarizados.

Diante dessas visões divergentes, alguns políticos e intelectuais apropriam-se de termos como *pessimistas* e *otimistas* ou *vencedores* e *vencidos* para caracterizar as duas posições delineadas no texto, em geral essa apropriação ocorre pelo *vencedor*.

Nesse sentido, queremos expor duas visões antagônicas sobre a questão social no Brasil, através da posição de duas intelectuais, quase da mesma geração. Numa entrevista dada por Ruth Cardoso (1999), ela reconstitui a história do Comunidade Solidária, contando as dificuldades de passar do programa de governo para a ação. Demonstra o seu “otimismo” em alguns momentos da entrevista e gostaríamos de registrar, principalmente, o momento final dessa entrevista. Indagada sobre os possíveis efeitos da crise econômica sobre seus planos e projetos, Ruth Cardoso, responde que não pretende alterá-los, uma vez que essa é uma conjuntura passageira e que, portanto, não ocorre uma mudança significativa na questão social, na medida em que os pobres não são os mais afetados pela crise. “*Pela primeira vez na história do Brasil, não são os pobres que vão pagar pela crise*” (1999). O jornal insiste afirmando que já foram anunciados cortes na área social. Cardoso (1999) responde que os programas de assistência que compõem a rede de proteção social estão garantidos. “*Essa conjuntura não vai acrescentar uma carga adicional aos mais pobres. E ela vai passar.*” (1999). Ela termina enaltecendo o sucesso dos programas do Comunidade, pois este tem se pautado por uma prática que se baseia em conceitos de concursos, competitividade, avaliação, diagnósticos precisos, planejamento cuidadoso e relação custo-benefício. Todo esse aparato científico, técnico e institucional é mobilizado para enfrentar o assistencialismo, tornando a pobreza um objeto de estudo científico e cuja solução técnica são os programas que na prática têm servido para abrandá-la muito pouco significativamente, no máximo, em pequenos pontos ou em poucos microcosmos. Talvez essa solução não seja tão diferente do assistencialismo a não ser pela cientificidade da qual ela se reveste e pela sua preocupação com a eficácia técnica.

Numa outra perspectiva de análise e reflexão, caminha o pensamento crítico e “pessimista” de Chauí que, não por acaso, intitulou seu artigo de: *Uma Ideologia Perversa*. No texto de apresentação da biografia intelectual da autora, Musse (1999) ressalta a sua preocupação com a responsabilidade do intelectual e com a sua prática de não se deixar corromper pelos benefícios do poder e aponta com muita ênfase a contribuição de Chauí para a reflexão sobre ideologia e dominação, temas estes prediletos na trajetória intelectual, política e filosófica da autora. Neste sentido, ele destaca com propriedade sua análise da ideologia como lógica de ocultação do real e contraposta à crítica e não à ciência como acreditava a tradição althusseriana¹. O tema da competência, bem lembrado pelo professor, é privilegiado nas reflexões de Chauí, pois, os critérios que o definem são científicos, como a posse de um saber objetivo, neutro, técnico que por isso mesmo, compete apenas a alguns. Da ótica da autora, essa visão produz a dominação ao designar o lugar de cada um na sociedade, ou seja, quem sabe e quem não sabe, quem decide e quem obedece, e oculta a história como produção das relações sociais. Talvez, essa visão exposta anteriormente sobre a pobreza, a exclusão e outras questões sociais seja **científica, competente e técnica** demais para que seja percebida e enfrentada nas suas dimensões, sociais, políticas e éticas.

No seu texto, Chauí demonstra uma grande preocupação com a questão da ética, no sentido de depurá-la, desmitificá-la e desideologizá-la e aprofundar a análise do seu significado filosófico e político através da distinção entre ação ética e ética como ideologia. Para isso, a autora mostra como a ética define a figura dos agentes éticos e de suas ações como racionais, conscientes e livres para decidirem e escolherem o que fazerem e serem responsáveis pelo que fazem. Mostra também que o conflito entre a autonomia do sujeito ético e a heteronomia dos valores morais da sociedade pode ser resolvido através do reconhecimento pelo agente dos valores sociais como instituídos por ele.

Enfim a ação só é ética se realizar a natureza racional, livre e responsável do sujeito e se este respeitar a racionalidade, a liberdade e responsabilidade dos outros agentes, de sorte que a subjetividade ética é uma intersubjetividade socialmente determinada. (Chauí, 1999)

De acordo com essa perspectiva, a autora procura estabelecer a oposição entre ética e violência. Esta age contra a natureza do ser (desnaturar), age contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (coação, constrangimento, tortura), viola alguma coisa valorizada positivamente pela sociedade (violação) e transgride direitos.

¹ Segundo Althusser (1969, 1971), há uma oposição entre a ciência pura e comprometida com a busca da verdade e a ideologia que produz um conjunto de explicações sobre a realidade, com o objetivo de mascará-la e ocultá-la. Neste sentido, o marxismo constituiu o corte epistemológico entre esses dois campos.

Partindo dessas duas definições, ou seja, a da ética e da violência, Chauí caracteriza a atual situação brasileira como paradoxal: reivindica-se o retorno à ética e, ao mesmo tempo, ela é deslocada para imagens e explicações que encobrem a violência real. Os dispositivos que a encobrem são de três ordens: de ordem jurídica, ao considerar crime somente atentados contra a propriedade e a vida; de ordem sociológica, ao caracterizá-la como um momento de anomia social; de exclusão, na medida em que alguns são considerados violentos e outros não, ou seja, há uma sociedade doente e outra sadia; o critério que distingue o essencial e o circunstancial, pois a sociedade brasileira é considerada essencialmente não violenta sendo a violência apenas um acidente passageiro e circunstancial. Talvez como Ruth Cardoso considera a conjuntura de crise.

Dentro desse quadro, a ética à qual se pretenderia retornar, como coloca Marilena Chauí, ou seja a ética como ideologia, adquire três sentidos: um sentido conservador e reacionário, de reformas de costumes; um sentido fragmentário, onde convivem várias éticas desprovidas de universalidade e cujo valor é a competência e a especialização, que segundo a filósofa é a forma contemporânea de alienação; um sentido de defesa humanitária dos direitos humanos contra a violência, que se confunde com compaixão. Talvez os programas assistencialistas de combate a pobreza se encaixem nesse último.

De acordo com Chauí, as três dimensões da ética como ideologia encobrem as condições materiais da sociedade onde há uma aguda contradição entre o desenvolvimento tecnológico ou o trabalho morto cristalizado no capital e o trabalho vivo, tornando-se cada vez mais irrelevante na produção de mercadorias.

Em outras palavras, pela primeira vez na história universal a economia declara que a maioria dos seres humanos é desnecessária e descartável, pois na economia contemporânea, o trabalho não cria riqueza os empregos não dão lucro, os desempregados são dejetos inúteis e inaproveitáveis. (Folha de São Paulo, 1999).

Em seguida, Chauí, estabelece uma outra distinção, entre o sujeito ético ou a ética que são construídos a partir da idéia do bem, do justo e do feliz em contraposição à ideologia ética que opera com a imagem do mal, sendo que o bem significa a ausência do mal tornando-se, assim, reativo. Segundo a autora é desse modo que é construída a ideologia do consenso contra a corrupção, o abuso de poder, a violência contra inocentes, etc.

A ética como ideologia significa que em vez de a ação reunir os seres humanos em torno de idéias e práticas positivas de liberdade e felicidade, ela os reúne pelo consenso sobre o mal, e essa ideologia é duplamente perversa: por um lado, procura fixar-se numa imagem do presente como se este não só fosse eterno, mas sobretudo como se fosse destino, como se existisse por si mesmo e não fosse efeito das ações humanas; em suma, reduz o presente a um instante imediato sem memória e sem porvir. (Folha de São Paulo, 1999).

É evidente que a autora considera fundamental a recuperação da figura do agente ético em oposição à ideologia da ética, segundo uma perspectiva de progresso humano, social, ético, cultural, etc. Sendo que a concepção de progresso que corresponde ao atual modelo produz também a ética como ideologia.

A ética como ideologia é perversa porque toma o presente como fatalidade e anula a marca essencial do sujeito ético e da ação ética, isto é a liberdade como atividade que transcende o presente pela possibilidade do futuro como abertura do tempo humano. (Folha de São Paulo, 1999).

Podemos afirmar que para a autora, há pelo menos duas concepções de história e de progresso no debate atual. Uma determinista por que toma o presente como fatalidade imposta pela lógica econômica, e outra que o considera como tempo histórico, isto é, aberto às ações, à impoderabilidade e à imprevisibilidade.

O contraponto entre essas duas últimas visões a respeito da questão social se encaixa na divisão entre “otimistas” e “pessimistas”, que como já foi mencionado tem sido utilizada, sobretudo, pelo discurso do poder. Nesse sentido, Cardoso (1999) demonstra maior “otimismo” quanto aos rumos do processo em curso e do modelo econômico implementado para viabilizá-lo, enquanto, Chauí se coloca numa posição crítica e completamente “pessimista” em relação à possibilidade dele atender as necessidades sociais e desenvolver a ética nas relações humanas.

No entanto, para além dessa divisão entre “otimistas” e “pessimistas”, pois a consideramos superficial, parcial e ideológica, pensamos ser necessário compreender os fundamentos teóricos do debate que tem polarizado intelectuais e alguns outros setores da sociedade civil e da opinião pública.

Acreditamos que essa divisão veio preencher um vazio conceitual deixado pela clássica separação entre direita e esquerda na prática e no pensamento político moderno. A primeira tornou-se hegemônica a partir dos anos 80, encobrindo a oposição ou outras alternativas e propostas políticas, e a segunda começou a se rearticular em torno de outro(s) projeto(s) de sociedade, depois de um período de desarticulação.

Dentro desse amplo campo de questões teóricas e problemas econômicos, políticos, sociais e culturais que desdobram-se cruzam-se e combinam-se e no qual podemos vislumbrar os sinais de “enfraquecimento” da ideologia hegemônica e por outro lado, tentativas de rearticulação de outro projeto ou proposta alternativa, queremos registrar algumas considerações de intelectuais expressivos na atualidade.

Em primeiro lugar, um artigo de Giddens (1999) no qual ele resume algumas das principais teses da corrente denominada de terceira via e que, segundo este intelectual, ela visa a superação das dicotomias, oposições e antagonismos que caracterizam os dois grandes campos opostos ou duas doutrinas rivais que são a social-democracia e o neoliberalismo. Definindo a terceira via como um movimento de modernização do centro, em detrimento das visões classistas da social-democracia e do neoliberalismo, sendo

respectivamente, uma de esquerda e outra de direita, a posição sustentada por Giddens considera que as bases históricas da antiga divisão entre as duas principais correntes do pensamento e da prática política no século XX desapareceram com a redução da classe trabalhadora e o fim do mundo bipolar.

Segundo Giddens (1999), o contexto da globalização, da diversidade cultural e da grande mudança científica e tecnológica que caracteriza o momento atual, impõe a formação de novos valores num outro horizonte político. Este seria uma síntese entre o valor socialista de justiça social, com uma amplitude que extrapole o vínculo com as classes sociais, combinado ao conceito de liberdade centrada no indivíduo de acordo com a tradição do pensamento político liberal. Em termos de organização econômica, o autor propõe uma nova economia mista que se refere ao equilíbrio entre regulamentação e desregulamentação e entre os aspectos econômico e não-econômico na vida social, diferente da antiga combinação entre economia estatal e privada.

Considerando que a regulamentação é normalmente da competência do estado, o autor assinala alguns pontos sobre os quais este deve intervir. Em primeiro lugar, ele deve atuar no sentido de preservar a competição econômica contra a ameaça do monopólio e criar as bases institucionais do mercado pois, contrariamente à ortodoxia neoliberal, este não produz uma ordem espontaneamente. Segundo a perspectiva do autor, o estado deve também preservar os bens públicos não econômicos e que contém valores não mercantis como políticos, culturais e éticos, da ingerência do mercado, assim como também discipliná-lo para conduzir-se para objetivos de médio e longo prazo e não privilegiar apenas ganhos de curto prazo. Ainda segundo o autor, ao estado cabe minimizar as flutuações do mercado, no plano macro e no micro, sobretudo no que se refere à rotatividade da mão-de-obra e também agir no sentido de evitar os efeitos catastróficos, sejam de ordem econômica e financeira ou de ordem ambiental e ecológica. Com relação aos trabalhadores, o autor afirma que o estado tem funções protecionistas tanto do ponto de vista das suas condições físicas como contratuais, segundo o princípio de que os trabalhadores não são uma “mercadoria como outra qualquer” e nenhuma sociedade digna os trataria dessa forma. Esta é uma afirmação que pretende claramente opor-se ao marxismo imputando-lhe a representação coisificada dos homens, que Marx preocupou-se em desvendar e constituiu seu objeto de crítica. Ainda de acordo com as teses da terceira via, Giddens (1999) sustenta a concepção de um desenvolvimento sustentado na economia mista, que é absorvido e julgado pelas suas consequências sociais, mais abrangentes, segundo o princípio dos direitos com responsabilidade e da autoridade com democracia, ao qual a empresa mercantil também deve respeitar. A sua concepção de democracia rejeita tanto o ponto de vista daqueles que pretendem ampliar o alcance do estado, como os social-democratas, como o daqueles que se empenham em restringi-lo, no caso, os neoliberais. Acredita que os estados estão, atualmente, às voltas com perigos e não inimigos, como no passado e, por isso, devem buscar novas fontes de legitimidade no princípio da delegação de poderes de cima para baixo no sentido de localidade e regiões e de baixo para cima para os órgãos transnacionais. Pois, considera que o governo não se

limita mais às fronteiras de estado-nação, na era da globalização o objetivo da política deve ser o governo mundial dentro do preceito de que a chave do novo estado democrático é “democratizar a democracia”, alcançando mais transparência nos negócios públicos e experimentando novas formas de participação democrática, como a democracia direta e com grande participação e fomento de órgãos da sociedade civil. Essa é uma questão importante para a terceira via, a de que o estado pode e deve cumprir um papel fundamental na sociedade civil, com ênfase na comunidade de acordo com o movimento de libertar-se da arena local e a ela regressar criando novas pressões e novas oportunidades para a sua restauração, inclusive para conter os crescentes níveis de criminalidade.

Quanto à concepção de nação, a terceira via pensa que deve-se encontrar um novo papel para ela no mundo cosmopolita, pois, considera que, embora a nação seja uma força estabilizadora como freio à fragmentação, é diferente do passado, onde o conceito de “estado forte” se forjou numa lógica da guerra do antagonismo e da hostilidade, hoje significa aceitar os novos limites da soberania. Atualmente, eles são definidos pela concepção de nação cosmopolita que envolve uma outra construção mais reflexiva e sustentada de forma mais aberta das identidades nacionais, dentro de um projeto modernizador. E, finalmente, em relação ao *welfare-state*, a terceira via se posiciona contrária tanto às idéias da social-democracia quanto às dos neoliberais. Caracterizando a social-democracia por ter como pedra angular da sociedade digna e humana, um *welfare-state* máximo e para o neoliberalismo a sua redução a um sistema de rede de segurança, a terceira via pretende diferenciar-se de ambas as correntes.

Com relação à primeira, critica a tendência das instituições do bem-estar social de alienação e burocratização e, nesse sentido, admite que o *welfare-state* necessita de uma reforma radical, não para reduzi-lo, mas para corresponder às circunstâncias atuais. E assim, Giddens estabelece uma diferenciação entre o que ele denomina *welfare-state* positivo e negativo, sendo que o primeiro seria um estado de bem-estar reformado, um estado de investimento social que estabeleça uma nova relação entre risco e seguridade, de um lado, e responsabilidade individual e coletiva de outro lado.

O princípio do benefício previdenciário contra o risco, continuaria sendo preocupação do investimento do estado, mas a ênfase deveria ser no lado mais positivo e enérgico do risco rumo a uma sociedade mais inovadora e dinâmica. Assim, o estado de investimento social poderia resumir seu principal foco ou âmbito de atuação e intervenção no investimento no capital humano em detrimento de pagar diretamente os benefícios. Giddens acredita que é possível, para cada tema básico que se coloca na atualidade, traçar uma linha divisória entre a nova política e as duas posições tradicionais no que se refere aos princípios e à aplicação prática.

Num outro artigo, Habermas (1999) discute também a relação entre mercado e estado atualmente, do qual vamos destacar apenas algumas idéias para contrapor à posição de Giddens (1999).

Considera que as tendências atuais que caracterizam-se pela rubrica globalização modificaram uma constelação histórica que se distinguiu pelo fato de que o estado, a sociedade e a economia estenderem-se e delimitarem-se dentro das mesmas fronteiras nacionais. Essa modificação tem como essência a transformação do sistema internacional, no qual o estado traça as fronteiras entre a economia interna e as relações de comércio exterior, numa economia transnacional, que tem como características gerais, a aceleração dos movimentos universais do capital e a ligação em rede dos mercados financeiros, definindo a avaliação imperativa das posições nacionais. Neste sentido, o autor afirma que, atualmente, a mudança fundamental da economia transnacional é que os estados se acham incorporados aos mercados e não a economia política às fronteiras estatais. Considera que esse “rompimento de fronteiras” da economia, da sociedade e da cultura afeta as condições de existência do sistema estatal europeu construído desde o século XVII erigido em bases territoriais e elevando à cena política seus atores mais relevantes. Dentro desse contexto, o estado se encontra cada vez mais enredado na interdependência entre economia e sociedade mundiais perdendo autonomia e capacidade de ação e também a substância democrática.

Segundo Habermas (1999), a privação de poder do estado nacional, ocorre através de três tendências: perda de capacidade de controle estatal; crescente déficit de legitimação no processo decisório e progressiva incapacidade de dar provas, com efeito legitimador de ações de comando e de organização. O autor considera que a polarização entre dois campos que intervêm genericamente a favor, ou contra a globalização e a desterritorialização motivou a busca por uma “terceira via” numa variante mais defensiva e noutra mais ofensiva. O autor afirma que a tomada de partido pela globalização tem como base a ortodoxia neoliberal que conduziu a mudança para políticas econômicas orientadas pela oferta, recomenda a subordinação incondicional do estado ao imperativo de uma integração social planetária por meio dos mercados e aconselha um *entrepreneurial state* que se afasta do projeto estatal de proteção da força de trabalho. Por outro lado, como reação ao solapamento do estado nacional e da democracia, há uma tendência de fechar as comportas, por parte daqueles que defendem as instituições nacionais acirradamente contra tudo que ultrapassa fronteiras, que ameaça a cultura nacional, sejam traficantes de armas, de drogas, o capital externo, os trabalhadores imigrantes e os refugiados, pois, segundo este ponto de vista, eles constituem um perigo ao padrão de vida próprio. A essas duas tendências, Habermas (1999) as denomina, respectivamente, de partido da globalização e partido da territorialidade, cuja recusa está na origem da “terceira via”.

Conforme apontamos acima, Habermas estabelece uma distinção entre a tendência mais defensiva e a tendência mais ofensiva dessa corrente política. Na sua variante mais defensiva, a “terceira via” pressupõe que o capitalismo sem barreiras mundiais não pode ser domado, e sim amortecido nacionalmente, enquanto sua variante mais ofensiva insiste numa força plasmadora da política, que se sobrepõe aos mercados, sem rédea no plano supranacional. Na variante defensiva, ocorre a subordinação da política ao imperativo de uma sociedade mundial integrada pelo mercado e nesse caso, o estado deve desempenhar um papel ativo para

qualificar os cidadãos da sociedade e capacitá-los à competição, e dotar as pessoas com qualidades empreendedoras típicas de “realizadores” que saibam cuidar de si próprios. Segundo essa visão, para Habermas a formação do capital humano adquire o sentido de um treino de aptidão que possibilita a todos arcar com responsabilidades e tomar iniciativas para poder afirmar-se competentemente no mercado e não assumir o “fracasso”, lançando mão da assistência social do estado.

Ao criticar os pressupostos sobre os quais se apoiam as teses da “terceira via”, Habermas destaca que para essa corrente, a questão da igualdade social reduz-se a uma igualdade de oportunidades e ela se ajusta ao ideário ético do neoliberalismo, no sentido de entregar-se ao *ethos* de uma “forma de vida orientada pelo mercado”, sendo que este *ethos* reconhece em todo cidadão um *empresário de seu próprio capital humano*. Quanto à outra variante ofensiva, da terceira via, ele mostra que ela se deixa guiar pelo primado da política em relação à lógica do mercado, de acordo com uma perspectiva de política deliberativa que, diante do desarmamento da democracia do estado social propugna o armamento do estado nacional. Habermas a considera voluntarista e também pondera que atualmente tem que se elevar a vista para unidades políticas maiores e regimes transnacionais que sem romper a cadeia de legitimação democrática, possam compensar a perda de funções do estado nacional. No entanto, ele afirma que a criação de unidades maiores em nada modifica o modo de concorrência, ou seja, a primazia da integração pelo mercado. E nessa relação entre política e mercado, o autor pensa que a política que produz mercados é auto-referente e que cada passo dado rumo à desregulamentação dos mercados significa ao mesmo tempo uma despontecialização ou uma autolimitação do poder político como meio para implementar decisões coletivas. E nesse sentido, coloca que a política só terá precedência sobre os mercados globalizados quando conseguir produzir na política interna, uma sólida infra-estrutura vinculada aos processos democráticos de legitimação.

Queremos também destacar algumas idéias desenvolvidas por Chauí (1999) em artigo sobre o mesmo tema a propósito da realização da Rodada do Milênio em Seattle (1999). Nesse artigo, a autora toma uma definição de Giddens sobre o projeto da terceira via, e que pode ser sintetizado na sua pretensão de fazer uma economia de centro e uma política de esquerda e sobre essa afirmação, a autora comenta que a terceira via pretende manter a forma de produção e distribuição da riqueza nos moldes capitalistas, com uma roupagem ideológica socialista ou *manter o núcleo duro da materialidade capitalista, acrescido dos valores socialistas: o polo é o mercado; a cobertura confeitada são os valores socialistas* (1999). Chauí mostra a origem da expressão terceira via tanto na variante fascista que empregou-a para indicar um projeto e um programa econômico, social e político diferente do liberalismo e do socialismo/comunismo, como na variante social democrata que também pretendia diferenciar-se da direita liberal e da esquerda socialista-comunista. A autora mostra também o surgimento e o desenvolvimento da social-democracia diferenciando-se dos dois modelos totalitários de planejamento econômico, o fascista e o soviético, e criando o estado do bem-estar. Entre a direita reacionária, conservadora e liberal e a esquerda revolucionária e totalitária, a social-democracia

era a terceira via. Ainda, a autora mostra o contexto de acumulação de capitais sob o modelo fordista e as duas crises que puseram fim à economia planejada: a crise geral do capitalismo nos anos 70 (estagflação, crise do petróleo) e de outro, a crise do estado de bem-estar (ou a “crise fiscal” do estado). Essas crises modificaram o modo de acumulação de capital, destruindo o modelo fordista-taylorista, abrindo caminho para o neoliberalismo ou “fundamentalismo do mercado”. Os desastres sociais do neoliberalismo acrescido da presença dos movimentos sociais por direitos, segundo a autora, trouxeram de volta a social democracia com a roupagem da terceira via, que procura reunir racionalidade, realismo, modernidade e progresso. Chauí aponta três idéias principais do ideário original da terceira via:

1. A divisão entre direita e esquerda perdeu o sentido devido ao desaparecimento da bipolaridade do mundo.
2. Essa divisão impedia a esquerda de perceber os benefícios materiais do capitalismo.
3. Formação de um consenso desvinculando a idéia de justiça social da idéia de igualdade social.

O seu pressuposto básico é a harmonia essencial entre o capitalismo (a sociedade de mercado pragmática, inovadora e criativa) e a democracia (os valores da justiça e da individualidade). A autora faz um resumo e comentários sobre as principais idéias da terceira via, algumas das quais já mencionamos anteriormente. Desse modo, só acrescentaremos comentários da autora e algumas questões que não foram expostas acima. As principais teses se referem aos cinco pontos que expusemos antes e são: a política; a economia; o governo; a nação e o bem-estar. Quanto à análise da autora, ela considera que na questão da política, o essencial do pensamento da terceira via é a abolição do conceito de luta de classes considerado obsoleto, pela questão da economia, a terceira via mantém a prática neoliberal da opção do investimento dos fundos públicos para o capital e não para o trabalho; do ponto de vista da organização política, considera que a terceira via não privilegia a democracia como espaço de criação e conservação de direitos e como legitimidade do trabalho das contradições sociopolíticas, mas a reduz à proteção comunitária dos indivíduos contra os problemas urbanos e a delinquência e as comunidades não são vistas como pólos de auto-organização social, nem como contrapoderes sociais contra o domínio estatal puro, nem como forma de expressão das classes sociais e dos grupos e sim como estratégia estatal para transferência de responsabilidade; no quarto ponto, a autora ressalta o fato de a terceira via não estabelecer diferença entre nação e estado-nação e não se posiciona quanto à necessidade do capitalismo na sua fase de consolidação manter enclaves territoriais sob a forma de estados nacionais e seu enfraquecimento no capitalismo contemporâneo e também a terceira via não se coloca quanto às identidades nacionais, seu processo de construção por decreto estatal.

E quanto à função da sociedade de bem-estar, Chauí afirma que ela é dupla: eliminar o vínculo entre justiça social e igualdade sócio-econômica e desobrigar o estado de lidar com o problema da exclusão e

inclusão de ricos e pobres, pois a exclusão de ambos desestabiliza o governo e a inclusão de ambos é impossível.

Finalmente, queremos registrar mais uma idéia da autora no que se refere à concepção da terceira via sobre a sociedade de mercado que, segundo Chauí, essa sociedade não é percebida como uma formação social determinada pelo modo de produção capitalista que, através da política e da ideologia a regula, legitima e conserva, e sim como o lugar da criação e da liberdade individual. A autora defende então o ponto de vista que os princípios e a visão neoliberal predominam no ideário da terceira via, muito mais do que as idéias socialistas que se constituem em discurso ideológico esvaziado de conteúdo político.

Após essa rápida incursão em algumas questões e concepções da terceira via e também da sua crítica que aponta para uma outra tendência sobre a relação entre mercado e estado, pretendemos desenvolver alguns dos fundamentos teóricos do pensamento político e econômico que, segundo a noção geral de “bom governo”, tal como tem sido definida pelo Banco Mundial, tem orientado os diversos planos de governos, de acordo com a linha identificada pelo termo neoliberal no atual contexto de transformações sócio-econômicas, políticas e culturais, reconhecido pela rubrica globalização. Para isso, privilegiamos a análise de algumas teses expostas e defendidas nos relatórios anuais sobre o Desenvolvimento do Banco Mundial. Os relatórios mais consultados foram os de 1991, 1995, 1996 e 1997.

A escolha desse objeto ou esse recorte no âmbito do pensamento político do qual se origina um conjunto de explicações sobre a atual realidade geopolítica e geoeconômica que é, ao mesmo tempo, a expressão e a legitimidade de uma prática associada com a corrente denominada de neoliberalismo, se deve principalmente, à relevância que os organismos internacionais ou instituições financeiras internacionais (IFIs), destacando o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial ou Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Organização Mundial do Comércio (OMC), desempenham na constituição de uma nova ordem global.

A importância desses organismos na atualidade ou no processo de transformações em curso no capitalismo, tem sido destacada por uma produção acadêmica bastante significativa (Fonseca, 1997; Tommasi, 1996; Soares, 1996; Vianna, 1998), assim como tem sido também objeto de destaque na mídia, devido às missões e visitas cada vez mais assíduas de seus representantes aos países devedores ou em desenvolvimento.

Na complexa relação desses organismos com o novo paradigma de acumulação de capitais, gostaríamos de ressaltar dois aspectos que consideramos relevantes. Um deles se refere ao plano intelectual e ideológico da produção de um conhecimento que legitima a

nova ordem global. Neste sentido, gostaríamos de remeter novamente à discussão feita na apresentação do trabalho sobre a proximidade entre as fronteiras da ciência e da ideologia consubstanciada no “discurso competente” do Banco Mundial. Essa noção de “discurso competente” parece-nos muito apropriada porque exprime essa relação estreita entre ciência e ideologia, como tem sido utilizada por Marilena Chauí (1980, 1982, 1984). O outro aspecto diz respeito à produção mesmo dessa nova ordem, através de um conjunto de reformas macroeconômicas e institucionais no sentido da constituição e ampliação da economia de mercado, processo este, no qual os órgãos internacionais desempenham o papel de reguladores. (Fiori, 1995; Chossudovsky, 1999; Negrão, 1998)

Considerando esses dois níveis de atuação dos órgãos internacionais, poderíamos dizer que eles são responsáveis pela formação de um “consenso político” apoiado na noção de livre mercado, em torno das reformas macroeconômicas e também por uma prática de caráter intervencionista presente no programa de ajuste estrutural patrocinado pelos organismos transnacionais. Desse modo, poderíamos afirmar que, de acordo com essa perspectiva, as instituições internacionais colocam em prática um conjunto de medidas e atos econômicos e políticos por diversas vias institucionais, que incidem tanto na formação de uma opinião favorável por parte de uma parcela significativa da população dos diferentes países em relação ao seu programa de reformas, como no funcionamento mesmo de suas economias através de mecanismos de caráter intervencionista e coercitivo. (Vianna Jr., 1998).

Acreditamos, assim, que através da análise desses dois níveis de atuação, ou seja o intervencionismo e a formação do “consenso”, que privilegiamos como relevantes no papel e nas funções desses órgãos internacionais no atual processo de acumulação de capitais, podemos nos aproximar mais da compreensão dos conceitos e da complexa relação entre os processos reconhecidos pelos termos globalização e neoliberalismo. Pois, esta expressa e sintetiza algumas das principais características do atual paradigma, cuja orientação baseada num referencial neoliberal é dada pelas instituições transnacionais.

Se os termos globalização econômica e neoliberalismo são indissociáveis no plano teórico pela própria natureza dos fenômenos que eles expressam, havendo nesse caso, uma relação causal entre eles, de modo que o rompimento das fronteiras locais, regionais e nacionais pelo capital ocorre simultânea e necessariamente com a ideologia e a política neoliberal, que impulsiona esse processo cada vez mais para uma economia de mercado; ou dito de modo inverso, se é possível hipoteticamente, que ocorresse na história, um rompimento das fronteiras ideológicas, sócio-econômicas, raciais, sob uma outra orientação diferente da neoliberal, essa é uma questão muito complexa, controversa e motivo de divergências entre intelectuais e correntes teóricas diferentes. No momento, não pretendemos fazer incursões nesse campo teórico e ficamos com uma afirmação bastante apropriada e pertinente de Ianni: *O que predomina na época em que se dá a globalização, é a visão neoliberal do mundo* (1998). Ou seja, nesse contexto específico de acumulação de capitais, os dois processos ocorrem simultaneamente, se fundem de maneira indissociável, se identificam, de modo que torna difícil a separação e definição dos dois termos desvinculados um do outro.

De acordo com essas considerações, acreditamos que antes de indagar sobre a natureza do vínculo entre os dois processos ou dois fatores dentro do mesmo processo é mais importante para a compreensão de nosso objeto, tentar estabelecer o nexos entre eles, justamente, através dos dois aspectos que consideramos relevantes no papel e atuação das instituições transnacionais. Essas são estruturas mundiais de poder e órgãos reguladores operando dentro do sistema global, e detendo grande capacidade de decisão quanto aos rumos do processo de acumulação de capitais.(Fiori, 1995; Ianni, 1998). Seus recursos financeiros, técnicos, organizatórios, científicos e humanos lhes conferem o poder de atuarem soberanamente nos dois campos de atuação acima colocados, mostrando a intensa vinculação entre capital e ciência no atual projeto de dominação capitalista, realizando desse modo plenamente o princípio da razão instrumental². O conhecimento científico e o poder ideológico que legitimam essa nova ordem global bem como os recursos econômico-

financeiros lhes permitem intervir nos diferentes estados-nação através da formulação da política econômica interna, da influência na legislação dos países, definindo critérios e diretrizes que orientam os diagnósticos das diferentes realidades e o planejamento dos programas de reformas que devem ser postos em prática. Além disso, sua posição reconhecida de doadores e credores no sistema mundial lhes atribuem um grande poder de pressão sobre os governos dos diferentes países do planeta, no sentido destes executarem suas decisões quanto às reformas macroeconômicas ou políticas de ajuste estrutural, exigidas pelo atual paradigma. (Chossudovsky, 1999). Este, conforme foi colocado diversas vezes, envolve um conjunto de fatores relativos ao modo de produzir, distribuir, trocar e consumir a “imensa acumulação de mercadorias” e também de regulamentar as relações sociais criadas e recriadas nesse amplo processo caracterizado pela terceira revolução industrial (Harvey, 1989). Este processo, por sua vez singulariza-se pelas principais tendências que se expressam através de vários novos métodos de produção, inovações tecnológicas e conceitos, alguns dos quais foram mencionados na introdução do trabalho, sobretudo, os de globalização e neoliberalismo e, particularmente, sua relação, seus vínculos e nexos, pois estes constituem justamente o campo de poder das corporações transnacionais.

Para abordar o tema da globalização é necessário considerar, em primeiro lugar, a dificuldade em defini-lo, pois são inúmeras as interpretações e os enfoques das diferentes análises e teorias que emergiram no âmbito da produção acadêmica juntamente com o fenômeno ao nível das estruturas e processos sociais.(Harvey, 1989). A questão do neoliberalismo suscita ainda maiores dificuldades e mais controvérsias por se tratar do epicentro do debate ideológico acerca das transformações que ocorrem no atual momento, onde se definem novos rumos na história do capitalismo, cujo destino pertence ao campo do imprevisível, onde florescem várias utopias (Hinkelammert, 1986).

² O princípio da razão instrumental desenvolvido pela Escola de Frankfurt foi utilizado para designar a relação de dominação do sujeito do conhecimento sobre a natureza e os seres humanos na modernidade.

A imbricação e complementaridade dessas duas tendências são tão intensas e sua relação tão próxima e estreita que, com base nessa fusão, podemos formular uma idéia geral sobre o papel dos organismos multilaterais nesse contexto de globalização e da ideologia neoliberal. Através de um conjunto de práticas, instituições, idéias e imagens que configuram o campo do neoliberalismo, os órgãos transnacionais atuam no sentido de desimpedir o livre curso da acumulação de capital ou da economia de mercado, em âmbito mundial ou global. Neste sentido, podemos afirmar que o neoliberalismo, através de vários mecanismos viabiliza o processo de globalização: A partir dessa idéia geral, extraída de um texto de Ianni, vamos justificar a nossa escolha de trabalhar com algumas das teses do Banco Mundial para explorar a noção corrente e neoliberal de progresso que, desse ponto de vista, caminha de acordo com o sentido indicado pela globalização do capital.

Vamos resumir algumas das idéias contidas no texto de Ianni sobre esses dois conceitos e sua relação, para termos um referencial teórico a partir do qual pretendemos continuar a utilizá-los e discuti-los ao longo do trabalho. Segundo Ianni, a globalização é um fenômeno que ocorre na esfera das forças produtivas e das relações de produção, sendo portanto, um movimento do capital que rompe as fronteiras e territórios de todos os tipos, compreendendo os critérios geo-históricos, econômicos, políticos e culturais, modificando substancialmente a configuração do mapa do mundo e também as referências sociais e mentais das diferentes coletividades do planeta. Nesse processo que o autor qualifica de “reprodução ampliada do capital em escala global”, a tendência de transnacionalização das forças produtivas e das relações de produção ocorre baseada nos critérios neoliberais da busca da produtividade, competitividade e lucratividade.(Fiori, 1986; Ianni, 1998; Singer, 1998).

Essa linha de pensamento desenvolvida pelo autor suscita questões referentes ao arcabouço conceitual que norteia suas análises do processo de globalização onde “predomina a visão neoliberal de mundo”, como os conceitos de forças produtivas e relações de produção. Estes estão relacionados com os conceitos de infraestrutura e superestrutura e também com as noções de acumulação de capital e

regulamentação da vida social e política conforme a escola regulacionista³ (Aglietta, 1979; Boyer, 1986). Esses conceitos são utilizados por diferentes autores em suas análises sobre a relação entre as características e fenômenos que caracterizam os domínios do que se convencionou chamar de globalização e de neoliberalismo e serão retomados no decorrer da dissertação. Trabalhando com a noção de contradição, esses autores enfatizam os pontos de maiores conflitos e possíveis rupturas do atual modelo econômico, político e social a partir da polarização das tendências que ocorrem atualmente na sociedade entre uma grande concentração da riqueza e um intenso processo de exclusão social. Este tema adquiriu autonomia e independência, passando a ser objeto de pesquisas e análises acadêmicas nos últimos anos, ganhando também espaço na imprensa, através de trabalhos de intelectuais.(Nascimento, 1998)

Num artigo recente, Nascimento (1998) busca compreendê-lo em suas várias dimensões, situando-o no âmbito da discussão sobre a modernidade e a pós-modernidade. Nessa discussão, o autor recorre a uma vasta e consagrada bibliografia clássica e atual para mostrar suas origens e a existência de duas posições na atualidade sobre a relação entre modernidade, globalização e exclusão social. No que concerne às origens do debate, o autor privilegia dois momentos relevantes. Os antecedentes mais remotos presentes na tradição sociológica clássica, através das distintas posições de Marx, Durkheim e Weber. O primeiro centra a essência da sociedade moderna na qualidade capitalista do sistema econômico e de todas as instituições sociais. Do ponto de vista do Durkheim, o suporte da sociedade moderna é o industrialismo, pois seu dinamismo é dado pela divisão social do trabalho. Já Weber considera que a essencialidade da sociedade moderna reside no processo de secularização e racionalização, sendo que o “desencantamento” do mundo e o desenvolvimento da “racionalidade instrumental” são os principais signos da modernidade.

Quanto aos antecedentes imediatos do debate, o autor menciona os trabalhos de Daniel Bell (1973) e de Alain Touraine (1969), onde eles desenvolvem o conceito de sociedade pós-industrial como uma nova sociedade advinda da superação da sociedade industrial. A sociedade pós-industrial seria movida por informações, dirigida por técnicos e cientistas e com grande planejamento do desenvolvimento tecnológico que superaria a

³ Segundo Leite (1994) esclarece, para os autores vinculados a essa tendência, um novo modelo de desenvolvimento, baseado num novo regime de acumulação estaria sendo criado com base nas mudanças em diversos aspectos da vida e das relações sociais que configuram uma nova forma de regulação.

escassez da sociedade industrial. Ainda dentro desse debate, Nascimento lembra as contribuições de Schaff (1990) e Gorz (1982) sobre as mudanças tecnológicas dos anos 70 e a idéia da “sociedade da informação”. Outro autor lembrado no texto de Nascimento é McLuhan (1980) e sua utopia da *Aldeia Global* como um novo mundo em gestação. No entanto, segundo o autor, o trabalho que constitui um marco no debate recente é o de Lyotard (1986) que estabelece uma ruptura ou quebra de unidade no processo de modernidade e o surgimento da sociedade pós-moderna. Esta se caracteriza, sobretudo, pelo discurso fragmentário e não mais pela pretensão universalizante de unidade e totalidade, característica da modernidade. Da perspectiva da pós-modernidade, a história universal cede lugar a muitas histórias, sem objetivos e sem finalidade, onde a idéia de progresso perde a sustentação.

Segundo Nascimento, o debate atual acerca da relação entre modernidade, globalização e exclusão social está polarizado entre a posição dos pós-modernos e seus críticos que não concordam com a tese da ruptura na modernidade, da qual teria originado a pós-modernidade. Os primeiros acreditam que essa ruptura é irreversível, enquanto alguns autores como Habermas, Touraine, Taylor e Giddens pensam que a modernidade pode ser redefinida e ampliada. Nesse debate, os processos de globalização e exclusão social são citados como expressões do fim ou da crise da modernidade, respectivamente, segundo a perspectiva acima colocada.

Nascimento mostra que os dois fenômenos são multidimensionais e defende a posição de que o fenômeno da globalização não constitui ameaça à modernidade enquanto a exclusão social, sim. Segundo ele, a globalização ou mundialização modifica a modernidade, mas não a nega, pois a internacionalização da economia é inerente ao capitalismo, sendo também desigual, enquanto a exclusão, em suas formas extremas é incompatível com a modernidade. Recorrendo a Tocqueville, o autor lembra que esta não existe sem o espaço público dos direitos iguais, e que sendo assim, modernidade e igualdade são fenômenos indissociáveis. Neste sentido, o autor afirma que a exacerbação da exclusão terá como decorrência a destruição desse espaço de igualdade e a redefinição da

democracia como forma de resolução de conflitos, levando ao esgotamento da modernidade.

Na literatura atual, o autor enfatiza as posições de Touraine (1991) e de Castel (1991), como paradigmáticas do debate sobre o tema da exclusão social. Assim, segundo Nascimento, Touraine considera a exclusão um fenômeno que indica o deslocamento do conflito social capital X trabalho na sociedade pós-industrial. De seu ponto de vista, a exclusão seria um fenômeno da sociedade pós-moderna onde não haveria mais uma linguagem comum e nem disputa entre as classes sociais, típica da sociedade industrial. Enquanto Castel analisa o fenômeno através de dois critérios: a inserção social, e a integração ao trabalho.

Na análise da realidade brasileira, Nascimento destaca que a tendência dos estudos sobre a questão social é a de privilegiar a crise econômica agudizada e prolongada que ocorre numa situação heterogênea e que segundo Jaguaribe (1986 e 1989) pode levar a uma situação de extrema exclusão (Buarque, 1991 e 1993; Nascimento, 1993).

O autor mostra também que o campo teórico da exclusão social é múltiplo, mas que a dimensão mais central dos estudos é a econômica, e mais especificamente, a do mercado de trabalho, ou das metamorfoses do mundo do trabalho. A exclusão social e cultural não se confundem necessariamente com a pobreza e desigualdade social. É o caso dos segmentos da população como mulheres, judeus, negros, etc. O autor considera que a forma mais suprema da exclusão é a política que significa a ausência de direitos. Citando Hannah Arendt, ele afirma que esta é a situação em que os indivíduos não têm “direito a ter direito”. A sua conclusão é a de que só há possibilidade de redefinir a modernidade se houver a tendência à superação das exclusões, através de uma ética nacional e do Estado de direito intervindo nos processos econômicos.

Essa questão colocada pelo autor, dos limites e possibilidade de intervenção do Estado nos processos econômicos ou da soberania nacional, também tem sido recorrente na bibliografia atual e crítica do processo em curso. (Belluzzo, 1998; Dowbor, 1998) Neste sentido, retomamos o texto de Ianni que destaca, na globalização das forças produtivas, o

movimento do capital presente nas empresas, corporações e conglomerados transnacionais, cuja importância é cada vez maior em todos os níveis do sistema econômico no que se refere às atividades de produção, distribuição, troca e também na indução, intensificação e generalização do consumo, principalmente, nos setores da eletrônica, da informática, do turismo, entretenimento e da mídia impressa e eletrônica.

“Basicamente, a globalização significa a globalização do capitalismo pelas atividades das corporações globais”. (Korten, 1996, Barret e Cavanagh, 1994).

É farta também a bibliografia, principalmente na área de economia, que tem enfatizado o papel das corporações transnacionais como um fator fundamental do processo de globalização, impondo limites ao campo de ação econômica do Estado Nacional. (Singer, 1998; Belluzzo, 1998)

Outra força produtiva que se transnacionaliza é a tecnologia, principalmente a eletrônica e a informática que, segundo Ianni, favorece a dinâmica dessas grandes corporações transnacionais, pois viabiliza os seus processos decisórios pelas tecno-estruturas abrangendo grandes redes globais que incluem movimentos de capitais, mercadorias, idéias e pessoas. Esse fator passou também a constituir um campo próprio de investigação tendo como eixo e nome, a revolução tecnológica, e suas relações com outros aspectos do processo de globalização (Silva, 1998).

Segundo Ianni (1998), nesse contexto também ocorre a transnacionalização de outra força produtiva que é a força de trabalho, através de movimentos migratórios, principalmente das nações de terceiro mundo para as de primeiro mundo, favorecendo cada vez mais o seu “barateamento” no mercado de trabalho mundial. Os vários aspectos das transformações que ocorrem no âmbito do trabalho também vêm merecendo a atenção de pesquisadores e estudiosos no mundo todo. Assim, as relações entre revolução tecnológica, reorganização produtiva, políticas econômicas dos governos e as mudanças no mundo do trabalho têm se constituído num vasto campo de investigações. No caso dos países de terceiro mundo ou países periféricos, as pesquisas sobre a precariedade nesse universo, como decorrência da inserção latino-americana na “era da globalização” se realizam em

vários centros e institutos de pesquisas. As mudanças no mercado de trabalho como consequência da progressiva perda de importância do assalariamento que se manifesta, sobretudo, no desemprego e no crescimento de trabalhos mais precários, tornou-se um terreno fértil de análises e debates entre especialistas. (Deddeca, 1998; Baltar, 1998; Mattos, 1998, Pochman, 1998; Singer, 1998 e Leite, 1998). Temas como, novas qualificações, formação profissional, papel dos sindicatos, flexibilização das relações de trabalho, terceirização, precarização, entre outros, caracterizam esse novo universo do trabalho e constituem objeto de preocupação da literatura produzida para explicá-la.

Retomando o texto de Ianni, ele menciona, ainda, como forças produtivas que se transnacionalizam, a divisão do trabalho social, o mercado, o planejamento que transformam formas de vida e trabalho sedimentados pela tradição e cultura de diferentes modos de sociabilidade.

A característica desse processo de globalização, muito enfatizada pelo autor, é o seu caráter desigual, contraditório e combinado⁴. “Desigual”, devido às diferenças entre países e regiões quanto ao desenvolvimento das forças produtivas; “contraditório”, pelas tensões e conflitos criados ao longo de seu desenvolvimento e “combinado”, devido aos arranjos e acomodações feitas a partir das contradições entre as relações de produção e forças produtivas no atual contexto de acumulação capitalista. Esse ponto ressaltado pelo autor é muito importante para explicar o desenvolvimento capitalista na atualidade, pois mostra a impossibilidade de uma “nova ordem mundial” baseada na homogeneidade dos processos.

Do ponto de vista das “relações de produção”, o autor sublinha que o processo de transnacionalização se dá simultaneamente com as tendências de concentração e centralização da propriedade privada nas corporações e empresas globais. Muitos estudos têm enfatizado a tendência à formação de monopólios privados, à despeito da crítica feita

⁴ É importante lembrar que essa noção de “desigual e combinado” foi utilizada por Trotsky para explicar as contradições da realidade russa na época da revolução bolchevique, que contrariando a visão da II Internacional, floresceu num país que combinava elementos “atrasados”, representados pelas relações de produção no campo, com fatores de modernização, que ocorriam sobretudo, em alguns setores industriais.

pelos defensores da privatização, às empresas estatais por seu caráter monopolístico. (Fiori, 1995).

Da definição ou delimitação do campo das relações de produção, poderíamos inferir que nele há uma prevalência da “visão neoliberal de mundo” e ainda mais, que a correspondência entre os processos traduzidos pelos conceitos marxistas de forças produtivas e relações de produção no âmbito geral do modo de produção capitalista, é a mesma que há entre os processos e as noções de globalização e neoliberalismo no atual contexto de acumulação do capital.

Neste sentido, para o autor o neoliberalismo corresponde e impulsiona o movimento de transnacionalização do capital, orientando o processo através de um conjunto de fatores que já foram citados acima. Tendo como objetivos a busca de maior produtividade, competitividade e lucratividade, o neoliberalismo orienta uma prática econômica de liberação crescente e generalizada das atividades econômicas calcada na noção geral de liberdade como condição e pré-requisito da organização e funcionamento de todas as instituições sociais. Segundo essa perspectiva, o neoliberalismo promove a reforma do estado realizando a desregulamentação das atividades econômicas, a privatização das empresas estatais das organizações e instituições governamentais relativas às áreas da habitação, dos transportes, educação, saúde e previdência.

Sobre a natureza da reforma do estado, são várias as teses e discussões em voga, que têm como eixo central a crítica à perda da soberania nacional e do poder das instituições de representação de interesses dos trabalhadores e, concomitantemente, o aumento do poder das corporações e organizações transnacionais que representam os interesses do grande capital financeiro junto ao estado. A caracterização desse estado, oscilou da tese do Estado mínimo ou da redução da esfera de ingerência do estado sobre o mercado, para a de um estado forte, intervencionista ou regulador. Sendo que essa dubiedade é um dos fatores que justifica o prefixo neo do termo neoliberal. (Anderson, 1995; Sader, 1995).

Segundo Ianni (1998), o neoliberalismo compreende uma redefinição das relações entre estado, nação e sociedade como exigência da dinâmica da globalização. Esta impõe o divórcio entre estado e sociedade rompendo as articulações que configuram o estado-nação.

O estado é reestruturado em função dos processos de concentração e centralização do capital transnacional, tornando-se um aparelho administrativo das estruturas de poder. Simultaneamente, setores significativos da sociedade civil identificam-se com o nacionalismo fundamentado no território, na história e na tradição.

Nesse contexto ocorre um deslocamento do lugar da política, na medida em que a soberania nacional deixa de ser um princípio de organização e da atividade políticas. Deste modo, as instituições clássicas, como partidos, sindicatos e parlamentos, cujo âmbito de atuação foi, historicamente, definido no espaço compreendido pelo estado-nação, vão perdendo o lugar na construção da hegemonia política. Sobre a defasagem das instituições políticas em relação ao movimento de transnacionalização da economia há projetos, propostas e correntes diferentes que num amplo leque de possibilidades poderíamos acentuar as posições extremas. De um lado, há uma tendência a acentuar e reforçar o caráter nacional das instituições como formas de resistência à dominação cada vez mais intensa do capital sobre outras dimensões da vida social. A outra tendência é a de mostrar a necessidade de uma adequação dessas instituições políticas à mundialização dos fatores econômicos. (Ortiz, 1996)

Segundo Ianni, o deslocamento da política do lugar de construção da hegemonia passa a ser ocupado pela mídia impressa e eletrônica, predominando sobre “as mentes e corações de todo o mundo”. Ao considerar a mídia como a maior instituição formadora da opinião pública na atualidade, o autor a caracteriza como um “príncipe eletrônico”, equivalente ao estado da época de Maquiavel ou ao partido na concepção de Gramsci⁵ (1976). Esse “novo príncipe” seria mais um componente importante no cenário da globalização e do neoliberalismo, na medida em que a mídia, através de determinados conteúdos e meios que influenciam e formam as mentalidades e a opinião pública, constitui um campo privilegiado de atuação das empresas, corporações e conglomerados transnacionais.

⁵ Segundo Gramsci, o partido político revolucionário deveria encarnar as características atribuídas por Maquiavel ao príncipe moderno, no sentido de representar o símbolo da “vontade coletiva”.

Um outro aspecto que o autor ressalta nesse cenário são as “teorias ou mitos” baseadas no princípio do individualismo metodológico ou “escolha racional”, tão em voga, atualmente. A suposição de que o indivíduo age de modo racional e que agirá mais ou menos racionalmente conforme as informações de que dispõe levando em conta as escolhas racionais dos outros indivíduos, segundo Ianni, é um mito que se desenvolve num contexto constituído com base no modelo de mercado. Essa construção é uma espécie de “tipo ideal” que inspira o desenvolvimento do individualismo em todos os lugares do mundo, levando a uma reinterpretação da história à luz das hipóteses, instituições, práticas, valores e ilusões, próprias do imaginário neoliberal. De acordo com o autor, as teorias baseadas na noção de individualismo sintetizam-se no cartão de crédito magnético, de caráter transnacional e global, pois ele é o signo da individualidade, liberdade e felicidade, baseadas no consumismo, ou seja, é o signo da cidadania na ótica neoliberal. Num outro texto, Ianni, citando Horkheimer (1969), onde este discute a crise da razão e a crise do indivíduo, afirma que uma questão surpreendente da modernidade na época da globalização é, justamente, o declínio do indivíduo. Essa questão coloca o paradoxo de que as teorias baseadas no individualismo florescem no momento em que ocorre com maior intensidade a crise do indivíduo na sociedade de massas, com a tecnificação das relações sociais em todos os níveis (Ianni, 1998).

De acordo com sua análise, o princípio do individualismo e da escolha racional presentes no neoliberalismo são, simultaneamente, condições e produtos de uma visão sistêmica que à despeito das contradições e conflitos no mundo, o organiza, integra e administra, delimitando as possibilidades dos indivíduos e coletividades. O neoliberalismo constrói um mundo que parece integrado e harmônico, onde as “complementaridades” tendem a anular as “antinomias”. Neste sentido, a ideologia neoliberal cria várias utopias, tais como: “aldeia global”, “mundo sem fronteiras”, “nova ordem econômica mundial”, “fim da geografia”, “fim da história”, etc. E, assim ela cumpre a função ideológica de encobrir o caráter desigual, contraditório e combinado do processo de globalização, tal qual o autor o caracterizou.

Nesse cenário multidimensional é que o autor insere a importância das corporações transnacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, Banco

Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) como estruturas de poder que visam a organização sistêmica do mundo.

Expusemos algumas das idéias centrais do texto de Ianni, por ele constituir uma síntese das questões discutidas pela vasta literatura que abrange várias dimensões ou aspectos do atual contexto de mudanças no capitalismo mundial ou de mudanças de paradigmas em diversas áreas e atividades sociais. É nesse contexto que deve ser compreendido o papel e a atuação das organizações multilaterais em relação aos dois aspectos privilegiados e anunciados no início do texto: o da formação de um “consenso” favorável à realização das reformas com base num conhecimento científico e o da implementação propriamente do programa de reformas, construindo dessa maneira, a nova ordem global.

Para a formação do primeiro, é fundamental a assimilação da idéia de um modelo virtuoso, bem-sucedido e vencedor que se desenvolve a partir de algumas teses gerais válidas e adaptáveis às distintas realidades econômicas, sociais, políticas e culturais ou diversas formas de sociabilidade. Essa idéia de um modelo único tem sido objeto de destaque de toda a bibliografia crítica já citada no texto (Anderson, 1995; Fiori, 1996). Quanto ao outro aspecto relativo à construção da nova ordem global, deve-se sublinhar a prática intervencionista, através de mecanismos de pressão exercidos pelas instituições transnacionais. Devido ao crescente endividamento de países soberanos incluídos na categoria dos “países em desenvolvimento” que ficaram sujeitos às “condicionalidades” anexas aos acordos de empréstimos, o “bom governo” teve que redirecionar adequadamente suas políticas macroeconômicas segundo os interesses dos credores oficiais e comerciais.

Assim, através da idéia de um modelo virtuoso e de uma prática intervencionista, as instituições multilaterais são criadoras e criaturas dos processos denominados de globalização e neoliberalismo. A atuação dessas organizações mantém uma correspondência com a construção do discurso dominante de acordo com um conjunto de relações econômicas aparentemente neutras, que conduzem o processo de globalização seguindo a lógica do mercado. A ciência econômica moderna, os ministérios, instituições e agências econômicas constituem o campo de atuação privilegiado do FMI. Enquanto, o Banco Mundial desempenha

também um papel fundamental na construção do discurso dominante, produzindo justamente, o contradiscurso ou contraparadigma ao incorporar uma preocupação moral e ética que se expressa através de termos que compõem o novo vocabulário político como “desenvolvimento sustentável”, “equidade”, “combate à pobreza”, etc. (Chossudovsky, 1999). É importante assinalar que essa “contra-ideologia” se desenvolve paralelamente com o dogma econômico neoliberal para o qual as questões relacionadas com a estabilização da moeda, o combate à inflação, a privatização da economia, a abertura econômica, são prioritárias na agenda das reformas impostas pelas organizações transnacionais. O enfoque ético dado pelo Banco Mundial ao processo em curso, conferindo-lhe uma “face humana” é muito importante para a legitimidade das instituições transnacionais e do “bom governo” na busca da eficácia dos programas de reformas e ajustes estruturais.

Retomando o texto de Ianni, gostaríamos de enfatizar esse aspecto que o autor denomina de organização sistêmica do mundo. Esta é desenvolvida com base na “visão neoliberal de mundo” encobrindo o caráter desigual, contraditório e combinado do processo de globalização em várias dimensões da vida social. Essa é a questão que pretendemos apreender na análise das teses do Banco Mundial e, por isso, escolhemos algumas de suas publicações para compreender a noção de progresso na ótica neoliberal. Pois, de acordo com organização sistêmica do mundo, onde predomina e prevalece a ideologia neoliberal, é que adquire sentido a construção da idéia de um modelo único de progresso, através da combinação “eficiente” de alguns fatores sociais. Entre esses, queremos destacar a sua concepção de desenvolvimento baseada na economia de mercado, com a redução do papel do Estado; a flexibilização e desregulamentação na área das relações de trabalho; a instrumentalização do saber na relação entre tecnologia e educação, ao mesmo tempo em que a relação entre esses vários fatores é legitimada pelo “contradiscurso” moral e ético do “progresso humano” produzido pelo Banco Mundial.

Capítulo II

SOBRE O TEMA DESENVOLVIMENTO

Para entrarmos na análise das principais idéias expostas e defendidas nos relatórios anuais do Banco Mundial sobre esse tema, vamos partir da discussão de um texto da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), escrito por Sunkel (1998), em que o autor coloca algumas considerações importantes acerca da concepção hegemônica sobre desenvolvimento na atualidade. Caracterizando o momento atual pela existência e imposição de um modelo econômico e social único para o mundo todo e também pelo fato de estar se vivendo o auge desse paradigma, o autor afirma, no entanto, que o modelo tem-se deparado com dificuldades recentes levando o próprio diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional a declarar que a redução do papel do Estado e os problemas sociais decorrentes desse encolhimento foram longe demais.

Sobre esse ponto, teríamos a acrescentar outras manifestações de preocupação por parte do próprio Banco Mundial quanto à questão do aumento da pobreza e miséria no mundo, sobretudo, nos países do chamado terceiro mundo. Consideramos que essa é uma questão importante para se compreender a visão dos organismos multilaterais sobre os problemas sociais que eles tendem a caracterizar como geradores de situações caóticas. Entretanto, não demonstram nas suas análises uma compreensão integrada das questões sociais no contexto de crise econômica, caracterizada por baixa capacidade de crescimento, onde as possibilidades de desenvolvimento para muitos países e regiões são cada vez mais remotas na atual divisão internacional do trabalho (Canno, 1999; Mattoso, 1999 e Sampaio, 1998).

As recentes demonstrações de atenção para com as questões sociais seguem do nosso ponto de vista, uma posição tradicional das elites dominantes que tendem a ignorar

ou ocultar as conseqüências sociais de modelos ou padrões de desenvolvimento econômico até que os problemas sociais comecem a ameaçar o equilíbrio e o funcionamento da ordem social. Este tem sido o olhar de setores das elites e, especialmente, do Banco Mundial para a pobreza, a miséria e a exclusão de grandes parcelas da população do mundo. Neste sentido, parece-nos interessante saber quando ocorre a ultrapassagem do limite considerado “normal” ou “natural” dentro da lógica dos “ganhadores” e “perdedores” para a situação de “caótica” ou “patológica”, motivo de preocupação dos dirigentes políticos e da camada dominante, de modo geral.

O referido texto de Sunkel (1998), do qual vamos destacar algumas idéias, remete à essa questão, pois, contrariamente à visão fragmentada do modelo atual, ele se pauta por uma análise mais integrada entre desenvolvimento econômico e suas implicações sociais. De acordo com essa perspectiva, o autor defende a existência de duas grandes linhas de pensamento ou a validade da classificação das correntes denominadas de direita e de esquerda, ou de duas concepções de desenvolvimento. Ele afirma que essa dualidade remonta outras épocas e que ela encontra-se mesmo, na origem do pensamento econômico científico. E, assim, ele estabelece uma divisão entre a herança teórica que vem de Adam Smith centrada na ação do indivíduo, da empresa privada, que tem como características, o conservadorismo, o utilitarismo e o individualismo e outra herança teórica, com um viés mais sociológico, que tem uma filiação em David Ricardo e que trabalha e enfatiza mais categorias e atores coletivos. De acordo com uma perspectiva estrutural, ele considera que essas duas vertentes se alternaram ao longo da história do capitalismo.

Dentro dessa visão, ele afirma que há diferenças entre a variante anglo-saxã do capitalismo que carrega características mais individualistas, mais utilitaristas e mais competitivas em comparação com o capitalismo da Europa que contém maior componente de solidariedade social.

Essa linha de análise das alternativas e variações de concepções de desenvolvimento, revela claramente as diferenças entre o capitalismo do período pós II

Guerra Mundial e o atual. Enquanto no primeiro houve uma grande valorização das sociedades nacionais tendo o Estado desempenhado o papel central na condução do processo de desenvolvimento, fosse no caso do *welfare state*, do socialismo, do *new deal* ou do desenvolvimentismo, após esse ciclo ocorreu a alternância que cedeu espaço à hegemonia da proposta liberal e suas teses acerca da redução do Estado na regulamentação social. E esta, segundo o autor, vem passando por crises no atual momento, que entretanto, não colocam como alternativa a volta pela via do protecionismo nacionalista ou do socialismo na versão do marxismo oficial.

Quanto aos caminhos para a América Latina no contexto da globalização, o autor explicita como aquela dualidade do pensamento político e econômico expressa-se em duas correntes diferentes, mas com pontos comuns, não estando elas assim em campos absolutamente antagônicos. Uma delas, chamada de neo-estruturalismo latino-americano enfatiza os aspectos sociais e as políticas públicas na sua concepção de desenvolvimento, defende que o equilíbrio macroeconômico deve ser buscado através das exportações, sobretudo dos produtos com maior valor agregado. A busca de equilíbrio fiscal deve ocorrer com o aumento dos gastos públicos e tributação maior e mais progressiva. O autor argumenta que o alto nível dos gastos públicos e da carga tributária do Chile é uma vantagem comparativa, pois viabiliza o funcionamento do estado.

A outra corrente é a neoliberal, que ressalta a necessidade de fazer o mercado funcionar, tem como prioridade atingir o equilíbrio o macroeconômico e considera que a integração com o mundo ocorre através da desregulamentação e da liberalização das importações. Na busca do equilíbrio, a posição neoliberal defende a redução dos gastos públicos e da renda tornando a tributação mais regressiva.

Segundo o autor, o principal ponto comum entre essas correntes é o reconhecimento por parte de ambas de que as políticas econômicas devem buscar o equilíbrio macroeconômico. Elas se diferenciam, no entanto, quanto ao modo de fazê-lo e também na ênfase atribuída a esse fator. Nesse sentido, Sunkel critica algumas posições de esquerda que têm tornado o debate confuso, na medida em que não reconhecem a importância do

equilíbrio macroeconômico e não admitem que numa situação de déficit e grandes desperdícios, os governos devem se dedicar a racionalizar os gastos públicos. Assim, o autor afirma também que há críticas corretas da parte da corrente neoliberal às formas de intervenções do Estado, pois houve protecionismo excessivo, irracionalidade na alocação de subsídios e formas populistas de distribuição de rendas.

A sua posição sobre a natureza do estado é de que ele deve ser mais regulador, cumprindo tarefas antigas e novas, considera que o estado necessita de uma reestruturação ampla que não deve ficar restrita aos programas de privatização. Nesse aspecto, o autor critica a proposta neoliberal de privatização dos serviços de saúde e educação, que no caso do Chile, tornou esses serviços muito deficientes, colocando as pessoas desde crianças, diante de distintas possibilidades de futuro caracterizadas pela desigualdade social:

“Hoje o Estado tem que se preocupar com a regulação, com as negociações internacionais, com a fixação das regras e o controle sobre elas com a atuação firme em temas como meio ambiente e ciência e tecnologia”. (Sunkel, 1998).

Para ele, a racionalização da ação do Estado deve ser feita a partir de duas linhas de atuação: maior regulação e possibilitando o funcionamento dos mercados.

Numa linha de análise semelhante, embora mais crítica, tem caminhado Celso Furtado (1998), que também tem um vínculo histórico com a CEPAL, nas suas análises sobre o atual modelo econômico. Chamando a atenção para a necessidade de se restaurar a economia como ramo da ciência política, Furtado pensa que os fenômenos considerados estritamente econômicos como o crescimento, a inflação e muitos outros, devem ser analisados a partir de fatores não-econômicos e sim políticos, sociais, históricos e culturais. Considera que essa visão é um legado da CEPAL, pois ela constitui a única criação de um pensamento teórico sobre política econômica surgido no terceiro mundo. Este pensamento teórico denominado de histórico-estrutural baseou-se em duas grandes idéias: a visão de conjunto formada a partir da dicotomia centro-periferia, permitindo captar a especificidade do subdesenvolvimento e a percepção das relações de poder subjacentes à economia

mundial, produzindo uma explicação sobre a tendência à degradação dos termos de intercâmbio dos produtos primários nos mercados internacionais. Essas duas idéias mostram a importância do estudo das relações de poder, dominação e, portanto, da política nas questões econômicas. Por isso, o autor critica a ideologia hegemônica deste final de século que analisa o processo de globalização dos mercados como uma tendência que impõe-se no mundo a partir de um imperativo tecnológico, independentemente das políticas nacionais e considera que o processo histórico de formação econômica do mundo moderno deve ser analisado de três ângulos: a) o aumento acumulativo da poupança; b) as inovações técnicas e c) a implantação do poder de compra da população.

Furtado argumenta através da história do capitalismo que, para se compreender o processo de acumulação de capital, é necessário uma explicação para o aumento do poder de compra da população, ou seja, para a expansão da massa dos salários. E a explicação dessa questão encontra-se na política, mais especificamente, na ação organizada das massa trabalhadoras. Analisando o dinamismo da economia como decorrência do conflito e do equilíbrio desses dois processos principais, o autor destaca: a inovação técnica que eleva a produtividade, reduz a demanda da mão-de-obra, e depende da ação dos empresários em seus esforços de maximização dos lucros e a expansão do mercado, que cresce junto com a massa salarial e depende da organização política dos trabalhadores.

Furtado repropõe uma perspectiva de análise a partir do conflito de classes para explicar a dinâmica do processo de desenvolvimento capitalista. Dessa ótica do autor, o equilíbrio entre essas duas forças foi garantido ao longo do processo de desenvolvimento capitalista pela ação reguladora do poder público dentro do espaço nacional. O autor analisa o processo de globalização como sendo uma ruptura desse tripé caracterizado pela capacidade empreendedora do empresário, da ação reguladora do estado e da capacidade de organização das massas trabalhadoras, que sustentou o desenvolvimento do capitalismo nas últimas décadas, produzindo então, um desequilíbrio em prejuízo dos trabalhadores e em proveito do capital que controla a tecnologia de vanguarda. Quanto ao Estado, a sua

possibilidade de intervenção nos processos macroeconômicos. hoje em dia, é tão limitada que ele tornou-se impotente para enfrentar o problema do desemprego.

Furtado acredita que os novos desafios que se colocam atualmente são menos de natureza econômica e mais de caráter social. Os desajustamentos sociais não são apenas decorrentes do progresso tecnológico, mas também da incorporação ao sistema produtivo da mão-de-obra mal remunerada dos países de industrialização retardatária, sobretudo os asiáticos. Segundo o autor, o principal e mais grave problema das sociedades pobres é a exclusão social.

“A globalização em escala planetária das atividades produtivas leva necessariamente a grande concentração de renda, contrapartida do processo de exclusão social”. (Furtado, 1998)

E para enfrentar esse grande desafio social no final do século, Furtado conclama a imaginação política a passar para o primeiro plano na condução do processo histórico.

Fizemos esse breve resumo de algumas idéias colocadas por Furtado e Sunkel tendo dois objetivos: o primeiro deles é apontar a existência de uma outra visão crítica, do atual processo econômico, social e político, desenvolvida por intelectuais da área econômica e representativos de uma corrente importante na história do pensamento econômico do século XX, que é o estruturalismo, composta por duas vertentes o marxismo e o keynesianismo⁶.

Quisemos ressaltar algumas questões relevantes para a nossa discussão e colocadas pelos autores: além do próprio fato de fazerem uma leitura diferente e destoante sobre o desenvolvimento e o atual momento de transformação do capitalismo, em relação à visão neoliberal, quebrando, de algum modo, a sua hegemonia e ameaçando o consenso em torno do modelo, também se aproximam em relação a duas outras questões. Uma delas é a ênfase dada aos processos históricos e à dimensão política, destoando da corrente neoliberal que se

⁶ É importante lembrar que o marxismo não se reduz a uma determinada vertente, no caso o estruturalismo, mas que há várias interpretações das teses originais que constituem tendências diferentes e, neste sentido, vale ressaltar o marxismo historicista – Lukács, Korsch, Gramsci, Goldmann e outros – e o marxismo racionalista da escola de Frankfurt – Horkheimer, Marcuse, Adorno, Benjamin, Habermas.

apoiar na idéia baseada no paradigma que pressupõe as “leis naturais” da economia, do mercado e do indivíduo (Singer, 1999; Fiori, 1996; Mantega, 1984). A outra relacionada à esta refere-se ao reconhecimento da necessidade de intervenção de uma instância externa ao mercado regulando os processos econômicos, seja por motivos de justiça social, seja pela busca do equilíbrio macroeconômico (Furtado, 1998; Singer, 1999). Outro ponto importante dessas reflexões é a importância dos valores e da ideologia na interpretação da realidade, sendo impossível distinguir radicalmente os valores dos fatos ou o julgamento de valor e o julgamento dos fatos. A partir dessa consideração sobre a produção do conhecimento, é possível questionar o “cientificismo” presente nas análises econômicas baseadas nas leis naturais da economia, cuja leitura “competente” caberia à ciência econômica e cuja pretensão de neutralidade caracteriza a ideologia cientificista (Löwy, 1987; Chauí, 1980)⁷.

A outra contribuição das reflexões desse pensamento estruturalista para o nosso trabalho deve-se ao próprio conteúdo de suas críticas à corrente hegemônica, o qual norteará nossa análise sobre a concepção de desenvolvimento desse organismo transnacional e dos “bons governos”. Para isso vamos nos apropriar e trabalhar com duas idéias centrais colocadas por eles e também desenvolvidas por outros autores do processo econômico em curso (Fiori, 1996; Anderson, 1995). A primeira é a da construção do consenso em torno de um modelo único, “virtuoso” e “bem-sucedido” para o desenvolvimento dos diferentes países, no qual, entre outros fatores que discutiremos adiante, os elementos tecnológicos e econômicos são preponderantes e determinantes sobre outras atividades sociais como o trabalho e a educação. Essa questão da determinação econômica e tecnológica está relacionada com uma concepção de desenvolvimento como um processo natural, de acordo com o paradigma mencionado anteriormente, pois ele constitui o “maior desafio enfrentado pela raça humana” (Relatório, 1991).

⁷ A ideologia cientificista é baseada no mito ou ilusão da neutralidade e imparcialidade da ciência como se essa fosse um conhecimento reflexo da realidade (Chauí, 1994).

Relacionada com esta, a outra idéia extraída dos textos, que consideramos relevante e também muito ressaltada pela bibliografia para a compreensão do tema desenvolvimento, como tem sido pensado e colocado em prática na atualidade, é a da desvinculação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social tal como esteve no horizonte intelectual e de preocupações dos formuladores de políticas econômicas dos países hoje considerados desenvolvidos (Anderson, 1995; Oliveira, 1995) e, de modo diferente, também entre aqueles países hoje classificados como em desenvolvimento durante um significativo período histórico. A preocupação com uma certa distribuição da riqueza entre classes ou segmentos sociais, de alguma maneira, foi incorporada pelas instituições ou organismos vinculados ao estado, seja na sua versão keynesiana, desenvolvimentista e de forma mais radical, na vertente socialista (Przeworski, 1985). Como tem sido ressaltado por diversos intelectuais (Bobbio, 1985 e 1987), a questão da igualdade social era reconhecida como uma possibilidade histórica por diversas correntes de pensamento político.

Consideramos essas duas questões – anunciadas e discutidas parcialmente no capítulo anterior do trabalho, do ponto de vista de alguns intelectuais representativos das principais vertentes do pensamento político da atualidade – essenciais para a compreensão dos temas que destacamos como relevantes no nosso trabalho.

Dando, assim, continuidade a essa discussão pretendemos adentrar, um pouco mais, nas concepções da corrente hegemônica sobre desenvolvimento, com o foco sobre as duas questões extraídas dos textos de Furtado e Sunkel: a idéia do modelo único de desenvolvimento para os diferentes países e a separação entre o desenvolvimento econômico e social.

Considerando que essas duas questões apontadas pela crítica ao modelo neoliberal, de acordo com os autores citados, constituem teses do Banco Mundial fundamentadas na sua análise da realidade atual, à luz de um arcabouço conceitual e teórico utilizado pelos seus técnicos ou “intelectuais orgânicos”, conforme a concepção de Gramsci⁸, achamos

⁸ Para Gramsci, os intelectuais orgânicos desempenham um papel fundamental de elaborar e gerir uma superestrutura para tornar a classe, com a qual mantém um vínculo, homogênea e hegemônica.

conveniente iniciar com a sua caracterização sobre as principais tendências do desenvolvimento na atualidade.

De acordo com a visão desse organismo transnacional, atualmente vive-se uma época de revolução na economia mundial, caracterizada pela adoção do desenvolvimento baseado no mercado pelos vários países do planeta, com ênfase nas categorias de países “em desenvolvimento” e “em transição”. Dentro da economia de mercado, o Banco enfatiza duas tendências importantes que ocorrem na atualidade: a abertura dos mercados internacionais, possibilitando o fluxo de bens, capital e idéias no mundo todo, e a redução da ação governamental nos mercados. Esses dois pontos são destacados de modo recorrente em todos os relatórios consultados⁹.

“Duas tendências globais distintas tornam ainda mais oportuno este relatório: a redução governamental nos mercados e a crescente integração do comércio, dos fluxos de capital e do intercâmbio de informações e tecnologia”. (Relatório sobre Desenvolvimento Mundial, 1995).

As duas tendências ressaltadas pelo Banco, nesse processo caracterizado por ele como revolução na economia mundial (Relatório, 1995), adquirem também, uma positividade na sua análise, por se constituírem nas principais idéias que ele defende a respeito do desenvolvimento como “resultado da interação adequada entre estado e mercado” (Relatório, 1995). Essa interação adequada envolve uma definição dos papéis do mercado e do estado, baseada no consenso em favor de uma abordagem do desenvolvimento “favorável às forças do mercado”, onde os governos teriam a função de complementá-lo (Relatório, 1997).

Antes de entrarmos propriamente na análise dessa relação, entre mercado e estado, que é a principal tese do Banco sobre o desenvolvimento, seus caminhos e suas diferenças, queremos fazer algumas considerações sobre a sua caracterização da revolução na atualidade. Ela revela a existência de um vínculo muito estreito entre ciência e ideologia (Löwy, 1987; Chauí, 1980), deixando entrever uma separação muito tênue entre o nível da análise das tendências em curso e o seu posicionamento quanto à direção que elas devem tomar, segundo o objetivo de colocar em prática o modelo considerado correto no contexto da globalização. Desse modo, fica muito difícil estabelecer uma distinção entre a análise “objetiva” ou mais

⁹ O Desafio do Desenvolvimento – 1991; O Trabalhador e o Processo de Integração Mundial – 1995; Do Plano ao Mercado – 1996 e O Estado num mundo em transformação – 1997.

“científica” da realidade e a sua defesa dos argumentos favoráveis aos rumos seguidos pelo processo, de acordo com o sentido imposto pela lógica e determinação dos acontecimentos.

Não pensamos que haja uma separação muito rígida entre esses dois níveis de construção da realidade. A partir dos anos setenta, muitos foram os esforços de intelectuais que procuraram desenvolver uma crítica consistente à tradição althusseriana de conceber o conhecimento científico da realidade e a produção ideológica como universos opostos (Chauí, 1980, 1982 e 1984)¹⁰.

No entanto, há uma preocupação por parte das análises feitas nos relatórios com a cientificidade de suas posições, que vai no sentido de buscar comprová-las como única explicação válida e legítima do real, e por isso, contendo os fundamentos do modelo de desenvolvimento baseado no mercado. É justamente nesse aspecto que os dois níveis se confundem ou conforme Belluzzo: *“Assim o inevitável torna-se também bom e desejável”* (Belluzzo, 1998). Queremos chamar a atenção para um ponto passível de reflexão. Há uma correspondência entre a idéia de um modelo de desenvolvimento baseado no mercado, na medida em que este é regido por “leis naturais” e a produção de um conhecimento que se considera o único válido e verdadeiro acerca dessa realidade, pois a função da ciência é justamente compreendê-las e traduzi-las. Essa questão nos remete novamente à relação entre ciência e ideologia ou, conforme Löwy, *“o papel da ideologia na constituição de um saber científico: ela lhe circunscreve os limites”* (Löwy, 1987).

Ao interpretar a realidade atual com base num referencial científico e ao mesmo tempo definir como estratégia de desenvolvimento essas mesmas tendências observadas de um ponto de vista pretensamente neutro, mas, como vimos, impregnado de valores, podemos reafirmar a nossa colocação feita no Capítulo I, sobre a importância dos organismos transnacionais no atual momento da acumulação capitalista. Ela consiste no fato de que eles criam ao mesmo tempo a “nova ordem global” a partir de sua estratégia de

¹⁰ No final dos anos 70, foram produzidos muitos trabalhos questionando o positivismo dentro do marxismo, representado pela vertente althusseriana, que separa em compartimentos opostos a produção ideológica do conhecimento científico. Chauí contribuiu muito nesse debate ao mostrar a impossibilidade dessa separação.

desenvolvimento calcada na interação mercado e Estado e o “conhecimento científico” que legitima essa estratégia. Pelas considerações feitas anteriormente sobre a relação entre ciência e ideologia, acreditamos que esse conhecimento não é neutro, mas é também ideológico, sendo a expressão de um determinado ponto de vista social, ou melhor, do “núcleo orgânico da economia mundial” (Arrighi, 1997). De acordo com essa perspectiva, o Banco Mundial, bem como os outros organismos transnacionais, expressa o ponto de vista das altas finanças ou do alto comando da economia mundial, onde “o dono do dinheiro encontra-se com o dono, não da força de trabalho, mas do poder político”(Arrighi, 1997).

A caracterização de revolução na economia mundial às tendências mencionadas, ou seja, da ampliação da economia de mercado e redução do poder governamental, também não é “neutra” e puramente científica, mas tem também um significado político e ideológico. “É que o uso das palavras traduz relações de poder e dominação”(Fernandes, 1981). O termo revolução na história moderna e contemporânea tem sido utilizado para expressar mudanças profundas e radicais nos processos históricos ou para designar mudanças drásticas e violentas na estrutura da sociedade. Neste sentido, ele tem um caráter inelutável, de ruptura com o passado e o advento do “novo”. (Fernandes, 1981). De acordo com essa perspectiva, as principais tendências do momento atual devem imprimir um sentido irreversível ao processo de desenvolvimento, voltado para a economia de mercado e do progresso da humanidade, determinado pelo fator tecnológico. As duas tendências gerais têm desdobramentos em todos os setores e atividades sociais e incidem sobre vários aspectos do processo de transição em curso.

A proximidade entre o “inevitável” e o “desejável, ou seja, entre a realidade e o desejo, que se expressa num projeto ou num programa de desenvolvimento, permeia a análise do Banco sobre os diversos fatores e temas que caracterizam essa “revolução mundial”.

De acordo com essa perspectiva de revolução na análise da realidade atual, duas palavras são fundamentais para se compreender o percurso do desenvolvimento em direção

a formas supostamente superiores de sociedade e corrigir as imperfeições ou desvios das atuais. A primeira delas representa os obstáculos que se antepõem às tendências “progressistas” do desenvolvimento, que é a palavra **enviesamento** e que adquire nas análises do Banco Mundial, um poder explicativo muito grande. Pois, nas análises acerca de todos os temas e questões abordados nos relatórios para todos os países e regiões, os obstáculos ao “progresso”, identificado com a noção de “revolução mundial”, ou problema de quaisquer ordens que obstaculizam o seu caminho são tratados como resultados de desvios ou vieses de modelos de desenvolvimento mal-sucedidos. Ou são políticas econômicas equivocadas, ou uma educação não condizente com o nível tecnológico, ou a formação profissional inadequada aos novos requisitos de qualificação, ou são grupos burocráticos privilegiados, ou ainda sindicatos obsoletos. Mas, principalmente, por uma inadequada relação entre o poder público e o poder de mercado, que se deve a uma herança de outras épocas, ou outros paradigmas de desenvolvimento diferentes dos atuais. Os enviesamentos mais repetidos nos relatórios são os modelos de desenvolvimento baseados no processo de substituição de importações em oposição àqueles voltados para a exportação, o desvio de investimento da agricultura para a indústria e o desempenho de funções protecionistas por parte do Estado.

A outra noção chave na análise do Banco sobre o momento atual, caracterizado como “revolução na economia mundial”, representa as possibilidades de superação dos obstáculos, enviesamentos ou desvios, através de meios, métodos e estratégias sintetizados pela palavra reformas, que também adquire um valor explicativo na visão de progresso do Banco Mundial e um conteúdo político fundamental nos planos de governos. A questão das reformas define as ações e os limites do “bom governo” como tem sido colocado por esse organismo transnacional. Neste sentido, retomamos uma questão discutida no Capítulo I, que é o caráter intervencionista desses organismos sobre a economia e a política dos diversos países, ou seja, sobre seus destinos, no sentido destes colocarem em prática o programa de reformas como “condicionalidades” de novos empréstimos. O conjunto dessas reformas seria uma combinação de estabilização macroeconômica. liberalização do

comércio e dos mercados internos e reforma institucional. Essas reformas caminham no sentido das duas tendências gerais que caracterizam a “revolução mundial”: a maior integração internacional e a redução do papel do estado, ou melhor, da globalização da economia inspirada pelo modelo neoliberal de desenvolvimento. A correção e superação dos enviesamentos através das reformas e ajustes constitui a grande tarefa do momento na construção do progresso e na desobstrução do caminho do desenvolvimento.

Nessas considerações iniciais podemos perceber os contornos do “modelo único” de desenvolvimento, definido pela ideologia neoliberal. Em primeiro lugar, ele decorre da construção do consenso em torno de uma relação adequada entre mercado e estado, que tende a ocorrer no momento atual, devido às tendências inscritas na “revolução mundial” ou nas grandes transformações em curso. No entanto, para que ele ocorra nos diversos países, é necessário a realização das reformas e ajustes para superar os enviesamentos de políticas econômicas inadequadas e desimpedir a liberdade de mercado, a livre iniciativa e o progresso tecnológico.

Com base nas questões que colocamos a respeito da relação entre ciência e ideologia, podemos compreender a apologia da economia de mercado feita pelo Banco, pois de seu ponto de vista, nela, o desenvolvimento pode transcorrer natural e livremente, superando obstáculos e propiciando a competitividade que desencadeia o espírito empresarial e o progresso tecnológico.

“Os mercados competitivos são o melhor meios encontrado até hoje de organizar eficientemente a produção e a distribuição de bens e serviços”.
(Relatório, 1997)

Temos alguns elementos para refletir a respeito da visão do Banco sobre o tema do desenvolvimento. Em primeiro lugar, trata-se de um processo natural que só pode fluir numa economia de mercado, pois esta oferece as condições mais propícias para a realização

dessa “vocação da raça humana” de busca da competitividade. Mas, para que isso ocorra, os mercados necessitam de estrutura jurídica e normativa que só o estado pode oferecer. Esta capacidade de adequação do Estado ao mercado é que o define como “bom governo”.

Acreditamos que essa concepção de desenvolvimento está assentada numa visão de mercado como sendo uma ‘ordem natural’ dotada de leis e força que se impõem sobre “as paixões e os interesses dos homens” (Hirschman, 1979). Ou então, tal como um “fato social” que ocorre independentemente da intervenção dos homens, dotado de poder de coerção, impondo-se sobre a vontade dos indivíduos e que pode ser comparado a uma “coisa” pelo seu caráter de exterioridade em relação às vontades dos homens (Durkheim, 1956). De acordo com essa visão de mercado, há fatores determinantes e quase naturais que impulsionam o desenvolvimento e o progresso e não devem ser impedidos no seu curso natural.

Partindo dessa idéia geral sobre o desenvolvimento como resultado da interação entre mercado e Estado na ótica do “alto comando da economia mundial” (Arrighi, 1998), destacamos alguns pontos que delimitam melhor o campo científico de análises do Banco.

A frase inicial do capítulo do Relatório de 1991, cujo tema é justamente, o desenvolvimento, é bastante afirmativa, como se estivesse ancorada num consenso construído ao longo da história da humanidade, portanto, de uma verdade inquestionável.

“O desenvolvimento é o mais importante desafio enfrentado pela raça humana”. (Relatório, 1991)

A idéia de desenvolvimento como desafio da raça humana elimina o caráter histórico do conceito de desenvolvimento, como foi colocado na introdução. Além disso, o pressuposto da “raça humana” parece estar fundamentado mais em critérios biológicos do que antropológicos e culturais. Essa frase inicial dá o tom, e é recorrente em vários momentos desse relatório. Acreditamos que a “certeza” contida nela constitui uma premissa importante das análises sobre desenvolvimento, mercado, estado, trabalho, educação e

progresso na visão do Banco Mundial e também do paradigma científico que fundamenta o neoliberalismo. Num outro lugar do mesmo relatório, encontramos a seguinte afirmação:

“O desenvolvimento é realmente um desafio – mas, como a história o demonstra, um desafio que pode ser enfrentado”. (Relatório, 1991)

Nesta citação, a afirmação da importância da história é introduzida para comprovar a tese de que o desenvolvimento é inerente à raça humana, que pode e vem enfrentando-o como um desafio, ao longo da existência do homem. A história adquire um valor instrumental e evolutivo, onde os homens realizam a sua “vocação natural”, que é enfrentar o desafio do desenvolvimento.

As duas afirmações citadas contêm pressupostos importantes das teorias e análises do Banco sobre a realidade mundial. A primeira é a existência de uma “raça humana”, termo este, vazio de qualquer conteúdo antropológico e cultural, ou de uma “natureza humana” que antecede a história. Esta questão é muito destacada por autores que estudam o liberalismo e apontada como uma premissa filosófica dessa vertente do pensamento econômico e político (Macpherson, 1979; Bobbio, 1986). A noção do estado de natureza, de pacto social, de direitos naturais, entre os quais se inclui o direito de propriedade e uma certa tensão entre indivíduo e estado estão relacionadas com o outro pressuposto contido nas duas afirmações destacadas, que é o do desenvolvimento como um processo natural. Pois, segundo essa perspectiva, ele é o resultado de um constante e permanente, portanto, a-histórico enfrentamento pela raça humana de seus desafios. Nesse sentido, ele tem também um caráter evolutivo e linear, dado pelo conhecimento da história, pois esta constitui o lugar onde ele se realiza (Bobbio, 1986; Macpherson, 1979).

Outra afirmação análoga:

“O desenvolvimento é realmente um tremendo desafio. Das tantas tarefas que hoje se antepõem à raça humana, nenhuma é mais importante”. (Relatório, 1991).

Esta naturalização dos conceitos de desenvolvimento, de homem e de história, tem sido também muito ressaltada pelos estudiosos do neoliberalismo na atualidade, como uma

característica conservadora dessa corrente, muito próxima de um darwinismo social, como foi colocada pelo positivismo (Teixeira, 1996; Hinkelammert, 1984; Gentili, 1995).

Uma outra afirmação que corrobora as demais;

“Alcançar o desenvolvimento é realmente o mais premente de todos os desafios hoje enfrentados pela raça humana. Por mais incompletos que ainda sejam os nossos conhecimentos, já aprendemos o bastante nos últimos 40 anos para discernir o caminho. As estratégias nas quais o governo apoia os mercados competitivos, em vez de suplantá-los, constituem a melhor maneira de enfrentar o desafio do desenvolvimento”. (Relatório, 1991).

Essa citação amplia mais o campo de reflexão sobre a visão desse organismo transnacional a respeito do tema do desenvolvimento. Além da naturalização do conceito de homem, expresso na categoria “raça humana”, e do conceito de desenvolvimento pelo caráter a-histórico, que o Banco lhe atribui, este designa também o papel do conhecimento como esclarecedor do caminho correto do desenvolvimento. Papel este que, de certa forma, a ciência econômica lhe atribui, devido ao enfoque econômico dado ao conhecimento do processo social na história do capitalismo, sobretudo, na atualidade (Buarque, 1990):

“Influenciada por anos de primazia do econômico, a sociedade cai na armadilha de considerar as dificuldades econômicas como sendo os seus verdadeiros problemas fins”. (Buarque, 1990)

E dessa maneira a ciência econômica também legitima os processos econômicos e elabora estratégias de desenvolvimento voltados para a economia de mercado ou mercados competitivos, pois esses também obedecem a uma lógica natural, advinda da competitividade, que é uma característica inerente à raça humana. A ação do estado e dos governos está limitada por essa lógica natural do mercado ao qual ele deve submeter-se e não suplantar. A “interação adequada” entre mercado e estado, do qual resulta o desenvolvimento, significa assim, em primeiro lugar, a subordinação do poder político pelo econômico.

Essa questão remete a uma discussão bastante em voga, atualmente, que é a da filiação do pensamento neoliberal ao liberalismo clássico. Tem sido explorada a tese da distinção entre o liberalismo político e o liberalismo econômico e a existência de uma certa tensão entre essas duas correntes. Enquanto o liberalismo político tem como eixo os direitos

civis e políticos, e a pluralidade de opiniões e partidária, o liberalismo econômico tem a denominada “livre iniciativa” e persegue fins que até certo ponto contrariam a situação dos direitos (Bobbio, 1986; Negrão, 1998). Segundo estes autores, a busca de produtividade, competitividade e lucratividade, exacerbada como tem sido, tem também se chocado com uma prática e pensamento voltados para a preservação de direitos.

Da associação entre desenvolvimento e desafio, o Banco retira dois conceitos de desenvolvimento. Num sentido mais amplo, o desafio do desenvolvimento é melhorar a qualidade de vida da população, que envolve vários fatores, como a melhoria da educação, da saúde, da nutrição, o combate à pobreza, a preocupação com o meio ambiente, a igualdade de oportunidades, liberdade individual e enriquecimento da vida cultural.

“Em sentido mais amplo, o desenvolvimento inclui também outros atributos importantes e correlatos , especialmente, maior igualdade de oportunidades, liberdade de política e liberdades individuais. O objetivo geral do desenvolvimento é portanto aumentar os direitos econômicos, políticos e individuais de todas as pessoas de ambos os sexos e de quaisquer grupos étnicos, religiões, raças e países”. (Relatório, 1991)

Num sentido amplo, o desenvolvimento visa atender ao conjunto das necessidades do ser humano. Poderíamos dizer que nesse sentido amplo, o desenvolvimento contempla a noção de cidadania e que, nessa medida, ele se aproxima do ideário do liberalismo político, tal como caracterizamos acima. No entanto, o relatório privilegia o conceito de desenvolvimento baseado na competitividade e produtividade. Assim, no sentido estrito e histórico tem que priorizar a satisfação das necessidades mais relacionadas à produção material ou aos fatores econômicos. E o motor deste último é o progresso tecnológico. Segundo a visão do Banco, mesmo essa noção de desenvolvimento leva à redução da pobreza, a uma situação de maior equidade e melhoria nas áreas sociais:

“Finalmente o crescimento econômico é vital Os países que registraram altas taxas de crescimento entre 1975 e 1985, têm hoje taxas de mortalidade infantil 15% inferiores às dos países cuja taxa média de crescimento anual foi menos de 5%”. (Relatório, 1991)

Dessa afirmação se depreende um encaminhamento da resolução dos problemas sociais. Estes tendem a ser superados ou amenizados como decorrência do crescimento econômico.

Ao privilegiar os aspectos econômicos do desenvolvimento, o relatório está fazendo uma escolha, ou uma escala de prioridades, que não obedece apenas critérios “técnicos” ou “científicos”, mas também políticos, pois são essas prioridades que fundamentam e orientam os planos e a agenda de reformas executadas pelo “bom governo”. Resumindo este ponto, a prioridade do desenvolvimento é o crescimento econômico, impulsionado pela competitividade internacional através do aumento da produtividade decorrente do progresso tecnológico.

Sobre a competitividade:

“A competitividade interna e externa proporciona os incentivos que desencadeiam o espírito empresarial e o processo tecnológico”.
(Relatório, 1991)

Sobre a produtividade:

“O aumento da produtividade é o motor do desenvolvimento. Mas o que faz aumentar a produtividade tecnológica? A resposta é o progresso tecnológico, o qual, por sua vez, é influenciado por história, cultura, educação, instituições e políticas de abertura nos países em desenvolvimento e industrializados”. (Relatório, 1991)

Assim, o fator tecnológico é essencial para o enfrentamento do “desafio do desenvolvimento pela raça humana”. Neste ponto, voltamos à questão colocada por Furtado no início do texto sobre o determinismo tecnológico, como fator fundamental na elaboração do modelo único de crescimento, de desenvolvimento e do progresso das sociedades. Vamos acompanhar, então, nos textos do Banco Mundial:

“Mais que qualquer outro fato isolado, foi o progresso tecnológico que alimentou esse progresso econômico. A introdução de inovações produziu maiores avanços nas áreas de agricultura, indústria e serviços. A fome foi debelada na Europa Ocidental em meados do século XIX, no Leste Europeu na década de 30 e na Ásia na década de 70. Na África permanece ainda o desafio de erradicar a fome”. (Relatório, 1991)

Novamente aparece a associação entre progresso tecnológico e resolução de problemas sociais, ou seja, o primeiro como condição do segundo, ou melhor, o primeiro determinando o segundo. O Banco estabelece uma relação linear, determinista e mecânica entre as duas questões como se a revolução tecnológica trouxesse necessariamente benefícios para toda a humanidade. Neste sentido ele não estabelece a relação contrária, ou seja, a tecnologia, seja na sua concepção e produção, ou seja no seu uso, como fator gerador de problemas sociais, como o desemprego tecnológico que tem sido estudado, desde a 1ª Revolução Industrial até a atual (Hubermann, 1978; Harvey, 1997; Hobsbawn, 1995). Num estudo recente sobre as inovações tecnológicas de base microeletrônica e a sua relação com o processo de trabalho, Leite (1994) critica essa concepção determinista, do ponto de vista não da corrente neoliberal, que não é o seu foco, mas de uma determinada orientação no interior da sociologia do trabalho da qual poderíamos nos apropriar, na medida em que há pontos comuns com o pensamento neoliberal, e bem sintetizados por Leite:

“De acordo com essa perspectiva, a própria participação do homem no progresso tecnológico é minimizada e a evolução técnica é entendida como obedecendo a leis próprias que comandam tanto seu desenvolvimento como seu uso”. (Leite, 1994).

Essa discussão a respeito da tecnologia é muito importante, não apenas porque ela remete a outras questões relevantes discutidas nos relatórios, como a educação, o trabalho, as diferenças entre países que colocaremos adiante, como também ela tem sido, ao longo da história do capitalismo, objeto de estudos de pesquisas bem como motivo de controvérsias entre intelectuais. Do ponto de vista das teorias clássicas, ela tem sido associada à noção de progresso, seja através da livre iniciativa, como é para o liberalismo ou como um componente fundamental das forças produtivas, fator que impulsiona o progresso, da ótica

marxista¹¹. Assim, desenvolvimento tecnológico e progresso estão intimamente relacionados, tanto para as teorias sobre o capitalismo, quanto no imaginário das populações dos diferentes momentos e lugares da sociedade capitalista (Buarque, 1990; McFarlane, 1995).

No âmbito das teorias e análises marxistas ou que mantêm uma filiação ou algum vínculo com o marxismo, a grande questão discutida sobre o “progresso tecnológico” é quanto à neutralidade da técnica, ciência e tecnologia, ou seja, até que ponto é possível separar a tecnologia das relações de dominação e exploração que caracterizam os sistema capitalista de produção, onde ocorre o desenvolvimento tecnológico. Não pretendemos adentrar essa discussão, pois não é nosso objetivo, mas apenas registrá-la para contrapormo-nos à visão do Banco de que o desenvolvimento tecnológico é portador de virtudes. Assim poderíamos afirmar que nesse campo teórico existem pelo menos duas grandes correntes sobre essa questão¹². Uma que considera que a tecnologia em si não é um instrumento de poder e dominação e sim o uso que dela se faz numa sociedade caracterizada pelas relações de dominação. E outra que considera que a produção da tecnologia, da ciência e da técnica estão comprometidas com essas relações e que, portanto, a vinculação entre dominação e tecnologia não ocorre apenas ao nível da utilização ou uso, mas sim da própria produção. Considerando que essas questões e indagações não são próprias da corrente neoliberal, apenas queremos mostrar como esta se coloca num terreno oposto ao aceitar como premissa básica do progresso das sociedades o seu desenvolvimento tecnológico. Esta é assim, uma questão essencial para a compreensão das duas idéias anunciadas no início: a de um modelo único de desenvolvimento para os diferentes países e a de desvinculação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social.

¹¹ Segundo Buarque (1990), tanto o liberalismo como o marxismo privilegiam a análise dos componentes econômicos e tecnológicos na análise do progresso histórico das sociedades.

¹² Estamos nos referindo à discussão sobre o poder da ciência e da técnica nas relações de dominação na sociedade capitalista: segundo uma vertente mais econômica, ele advém do uso e da sua apropriação pela classe dominante, enquanto para a escola de Frankfurt, este poder se explica no próprio processo de produção da ciência e da tecnologia.

De acordo com essa perspectiva, poderíamos afirmar que para o Banco, o progresso tecnológico como um componente essencial do “desafio do desenvolvimento, contém também elementos naturais, pois é constitutivo da “evolução humana”, na medida em que ele ocorre em condições nas quais é possível o desenvolvimento de uma característica inerente à natureza humana, que é a concorrência (Macpherson, 1979). Essas condições são propiciadas pela economia de mercado, pois nela, “a concorrência interna e externa estimula a inovação, a difusão de tecnologia e a eficiência no uso de recursos” (Relatório, 1991).

Essa questão da tecnologia desenvolver-se melhor numa economia de mercado, também é um ponto importante para a comparação do desenvolvimento dos diferentes países do planeta, do ponto de vista do Banco Mundial. No citado Relatório sobre o Desenvolvimento de 1991, a primeira e principal questão colocada é a da disparidade entre o sucesso e o insucesso dos países, ou seja, refere-se à pergunta que constitui o ponto de partida desse relatório, que é a de saber quais são as razões de alguns países progredirem e outros não. E mais uma vez, a resposta à essa questão dada pelo Banco é a da “interação adequada entre mercados e governos” (Relatório, 1991). Um dos elementos primordiais nessa relação é que ela ao promover a concorrência, estimula o progresso tecnológico, responsável pelo aumento da produtividade, que é o fator principal na explicação das diferenças de crescimento da produção entre os países.

“No entanto, a chave da explicação das diferenças de crescimento da produção entre países é o aumento da produtividade”. (Relatório, 1991)

Os países que conseguiram um aumento da produtividade através da tecnologia são aqueles que podem servir de modelo de desenvolvimento para os outros. Esta é uma idéia importante para a construção de modelos, questão esta, muito importante dentro das análises do Banco.

“O fator chave do desenvolvimento mundial tem sido a difusão do progresso tecnológico. As novas tecnologias permitiram que os recursos

fossem usados de maneira mais produtiva, fazendo aumentar as rendas e melhorar a qualidade de vida”. (Relatório, 1991)

Sobre a relação entre aumento da produtividade e tecnologia,

“Tecnologia é o conhecimento que resulta em melhores máquinas, produtos e processos. As adições a esse conhecimento reduzem o custo real da produção e levam à introdução de novos produtos”. (Relatório, 1991)

Nas colocações feitas pelo Banco acerca da questão da tecnologia não aparece o trabalho vivo, ou a figura do trabalhador, ou o ser humano, como está implícita na redução do custo de produção. Nessa comparação entre os níveis de desenvolvimento tecnológico dos países, um aspecto é extremamente relevante: e que a comparação não é tanto em relação à capacidade dos países em criarem tecnologia, mas sim em assimilarem através da abertura comercial.

“Uma das lições mais claras da experiência japonesa e dos países do Leste Asiático é o valor da estratégia de importar e desenvolver tecnologias estrangeiras”. (Relatório, 1991)

Desse modo, o desenvolvimento tecnológico deixou de ser um signo de autonomia, independência ou soberania nacional, como nas décadas anteriores, quando as políticas econômicas eram elaboradas pelos estados-nação, e passou a ser identificado com a capacidade de incorporação e assimilação pelos países de uma tecnologia desenvolvida por alguns núcleos mais desenvolvidos do capitalismo mundial. Consideramos essa questão essencial para a compreensão do sistema de dominação na época da globalização, pois ela parece dividir o mundo em termos de capacidade de criar, capacidade de incorporar ou assimilar e incapacidade diante dessas duas atividades, definindo uma nova divisão internacional do trabalho.

Discutindo as teorias do crescimento, o Banco afirma que tanto a análise econômica clássica quanto a neo-clássica, diante do declínio da produtividade sustentavam a idéia de que o crescimento econômico só seria possível através do progresso tecnológico exógeno.

Essa tese era baseada no pressuposto de que os países que têm acesso à mesma tecnologia, tendem a uma convergência de taxas de crescimento entre eles. O relatório afirma que essa tese é válida para os países desenvolvidos, na atualidade, mas não se aplica aos países em desenvolvimento que apresentam taxas de crescimento divergentes. Segundo o Banco, o progresso tecnológico não têm sido uniforme e nem transmitido exogenamente na maioria dos países em desenvolvimento, devido às restrições na área de importações. Nesse sentido, defende a idéia das novas teorias do crescimento que mostram o caráter endógeno do progresso tecnológico e não no sentido de produção tecnológica, mas no tocante ao desenvolvimento do capital humano e na política voltada à adoção das novas tecnologias. De acordo com essa idéia é que o Banco afirma a importância do conhecimento e da educação:

“Assim um grande esforço em uma economia aberta à tecnologia estrangeira, pode produzir ganhos substanciais”. (Relatório, 1991)

Sobre a questão das inovações tecnológicas terem acentuado as desigualdades entre os países por terem diminuído as vantagens comparativas dos países menos industrializados, o Banco apresenta uma solução que não enfrenta o problema da desigualdade, mas o desloca do âmbito dos países para o da produção de mercadorias em âmbito mundial. É a formação das cadeias produtivas que operam igualmente em países industrializados e países em desenvolvimento. Trata-se de uma nova divisão internacional do trabalho onde a ponta da cadeia que opera nos países desenvolvidos fica com a parte do produto que contém maior conteúdo tecnológico e maior valor agregado, enquanto os componentes do produto feitos nas cadeias dos países em desenvolvimento contém menor valor e exigem um trabalho menos qualificado e mais intensivo da força de trabalho (Leite, 1994).

“O trabalho de montagem e outros processos de uso intensivo de mão-de-obra podem ser eficientemente instalados em países onde os salários são baixos”. (Relatório, 1991)

A desigualdade em termos de desenvolvimento tecnológico, de qualificação da força de trabalho e salarial estende-se por toda a cadeia e nessa medida extrapola os limites do Estado nacional. Acreditamos que a revolução tecnológica em curso incide sobre as duas ordens de desigualdade, a das fronteiras nacionais e no interior das corporações transnacionais. Esta questão é importante também porque redefine as relações entre tecnologia e conhecimento ou educação, pois, assim como é valorizado o caráter de adaptação, incorporação, assimilação e difusão da tecnologia pelos países, o conhecimento e a educação perdem o conteúdo emancipador que de algum modo esteve associado a eles, para estar a serviço da revolução tecnológica, que não é neutra, mas ocorre sobretudo, em função da necessidade das corporações transnacionais de expansão de mercado (Fiori, 1998; Singer, 1998 e Oliveira, 1998).

Essas citações do relatório do Banco Mundial e nossa interpretação suscitam outras questões também essenciais para a compreensão desse ponto de vista do núcleo de poder. Uma delas é a valorização do modelo asiático de desenvolvimento, que foi se tornando emblemático, da ótica do Banco, e sobre o qual colocaremos algumas questões mais adiante. A outra é a função ou o estatuto do conhecimento e da educação na época da globalização.

Mais uma vez, o Banco defende a integração econômica que promove a concorrência e a eficiência, permitindo aos países pobres o acesso a conhecimentos básicos nas áreas de medicina, ciência e tecnologia. A defesa da eficiência é uma questão muito importante no ideário neoliberal, assim também outros substantivos, como o de competência, especialização, eficácia. São questões que estão relacionadas de alguma maneira com a capacidade de adaptação, assimilação, incorporação, seja de técnicas, de tecnologia, de conhecimento ou de valores.

“Há uma dupla vinculação entre abertura e progresso tecnológico. Primeiro, uma maior concorrência mundial faz aumentar a procura de novas tecnologias. Segundo, a oferta de novas tecnologias a países em fase de industrialização é determinada, em grande parte, pelo grau de integração, desses países na economia mundial”. (Relatório, 1991)

A integração é condição do progresso e desenvolvimento dos países. De acordo com essa perspectiva é que o Banco analisa a difusão do conhecimento, que adquire um valor instrumental, no sentido de indicar caminhos e estratégias de desenvolvimento baseados em “experiências bem-sucedidas”. Nesse sentido, a ciência econômica é fundamental como um componente importante da construção do consenso em torno de um modelo único e da legitimação de uma prática econômica voltada para a integração, a liberalização e a consolidação da economia de mercado. Analisando o pensamento desenvolvimentista, o Banco afirma que ele mudou nos últimos 40 anos, e que entre êxitos e fracassos, houve um acúmulo de conhecimentos que permite a formação de consensos em torno de algumas teses importantes. Embora, admitindo que não haja concordância total quanto às estratégias de desenvolvimento, ele afirma:

“Contudo, a antiga fé no governo como capaz de dirigir o desenvolvimento cedeu lugar a uma maior confiança nos mercados. Estratégias voltadas para o âmbito interno estão sendo cada vez mais substituídas por estratégias voltadas para o exterior. A tributação discriminatória da agricultura com a finalidade de financiar a indústria deixou de ser a norma”. (Relatório, 1991)

O Banco analisa algumas das teses do “pensamento desenvolvimentista” que passaram por mudanças, na medida em que os objetivos políticos de unidade e identidade nacionais e os objetivos econômicos de rápida transformação estrutural de economias agrárias atrasadas em indústrias e modernas não estão mais no horizonte da ciência econômica. Ele resume o antigo paradigma de desenvolvimento em quatro pontos principais:

- Capital Físico – um dos objetivos era aumentar a poupança e o investimento a fim de promover um rápido acúmulo de capital.
- Agricultura – o setor agrícola era visto como fonte de recursos para investimento na indústria. Medidas de proteção à indústria teriam desfavorecido a agricultura.
- Comércio Exterior – acreditava-se que a substituição de importações era necessária ao desenvolvimento. E, além disso, havia o receio de que a integração com a economia

mundial poderia desestabilizar o desenvolvimento. O protecionismo era aplicado para defesa da indústria nacional.

- Fracasso do Mercado – acreditava-se que nos estágios iniciais do desenvolvimento não se podia depender dos mercados e que o Estado poderia dirigir o processo de desenvolvimento.

Ele considera que esse paradigma tornou-se obsoleto e que seus resquícios e heranças, atualmente, constituem os “desvios” e “enviesamentos” que devem ser superados através de uma “boa política”, que favoreça os mercados e defina as funções do Estado como um complemento essencial do desenvolvimento e crescimento econômicos impulsionados pelo setor privado. Segundo a visão do Banco o antigo paradigma não promovia a concorrência e a competitividade, que são ingredientes indispensáveis ao desenvolvimento.

Nesse sentido, ele defende a tese de que a maior tarefa dos antigos países socialistas e dos países em desenvolvimento é criar e fortalecer as instituições do mercado.

“Hoje, criar e fortalecer as instituições do mercado é a maior tarefa que enfrentam os antigos países socialistas da Europa e muitos dos países em desenvolvimento”. (Relatório, 1991)

Mesmo porque o uso eficaz das novas tecnologias, que é como vimos o fator chave do desenvolvimento e do progresso requer adaptação e inovação por parte das instituições econômicas e também das instituições políticas e sociais.

O Banco considera que os maiores “vieses” do desenvolvimento advém do paradigma do planejamento estatal da ex-URSS, do modelo keynesiano e do desenvolvimentista. Pois os três atribuíram funções ao estado que impediam o funcionamento da economia de mercado. É assim que a análise se volta à tese de que o desenvolvimento é “resultado de um cuidadoso equilíbrio entre os papéis do governo e do setor privado” (Relatório, 1991). Nesse sentido, ele defende que os governos como complemento dos mercados, devem concentrar suas intervenções em áreas onde os mercados se mostram inadequados (Relatório, 1991 e 1997).

Em contraposição aos quatro pontos referentes ao paradigma de desenvolvimento estatal o relatório afirma quatro aspectos da interação adequada entre mercados e governos:

- Investimento na população que requer uma atuação pública eficiente. Esse ponto está relacionado, a um conceito fundamental desenvolvido pelo Banco que é o de capital humano, sobre o qual desenvolveremos mais adiante.
- Criação de um contexto favorável que promova a concorrência, a boa infra-estrutura e instituições adequadas ao setor privado.
- Promoção da integração dos países à economia global como estímulo ao crescimento econômico.
- Base macroeconômica estável, que é essencial ao progresso sustentado.

Assim, os relatórios (1991, 1995 e 1997) vão definindo cada vez mais o papel do estado no processo de desenvolvimento. Trata-se de uma intervenção “competente, pragmática e flexível” como ocorreu nos países do leste asiático, ou seja, colocando a intervenção continuamente a serviço da disciplina dos mercados interno e internacional.

No que se refere ao primeiro ponto, que é o do investimento em capital humano, os relatórios ressaltam a importância da educação, saúde e planejamento familiar, a fim de fazer o controle de natalidade e reduzir a taxa do aumento populacional.

Na questão da educação enfatizam a educação primária, pois esta gera um retorno relativamente mais alto em comparação com os pesados subsídios da instrução superior. No segundo item ressaltam a necessidade de bens públicos que correspondam ao nível de desenvolvimento tecnológico, enfatizando a estrutura normativa que garanta a concorrência e direitos jurídicos e de propriedade que sejam claramente definidos. Queremos destacar essa questão da garantia jurídica da propriedade privada. Essa tese é recorrente em todos os relatórios, principalmente no de 1996, intitulado: “Do Plano ao Mercado”, onde o seu objetivo é analisar e definir o programa de reformas dos países “em transição”. A defesa da propriedade privada como um bem natural aparece aqui de forma muito explícita. Nesse relatório, uma das teses centrais é a de que a ausência de crescimento econômico nos ex-

países socialistas foi devido ao planejamento estatal e à ausência da propriedade privada ou da economia de mercado.

“Em última análise, é contando com direitos de propriedade bem-definidos e uma generalização da propriedade privada que os mercados podem funcionar de maneira eficiente e eqüitativa”. (Relatório, 1996).

No terceiro item, o Banco reafirma a necessidade do fluxo internacional de tecnologia através de diversas formas como: investimento externo, educação no exterior, assistência técnica, licenciamento de processos patenteados, transmissão de conhecimentos através de fluxos de mão-de-obra, tecnologia incorporada a importações de capital, equipamentos e insumos intermediários (Relatório, 1991). No quarto ponto, defende uma política fiscal prudente, a partir da divisão de tarefas econômicas entre o estado e o setor privado.

“Reavaliando suas propriedades de gastos, implementando reformas fiscais, reformando o setor financeiro, privatizando as empresas estatais e lançando mão de tarifas para reaver o custo de certos serviços prestados pelo Estado, os governos podem alcançar, ao mesmo tempo, os objetivos de eficiência macroeconômica”. (Relatório, 1991)

Nessa questão da interação entre estado e mercado queremos enfatizar mais uma vez e também explorar mais o aspecto da subordinação do estado ao mercado, como os relatórios reiteram de várias maneiras e de diferentes ângulos. O primeiro ponto já levando é que segundo a visão do Banco, o “desenvolvimento bem-sucedido dos países em desenvolvimento depende de políticas e instituições nacionais” (Relatório, 1991). Essa afirmação chama a atenção para dois aspectos importantes que envolvem a relação entre “mercado e estado”. O primeiro é a disjunção entre a noção de mercado mundial que o Banco vem defendendo, através da prática de liberalização comercial, de integração da economia, da produção para a exportação, enfim, de um vetor internacional na prática econômica e a importância que ele atribui às instituições nacionais na implementação dessa política. O segundo aspecto diretamente relacionado à este é o caráter instrumental que ele atribui ao estado, à serviço do capital transnacional de modo que ele pode ter utilidade, desde que se coloque de acordo com as determinações das instituições transnacionais

(Chossudovsky, 1999). Talvez mais do que em qualquer outro momento do capitalismo, o Estado assume o seu caráter de classe, conforme a tradição marxista¹³ e o poder político está mais subordinado ao poder econômico. Essa questão está relacionada com a concepção de democracia desse organismo transnacional e da questão discutida sobre a supremacia do liberalismo econômico sobre o liberalismo político (Anderson, 1995). Segundo essa concepção, o estado deve garantir os direitos de propriedade e manter a lei e a ordem que permitem o funcionamento do mercado, cuja base é a propriedade privada.

“Trata-se de um conceito extremamente amplo: abrange instrumentos políticos através dos quais o Estado cumpre suas responsabilidades mais fundamentais: manter a lei e a ordem, investir na infra-estrutura essencial, aumentar impostos para financiar tais atividades, e assim por diante. Mas a idéia vai além. Estende-se às convenções que regem a interação de pessoas: direitos de propriedade, contratos e normas de conduta ”. (Relatório, 1991)

Essa concepção do Banco está apoiada em dois elementos centrais para essa análise que são: a noção de mercado como fundamento da sociedade e a oposição estado/sociedade

civil. A primeira significa que o mercado é o princípio fundador, auto-unificador e, auto-regulador da sociedade. Segundo Silva (Silva, 1995), essa concepção identifica desenvolvimento social com o desenvolvimento de mercado. Dentro dessa concepção de mercado estão os direitos naturais que devem ser preservados, entre os quais, se destaca o direito à propriedade privada (Teixeira, 1996). Ainda, de acordo com essa concepção de mercado, este é o lugar da ordem e tudo o que contraria o seu funcionamento significa “caos” e “desordem” (Silva, 1995). Quanto à segunda questão, para o Banco, a noção de estado apresenta-se numa relação de complementaridade e oposição em relação à sociedade (Silva, 1995). Segundo Silva, para o pensamento liberal, o estado deve servir à sociedade, mas é um elemento externo à ela, porque externo ao mercado, e, assim pode voltar-se contra ela, “recuperando os antigos poderes do rei” (Silva, 1995). Podemos interpretar da seguinte maneira as colocações do Banco sobre a interação entre o mercado e estado. Esse é útil e necessário quando exerce sua função complementar ao mercado que, conforme é reiteradamente repetido nos relatórios, ocorre nos países asiáticos. E volta-se contra a sociedade, como um elemento externo, no caso dos países de planejamento estatal ou que desenvolveram políticas keynesianas ou desenvolvimentistas, como nos países da América Latina. Essa interação adequada entre mercado e estado, ou um desenvolvimento

¹³ De acordo com a visão marxista clássica, o poder político do estado é sempre um instrumento da classe economicamente dominante para atender às necessidades de reprodução do capital e das suas relações de produção.

favorável ao mercado em detrimento dessas formas que contaram com uma maior participação do Estado, também é responsável pelo “sucesso” e pelo “fracasso” no desenvolvimento dos países.

“Como ficou esclarecido no início deste Relatório, a intervenção do setor público não é indesejável por si mesma. Pelo contrário, muitos tipos de intervenção são essenciais ao pleno desenvolvimento do potencial de uma economia. Entre as intervenções indispensáveis estão a manutenção da lei e da ordem, a provisão de bens públicos ou investimentos em capital humano, a construção e o reparo da infra-estrutura física e a proteção ao meio-ambiente”. (Relatório, 1991)

Mais uma vez, o mercado é que define o âmbito de atuação do Estado e o fundamento do mercado é a propriedade privada. No prefácio do Relatório de 1996, o presidente do Banco Mundial, James D. Wolfensohn afirma o seguinte sobre o conteúdo do relatório:

“Ele faz uma observação muito importante: em última análise, é contando com direitos de propriedade bem-definidos e uma generalização da propriedade privada que os mercados podem funcionar de maneira eficiente e eqüitativa”. (Relatório, 1996).

Nessa breve incursão em algumas das principais teses acerca do desenvolvimento dos países, procuramos enfatizar três pontos muito presentes nos relatórios. A determinação de alguns elementos sobre o conjunto dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento. Entre eles, destacam-se os fatores econômicos e tecnológicos. O segundo ponto é a naturalização de alguns conceitos, com ênfase no conceito de mercado. E um terceiro ponto é a instrumentalização dos aspectos institucionais da sociedade, entre eles o próprio estado, a educação, o conhecimento, etc.

Para finalizar esse levantamento de algumas dessas teses, gostaríamos de mencionar o tema da democracia, onde, novamente aparecem os três pontos acima mencionados.

A questão que queremos mostrar e destacar nessa concepção de democracia é o deslocamento do conceito do terreno dos conflitos de classe, setores ou segmentos sociais, para o da formação do consenso e da legitimidade (Bobbio, 1986; Anderson, 1994). De modo que a noção de consenso é construída em oposição à de conflito.

“O consenso social ajuda os governos a estabelecerem a legitimidade de que necessitam para governar”. (Relatório, 1991).

“Em muitos países em desenvolvimento, o consenso social é ameaçado pela instabilidade política e econômica”. (Relatório, 1991)

As duas citações acima mostram a oposição entre consenso e conflito, sendo que este é caracterizado pelo Banco, como situações de instabilidade política e econômica que representam uma ameaça à legitimidade e governabilidade. Esta é essencial para a implementação das reformas, enquanto o conflito constitui um obstáculo ao funcionamento da economia de mercado. Essa concepção instrumental da democracia, como base institucional e política para garantir a governabilidade e evitar a instabilidade, difere daquela que, como a caracteriza Chauí (1998), institui direitos correspondentes às necessidades e carências da população. Ou seja, nessa concepção de democracia do Banco Mundial não está presente a sua dimensão social.

“Os governos têm outras metas além de um crescimento econômico mais rápido. A geração de empregos é uma delas. Muitos acham que se deve alterar a distribuição da renda como meio de ajudar os grupos mais pobres ou promover a igualdade. Qual é a melhor maneira de atingir esse fim? Seriam essas medidas compatíveis com o objetivo de crescimento econômico mais rápido, ou constituiriam um embaraço adicional”. (Relatório, 1991)

Embora admitindo que o governo tem uma responsabilidade quanto à geração de empregos, no entanto, entre a distribuição de renda e o crescimento econômico, o relatório considera que este é o prioritário, sendo que a igualdade pode oferecer-lhe um obstáculo.

Mais uma vez recoloca-se a questão da preponderância ou soberania do mercado sobre o Estado e do fator econômico sobre o político, ou da livre iniciativa sobre a instituição de direitos, conforme algumas análises sobre o neoliberalismo (Bobbio, 1994; Negrão, 1998). Queremos sublinhar essa distância ou disjunção do projeto neoliberal em relação à democracia, ou às democracias contemporâneas que se caracterizam pelo estado Social, conforme Castel (1998), que instituem direitos civis, políticos e sociais, e essa concepção baseada no consenso e na legitimidade que instrumentaliza o discurso da democracia, segundo interesses do núcleo de poder do sistema capitalista mundial.

Queremos finalizar esse capítulo com uma questão colocada por Beatrice Appay sobre os “sistemas de legitimação que acompanham e permitem as reestruturações econômicas atuais” (Appay, 1997). Ela se refere ao papel de legitimação do “discurso democrático” do Banco à idéia do modelo único que, como vimos, desvincula o desenvolvimento econômico do desenvolvimento social. Considerando que o neoliberalismo aponta para a desregulamentação de direitos básicos, sociais e políticos de grande parte da população ao negar os padrões de negociação entre agentes coletivos, como sindicatos, partidos e estado, distanciando-se, desse modo do modelo de democracia social e recusa formas de intervenção do estado para aplicar algum tipo de justiça distributiva como meio de diminuir as desigualdades provocadas pela regulação via mercado, a defesa da democracia pelo Banco, tem um caráter instrumental dentro do “sistema de legitimação”. Assim, a contradição entre uma economia baseada na mão-de-obra barata, no desemprego e na precarização do emprego e o discurso legitimador que propõe soluções apoiadas nas políticas de flexibilização das relações de trabalho e na educação instrumentalizada e adaptada às novas exigências de qualificações impostas pelo mercado de trabalho, questões estas sobre as quais faremos algumas reflexões.

Capítulo III

SOBRE O TEMA TRABALHO

Pretendemos neste capítulo retomar e discutir algumas teses do Banco Mundial a respeito das transformações no mundo do trabalho.

Para isso, faremos tal como o capítulo anterior, na questão do desenvolvimento uma breve introdução, tomando como eixo uma questão que constitui ponto central da polarização entre dois projetos ou modelos de organização e relações de trabalho. Um deles está assentado na relação entre trabalho e segurança e tem sido objeto de uma intensa produção de pesquisas e análises acadêmicas e foi bem sintetizado na noção de sociedade salarial, desenvolvida por Castel (1998). O outro tem se articulado em torno da questão da flexibilização das relações de trabalho e desregulamentação de direitos, princípios e práticas estes, defendidos pelo Banco Mundial. Este projeto hegemônico tem merecido críticas da literatura que floresceu se opondo e buscando esclarecer o novo estatuto do trabalho, tendo como quadro de referências a globalização econômica, o neoliberalismo no plano político e ideológico, a mudança do padrão técnico, o processo de reestruturação produtiva e a terceira revolução industrial. Esta análise baseia-se numa bibliografia que tem sido intensamente referida ao longo de nosso texto e continuaremos a utilizá-la nas próximas etapas. Nesta introdução apenas mencionaremos alguns textos que consideramos importantes no debate atual acerca da “grande transformação” que ocorre no universo do trabalho para explorá-los no desenrolar da análise. Há um ponto comum entre estas diversas pesquisas e análises dos vários aspectos das mudanças na atividade trabalho, que é a constatação do rompimento do binômio trabalho e segurança. Nesta perspectiva, podemos citar vários autores das áreas de sociologia e economia do trabalho com alguns dos quais vamos trabalhar. As pesquisas de Mattoso (1997), Dedecca (1998), Leite (1997) apenas para mencionar alguns, se desenvolvem dentro dessa preocupação geral, de mostrar de que modo e através de quais mecanismos ocorre esse processo de ruptura que tem incidências sobre a classe trabalhadora no que concerne a perdas de referências históricas de inserção no mercado de trabalho, de integração social, de organização política, de valores e representação simbólica do mundo e outros elementos que lhe assegurava uma identidade de classe.

Para iniciar a discussão, vamos expor algumas idéias e teses de Castel acerca da sociedade salarial, pois ele explicita bem esta noção importante para compreendermos a desconstrução de um padrão e as tendências que apontam a configuração de outro. Segundo o autor, a ascensão e declínio da sociedade salarial constitui o elemento central das transformações em curso que caracterizam o mundo do trabalho na atualidade. Um dos aspectos mais importantes do atual processo de globalização refere-se às desregulações que afetam os direitos do trabalho em um contexto marcado pelo aumento da competitividade e da concorrência internacional. Essa questão constituiria o núcleo da crise atual relacionada com a questão salarial, característica do período anterior de acumulação capitalista que, devido a diversas razões históricas, associou trabalho e segurança. De acordo com esta visão o autor afirma também que o momento atual é marcado pelo questionamento do equilíbrio entre trabalho e mercado ou do compromisso social que caracterizou a sociedade salarial, consolidada após a II Guerra Mundial. Nela, teria ocorrido um processo de “desmercadorização” do trabalho, na medida em que este não obedecia mais integralmente às leis do mercado constituindo assim, uma condição sólida à qual estavam relacionados direitos e garantias. Criava, desse modo, uma vinculação entre trabalho e segurança através do estabelecimento da regulação que conferia renda, reconhecimento, proteção social e dignidade ao conjunto da sociedade, lembrando que a maioria de sua população era constituída de assalariados. A organização sólida da sociedade salarial exercia seus efeitos para além do domínio restrito do trabalho, pois ela era a base da integração social estando assim, na origem das proteções sociais de todos os tipos. Ele afirma, também, que a sociedade salarial é conflitual, mas nela cada um usufrui de um mínimo de garantias e direitos que se instituem justamente através da negociação conflitual entre os diferentes parceiros sociais, processo este ao qual o autor qualifica de “progresso social” e que permitia a mobilidade ascendente das gerações numa crescente vitória contra a precariedade histórica do trabalho no capitalismo.

Ao atual processo de transformações na organização do trabalho, o autor o caracteriza de remercadorização, devido às desregulações que incidem na relação entre trabalho e segurança, acima mencionada. A questão formulada pelo autor sobre esse processo de mudança é até que ponto ele constitui uma ameaça ao “compromisso social” que caracterizou o Estado do Bem-Estar, ou formulada de outra maneira, se a nova organização do trabalho apoiada na noção de flexibilização (defendida pelo Banco Mundial), destrói completamente o regime anterior de trabalho.

Quanto à destruição ou ruptura do binômio colocado acima, o autor contrapõe-se as teses vigentes sobre o fim do trabalho, ou da perda da centralidade dessa atividade, no atual processo de transformações no capitalismo. Neste sentido, ele defende a idéia do “esfacelamento” ou “desmoronamento” da condição salarial de acordo com três tendências que caminham na contramão do vínculo anterior entre trabalho e segurança. A primeira se refere à desestabilização dos estáveis que ocupavam uma posição sólida na divisão clássica do trabalho e atualmente estão sendo expulsos dos circuitos produtivos. A segunda tendência é a da instalação e

crescimento da precariedade, alternando períodos de desemprego, de trabalho temporário e de pequenos trabalhos. Esta afeta especialmente os jovens que vivem a incerteza do futuro. E a terceira tendência é a do surgimento da figura do “indivíduo excedente” ou seja, pessoas consideradas “inúteis” no mundo, que não estão integradas socialmente e que talvez não sejam integráveis. Essas seriam as principais tendências que caracterizam a crise da sociedade salarial que, no entanto, não levam necessariamente à superação da sociedade do trabalho. Assim, a “grande transformação” ocorrida nesses últimos anos e que autoriza a se falar de uma metamorfose do trabalho é que em lugar de um conjunto de assalariados majoritariamente protegidos, há cada vez mais assalariados fragilizados e ameaçados pelo desemprego. Em suma, a garantia de permanecer e de poder construir a partir de sua condição de assalariados, um futuro garantido.

Diante desse cenário de transformações e enfraquecimento social da atividade trabalho, o autor a defende como um objetivo estratégico fundamental de auto-preservação da sociedade contra as forças do mercado, numa senda aberta por Polanyi (1980) na sua análise da grande transformação que ocorre num outro momento da história do capitalismo.

Castel recusa a tese da perda da centralidade do trabalho atualmente, pois de seu ponto de vista, o que está em curso é um processo de mudança da relação com o trabalho e não com a perda de sua importância na vida dos homens e mulheres que continuam a depender dele como função integrativa à sociedade.

O autor faz a ressalva de sua análise ter sido construída de acordo com o modelo de países europeus, especialmente a França, que segundo ele, permite estabelecer as diferenças com a situação brasileira, devido ao fato de serem muito grandes, intensas e desiguais. Castel afirma que a grande diferença entre as duas situações históricas é que no Brasil nunca teria se concretizado uma “sociedade salarial” na qual vigorasse o emprego assalariado protegido, embora no passado tivesse ocorrido um embrião, ou possibilidade, ou ainda uma aproximação desse modelo, que se expressou na Constituição de 1988.

Fazendo um parêntese na exposição do texto de Castel, podemos dizer que enquanto na França há uma forte e arraigada tradição de cidadania no sentido pleno do conceito, no Brasil a ascensão das camadas populares ocorreu predominantemente através da mobilidade individual combinada aos poucos direitos sociais assegurados para o conjunto da classe trabalhadora, conforme mostra João Manuel (Mello, 1999). Podemos então formular a hipótese de que é mais individualista do que coletiva. Essa característica é mais favorável a uma situação de equidade do que de igualdade e possibilita a aceitação das idéias do Banco Mundial pelas elites e setores da classe média brasileira e a assimilação da ideologia dominante por parte da maioria da população.

Ainda na comparação entre as duas realidades, o autor afirma também que havia dois modelos possíveis de globalização. Um deles, que ele qualifica de reformista, centrado na questão da cidadania social, teria sido a generalização e adaptação aos países de primeiro mundo do modelo de sociedade salarial

assegurando um mínimo de garantias e de proteção à população no processo de modernização da sociedade brasileira. O outro, que está sendo imposto em nível internacional, é o contrário do anterior, pois é o modelo neoliberal que orienta a globalização do mercado e do capital afetando de diferentes maneiras o mundo do trabalho dos países centrais em comparação ao dos países de terceiro mundo. Nestes, as garantias ou direitos tiveram outro tratamento, por serem ou mais recentes, ou mais parciais, ou mais frágeis, de modo que as desregulações encontraram menor resistência por parte de uma sociedade organizada como vem ocorrendo em vários países do mundo. Embora, o autor reconheça que os modos de organização “informais” do trabalho possam oferecer outras formas de resistência às desregulações, ele afirma que é um duplo erro renunciar a fazer do trabalho um objetivo estratégico. Erro de análise, na medida que ele continua sendo importante como fator de integração à vida social, erro político, pois a sua defesa é a forma de auto-preservação da sociedade contra as forças do mercado. De acordo com essa perspectiva, ele coloca a sua preocupação quanto à possibilidade de reconstruir o par trabalho-proteção no novo contexto de adaptabilidade e competitividade do capitalismo atual.

O objetivo de ter exposto uma síntese da noção de sociedade salarial, segundo a visão de Castel, é que as teses do Banco Mundial que passaremos a discutir afetam e contrariam justamente os princípios e fundamentos da sociedade salarial ou do par trabalho-segurança, contribuindo intelectualmente e através de medidas políticas (hajam vistas algumas medidas provisórias do governo Fernando Henrique Cardoso) para o processo de “desmanche”, como têm caracterizado alguns autores, a desregulamentação e globalização na perspectiva do capitalismo periférico (Oliveira, 1998; Fiori, 1998 e Schwarz, 1993).

Os dois modelos ou padrões de relações de trabalho, cujas relações podem ser tanto de conflito como de adequação através de negociações que se estabelecem entre os agentes envolvidos, caracterizam o atual momento de transição. O rompimento da relação entre trabalho e segurança afeta a multiplicidade de aspectos que envolvem a integração, a socialização e os valores das pessoas em dois momentos históricos ou duas gerações. Essas diferenças foram magnificamente exploradas no livro de Sennett (1999) através dos personagens Enrico e Rico. O primeiro representa o modo de ser próprio da sociedade salarial e o segundo é a encarnação do modelo e valores sociais baseados na flexibilidade.

Conforme já mencionamos, pretendemos neste item do capítulo sobre a relação entre Desenvolvimento, Trabalho e Educação, expor algumas das teses, afirmações e pressupostos contidos nos

relatórios do Banco Mundial, especialmente no relatório de 1995, sobre o mundo do trabalho (*O Trabalhador e o Processo de Integração Mundial*), fundamentam as políticas neoliberais de flexibilização das relações de trabalho e desregulamentação dos direitos sociais. Estas políticas são colocadas em prática pelo “bom governo” que da ótica do organismo multilateral, faz jus a este adjetivo ao conduzir as transformações no mundo do trabalho segundo as necessidades e exigências do mercado. Neste sentido, queremos retomar uma idéia colocada no Capítulo I, onde afirmamos que o Banco Mundial desempenha uma função ideológica ao produzir o discurso hegemônico que incorpora a preocupação moral e ética do “combate à pobreza”, “produção da equidade”, etc.

Nesta linha de preocupações e indagações, gostaríamos de citar o texto de Segnini (1998), em que a autora indaga se a relação estabelecida entre educação, trabalho e desenvolvimento, apregoada pelo discurso oficial, não se configura mais como uma posição ideológica a de legitimação das mudanças no mercado de trabalho, via desemprego e precarização social do que uma necessidade imposta pelas condições objetivas dos processos de produção de bens e serviços em contexto em que a autora, citando Harvey (1992), caracteriza como tempos de economia mundializada e acumulação flexível. A mesma questão poderia ser formulada de outra maneira e, neste caso, poderíamos indagar se essa associação não seria para legitimar e justificar as mudanças em curso, ao invés de ser uma estratégia para corrigir as desigualdades decorrentes dos “enviesamentos” de modelos “anteriores ou equivocados” de desenvolvimento ou ainda as “imperfeições do mercado”, de acordo com a visão do banco sobre os problemas sociais, questão esta discutida no capítulo anterior.

Neste sentido podemos afirmar que o “discurso competente” do Banco Mundial comporta uma relação complexa e aparentemente contraditória entre os componentes ideológicos da “preocupação humana” e a explicação científica centrada na noção de flexibilidade.

Partindo do pressuposto de que o trabalho constitui a essência do desenvolvimento humano e, que o trabalho seguro, produtivo e racional com relação ao meio-ambiente é a chave do progresso econômico e social de todos os países, o relatório discute as transformações gerais que ocorrem no momento atual, como elas rebatem no universo do trabalho e principalmente, como este deve organizar-se em função das mudanças exigidas para a consolidação da economia de mercado.

A primeira afirmação do Banco associando trabalho e desenvolvimento humano e determinadas qualidades acima citadas, como seguro, produtivo e racional, relacionadas ao progresso dos países nos colocam várias questões e indagações acerca do problema. Em primeiro lugar, percebemos mais uma vez o viés da análise calcada em conceitos e pressupostos gerais e abstratos como na questão do desenvolvimento, que discutimos no item anterior.

Nessa afirmação sobre a relação entre trabalho e progresso está implícita a idéia de que a vinculação é inerente à natureza humana e ao desenvolvimento e evolução natural da sociedade.

“O trabalho seguro, produtivo e ambientalmente racional é a chave do progresso econômico e social de qualquer país”. (Prefácio – Relatório, 1995)

Se verificarmos essa questão ao longo da história da humanidade vamos nos deparar com várias representações do trabalho e do progresso e perceber que nem sempre elas estiveram associadas, pois esta relação é uma construção histórica do capitalismo e da modernidade que, segundo Castel, vive o drama da separação entre o mercado e a sociedade (Castel, 1998).

Estudos mostram que as representações do trabalho em outros sistemas de produção e modos de vida eram bem distintos das representações, noções, conceitos e valores que se desenvolveram em torno da centralidade do trabalho na vida social moderna. É no capitalismo e na sociedade moderna que as várias dimensões da atividade social e da categoria de análise trabalho, adquirem relevância quer como fonte de riqueza, como elemento explicativo nas teorias econômicas e sociológicas, ou ainda no imaginário das pessoas como meio de se atingir o progresso.

O caráter histórico dessa relação e o conjunto de suas explicações científicas e filosóficas, assim como a mentalidade e os valores sociais que lhes correspondem foram discutidos por diversos autores. De acordo com Buarque ,

“A idéia de progresso tinha todos os ingredientes para empolgar os pensamentos ocidentais, como se percebe em uma sucessão progressiva de idéias, em Leibnitz, Locke, Vico, Adam Smith, Turgot, Condorcet, Hegel, Saint-Simon, Mark, Comte, Spencer. Ao mesmo tempo, como um fenômeno raro na história, a idéia de progresso encontrou uma correspondência ao nível do real, obtendo legitimidade pública ao ser comprovado pelos olhos do povo, até atingir a totalidade da consciência social”. (Buarque, 1990).

A importância da visão de Buarque na discussão deve-se ao fato de o autor acentuar o caráter histórico da correspondência entre a base material de produção, as teorias explicativas e os valores em uma época em que o progresso ocorre através do trabalho. E, neste sentido, contraria uma visão “naturalizada” dessa relação, tal como os pressupostos das análises do Banco Mundial. Buarque enfatiza a idéia de que o progresso só se espalha quando a revolução industrial permite o surgimento e assegura, por um período histórico, a continuidade do processo de acumulação e de evolução tecnológica acelerador. Afirma que as pessoas só percebem o progresso a partir da observação direta do processo econômico, da percepção da

potencialidade acumulada em certo prazo na indústria, que se trona visível a partir do século XIX e mais especialmente, nas últimas décadas desse século. Pela ótica de Buarque, podemos afirmar que neste período há uma maior percepção da potencialidade do trabalho no aumento da produtividade, com a emergência de um conjunto de novas formas, métodos e inovações no âmbito da produção de mercadorias, conhecido como segunda revolução industrial.

Este emergente paradigma produtivo e tecnológico foi analisado por Mattoso com base nas transformações que ocorreram nas forças produtivas gerando um descompasso com as relações sociais, normas de consumo e relação salarial vigentes no período anterior.

“Desde as últimas décadas do século XIX o sistema capitalista potencializou sua expansão, tendo por base uma segunda onda de inovações e sua capacidade de aliar crescentemente a mais-valia absoluta e relativa”. (Mattoso, 1997).

A análise de Mattoso mostra o caráter histórico da valorização crescente do trabalho como fator potencializador de riqueza e como objeto de estudo científico originando a Organização Científica do Trabalho, questão fundamental para a compreensão da noção de progresso.

Conforme citado anteriormente, através do texto de Buarque, a historicidade da relação entre trabalho e progresso é expressa na literatura econômica, política e sociológica que floresce na sociedade moderna a partir da valorização de alguma das várias dimensões do conceito de trabalho. Entre estas, podemos mencionar uma dimensão econômica que privilegia o caráter de produção de riquezas e que se desdobra em vários aspectos e temas que constituem o campo da ciência econômica e também das teorias sociológicas. Ele contempla um amplo leque de questões como a divisão do trabalho, a especialização, o processo de trabalho, a produtividade, etc. Nessa perspectiva, podemos situar todo pensamento econômico ocidental desde os fisiocratas Adam Smith e toda Economia Clássica, Marx, a Escola Neoclássica, Keynes, Schumpeter, Hayek, etc. Para todos esses pensadores e escolas, a compreensão da função da natureza das relações e transformações do trabalho é fundamental para explicar o funcionamento da economia moderna como mostram os estudos sobre a história do pensamento econômico (Barber, 1967; Heilproner, 1981; Denis, 1987). Na vertente sociológica, temos seus fundadores que abriram um vasto campo de pesquisas, análises, teorias e correntes que se converteram em tradições das quais se originaram outras tantas correntes teóricas que também se mesclaram e se desdobraram conformando o pensamento sociológico contemporâneo. Em todo esse processo não linear e não evolutivo do conhecimento nesse domínio podemos ressaltar a importância da noção de trabalho desde a origem da sociologia através dos clássicos até o momento atual na discussão sobre a perda da centralidade da categoria trabalho (Gorz 1997; Offe, 1985; Castel, 1998) o fim dos empregos (Rifkin, 1998) o fim da sociedade do trabalho, ou ainda a discussão em torno da modernidade ou pós-modernidade, tendo por base as transformações atuais e especialmente aquelas que ocorrem no âmbito do

trabalho. Neste sentido, podemos apontar uma linha de questões e preocupações relacionadas ao trabalho como fator de integração e solidariedade social, e da divisão social como elemento de progresso, inaugurada por Durkheim (1956) e incorporada ao campo de conhecimento científico dessa área específica dos estudos sobre o trabalho. Numa outra linha de investigação teórica e metodológica, temos a tradição inaugurada por Weber (1967) que procura compreender o desenvolvimento do capitalismo através da complexa relação entre a ética protestante, que concebe o trabalho como vocação e o espírito do capitalismo que desenvolve uma vida racional e burguesa e, ainda entre os clássicos, temos a perspectiva marxista que pensa o trabalho como fonte de conflito, através das diferentes formas históricas de exploração às quais ele é submetido, constituindo o fundamento da desigualdade social e da luta de classes, fator que impulsiona o movimento da história.

Esse breve apanhado de questões presentes nas teorias econômicas e sociológicas clássicas tem como propósito ressaltar o caráter histórico da vinculação entre trabalho e progresso. Desse modo, pretendemos fazer o contraponto da visão naturalizada, linear e evolutiva de que o trabalho e o progresso caminham sempre juntos na história da humanidade para promover o bem-estar da população e o aperfeiçoamento da sociedade.

Segundo Buarque o progresso como valor universal da cultura ocidental desde o início da civilização, só no capitalismo assumiu a sua dimensão econômica, cuja realização tem ocorrido através da produtividade do trabalho e do desenvolvimento tecnológico. Ainda, de acordo com o autor, a noção de progresso encontrou no sistema capitalista mundial um solo fértil para se desenvolver. A representação do tempo, como contínuo e linear, a visão normativa e evolucionista que implica na passagem de formas elementares a formas de organização social cada vez mais complexas e o seu alvo da sociedade perfeita, tiveram sua materialidade nas revoluções industriais (Buarque, 1990).

Seguindo a sugestão de Buarque quanto à predominância do elemento econômico na noção de progresso no mundo moderno, queremos ressaltar a sua absoluta primazia na concepção do Banco. E mais uma vez, vamos sublinhar a nossa questão geral de que a “face humana” do discurso do Banco legitima um processo que produz a desmontagem de um precário estado de direitos que, se ampliado, poderia garantir o direito a uma vida digna para a maioria da população (Oliveira, 1988). Recolocando, assim, uma questão já discutida anteriormente, e coerente com esta total valorização da dimensão econômica, os valores de

produtividade, competitividade e lucratividade impõem-se sobre qualquer noção de cidadania, que não seja a do consumidor de acordo com a lógica do mercado (Frigotto, 1999; Oliveira, 1998). Além disso, esses valores que orientam a transição do estado (pleno ou precário) de direitos a uma situação de desregulamentação e destituição de direitos que, no mundo do trabalho, correspondem às políticas de flexibilização, articulam-se a um paradigma evolucionista e biológico, responsável pela naturalização dos conceitos aos quais já nos referimos (Oliveira, 1998).

Seguindo nessa linha de análises das teses do Banco Mundial, vamos discutir algumas delas, que consideramos relevantes para compreendermos a sua visão sobre as transformações que ocorrem no âmbito do trabalho. Estas, segundo Oliveira (1998), se caracterizam pela ruptura das formas de contrato mercantil e dos direitos sociais nele ancorados, mas que o ultrapassaram em termos de conquistas e direitos sociais. E, de acordo com Castel (1998), significam o rompimento do binômio trabalho/segurança, ou a crise da sociedade salarial.

O Banco defende quatro teses gerais que devem nortear ou imprimir o sentido das transformações no mundo do trabalho. Essas teses correspondem às principais tendências que ocorrem na atualidade e que afetam mais diretamente o mercado de trabalho e a vida dos trabalhadores. As teses gerais têm vários desdobramentos tanto nas diferentes experiências dos países como nos vários aspectos envolvidos na transformação do trabalho, segundo uma perspectiva de transição e consolidação da economia de mercado. Na exposição dos argumentos favoráveis às teses, fica muito difícil delimitar a fronteira entre “análise científica” e a aposta do Banco numa determinada direção do processo em curso, conforme discutimos no capítulo anterior.

Em primeiro lugar, ele ressalta os benefícios do crescimento econômico, o aumento de produtividade e investimento em capital físico e capital humano para o bem-estar dos trabalhadores de todos os países. Para isso, o crescimento deve seguir uma linha orientada para o mercado que gere incremento da demanda da mão-de-obra e que promova a expansão das aptidões da força de trabalho aumentando a sua produtividade. O Banco cita

como exemplo as economias recém industrializadas da Ásia Oriental, pois o seu desenvolvimento aumentou o número de empregos, melhorou a produtividade da mão-de-obra, elevou o salário real diminuindo as desigualdades sociais e reduzindo a pobreza. Nessa tese, algumas idéias podem ser ressaltadas: a primeira é a afirmação recorrente de que o crescimento econômico sempre é benéfico aos trabalhadores, e de que esta é uma característica do atual modelo; a segunda é que ele só ocorre, ou ocorre de maneira mais virtuosa numa economia de mercado; a outra é a idéia de que a resolução dos problemas sociais é decorrente do crescimento econômico, conforme exemplo dos países asiáticos.

A segunda tese geral do Banco sobre as transformações no âmbito do trabalho é a da importância da integração entre os países, inclusive através de migrações. Essa integração é benéfica aos trabalhadores, porque os governos podem desenvolver políticas que aproveitem as oportunidades no nível internacional, com abertura ao comércio e a atração de capital, gerando novas oportunidades de emprego. Sobre essa tese da integração queremos ressaltar a idéia implícita na análise do Banco sobre a globalização de que as relações entre países tendem a ser de cooperação e convergência de interesses e não de conflito e oposição.

A terceira tese geral do Banco diz respeito ao “bom governo” com relação ao mundo do trabalho. Este deve desempenhar um papel normativo e regulador para harmonizar as políticas trabalhistas com o mercado, criando uma estrutura que complemente os mercados de trabalho informais e rurais e apoiem a negociação coletiva no setor formal. Sua preocupação manifesta com esse aspecto é a de evitar que as políticas trabalhistas privilegiem trabalhadores em situação relativamente vantajosa, em detrimento da maioria. Sobre esse ponto, queremos destacar as seguintes idéias que iremos trabalhar adiante. A primeira é a visão instrumental e subordinada das políticas trabalhistas ao mercado. Estas perdem qualquer conteúdo classista e reivindicativo de categorias organizadas e devem favorecer e estar de acordo com o mercado. A segunda é a de considerar privilegiados alguns setores mais organizados e com maior presença do

sindicato, responsabilizando-os de certa forma pela situação de precariedade da maioria dos trabalhadores.

E a última tese geral do Banco diz respeito à situação de trabalhadores que não estariam se beneficiando das mudanças em curso. Sobre essa questão, o relatório afirma que os governos devem oferecer apoio aos trabalhadores e suas famílias, quando esses se ressentem das mudanças que implicam em redução temporária do emprego e dos salários, forçando-os a se deslocar de antigas ocupações, principalmente, quando se trata de Estados que passam do planejamento central para os sistemas de mercado ou da situação de protecionismo para a de abertura. Nesse caso, o relatório defende que os governos devem criar mecanismos que apressem a transição para que os custos dos trabalhadores sejam menores, sendo que a estabilidade macroeconômica e a credibilidade do pacote geral de reformas são essenciais para a consecução da transição. Sobre essa tese, queremos chamar a atenção sobre a função, atribuída pelo Banco aos governos, que devem oferecer apoio aos trabalhadores que fiquem desamparados. Há um grande deslocamento da sua atuação na esfera dos direitos conquistados pelos trabalhadores para uma função assistencialista e subordinada à sua prioridade que é a de garantir a estabilidade macroeconômica e a credibilidade do pacote de reformas. Assim, o estado se desobriga de implementar políticas sociais que mantenham o vínculo trabalho-segurança ao adquirir uma função quase filantrópica.

A combinação dessas quatro tendências nas diferentes regiões geopolíticas caracterizadas por três cenários ou estágios de desenvolvimento que abarcam os países desenvolvidos, os países em desenvolvimento e os países em transição, ou por diferentes níveis de renda – alta, média e baixa – é que permite o desenvolvimento equilibrado entre o capital e o trabalho ou crescimento econômico com equidade, de acordo com o objetivo do Banco.

Vamos, então, explorar no decorrer do trabalho essas quatro teses gerais, afim de aproximarmos-nos mais dos fundamentos do discurso legitimador do Banco e da ideologia predominante na atual fase da mundialização do capitalismo.

Para desenvolver a análise dessas quatro teses, o Banco formula quatro questões referentes ao significado para o trabalhador de um mundo mais orientado pelo mercado e economicamente integrado.

“Concentremo-nos em quatro indagações: quais são as estratégias de desenvolvimento mais capazes de melhorar a renda do trabalhador e suas condições de trabalho? A crescente integração oferece uma oportunidade ou representa uma ameaça aos trabalhadores, especialmente os das regiões mais pobres do mundo? Qual deve ser o papel das políticas internas do mercado de trabalho para melhorar os resultados por ele produzidos em termos de eficiência dos mercados, equidade da renda, segurança no emprego e da renda e observância de padrões no lugar de trabalho? Como podem os países em transição do planejamento central ou de um mercado fechado para um mercado aberto às transações internacionais levar em conta as necessidades do trabalhador?”
(Relatório, 1995, p. 12)

São essas as principais indagações do Banco sobre as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho. A sua preocupação ao formulá-las e responder-lhes deve-se ao seu reconhecimento de que, apesar da mudança do papel do estado em função do malogro de tentativas passadas de melhorar o bem-estar por meio da ação do governo e também da maior integração dos mercados, o problema da pobreza e das carências mundiais não foram resolvidos. A sua explicação para esses problemas se pauta em três ordens de consideração.

A primeira é a tese recorrente dos vieses ou “enviesamentos” de modelos ineficientes de desenvolvimento, que já discutimos anteriormente.

A segunda se refere aos fatores que o Banco denomina de imperfeições do mercado que, para serem corrigidas devem contar com a ação do “bom governo”, questão esta, também já discutida.

A terceira diz respeito à posição dos próprios trabalhadores, principalmente no caso dos países mais ricos da Europa e dos E.U.A, que segundo o Banco, têm contribuído intensamente para o desemprego. Esta posição é caracterizada como um enredamento de trabalhadores em atividades em declínio e que, neste sentido, carecem de flexibilidade para mudar.

Ele considera que a melhor estratégia para enfrentar esses problemas é a melhoria das aptidões da força de trabalho, facilitando a transição para novos empregos e uma contínua participação na economia mundial.

Sobre esse último ponto, o Banco faz a ressalva de que, embora o investimento em habilidades, saúde e nutrição dos trabalhadores, seja a chave do bem-estar e do sucesso econômico, este fator isoladamente é insuficiente para atingir os objetivos do desenvolvimento, pois só o investimento na força de trabalho, não garante o crescimento com demanda de mão-de-obra. Neste sentido, o relatório cita como exemplo as experiências das economias de planejamento centralizado que investiram naqueles fatores, principalmente em educação, tendo conseguido altos graus de igualdade, mas que enfrentam agora um grande incremento da desigualdade. Esta é decorrente do fracasso de seu modelo de desenvolvimento que se explica pelo fato de não ter promovido o crescimento da economia.

Tomemos, assim, a tese do crescimento econômico como fator determinante do progresso no trabalho e da melhoria de vida dos trabalhadores. A idéia recorrente nessa tese é a de que a economia de mercado, tem propiciado crescimento mais rápido do que as protecionistas ou de planejamento centralizado. Analisando algumas experiências a longo prazo, de diferentes países da perspectiva do trabalhador, afirma-se que o grande investimento em capital físico e humano e o desenvolvimento das forças de mercado podem produzir crescimento rápido e equitativo da renda do trabalho. Partindo de uma comparação geral entre modelos de desenvolvimento, defende que os países que se basearam no mercado interno e internacional para orientar o processo de desenvolvimento conseguiram o crescimento sustentado com aumento da demanda da mão-de-obra, enquanto que as estratégias de planejamento centralizado e voltadas para o mercado interno não conseguiram gerar ganhos sustentáveis para todos os trabalhadores.

“Os fluxos internacionais de bens, serviços, capital e pessoas geram novas oportunidades para a maioria dos trabalhadores. Onde as exportações cresceram com rapidez, os salários reais aumentaram – à média de 3% ao ano”. (p. 5)

Dentro dessa perspectiva, o Banco considera que a tarefa dos governos, atualmente, consiste em determinar os tipos de intervenção pública mais indicados para contemplar as seguintes necessidades: a) apoiar o eficiente funcionamento dos mercados; b) estimular o investimento produtivo em fábricas, tecnologia e capital humano; c) capacidade para assistir o trabalhador em desvantagem.

Tendo propósito de investigar as razões que explicam o crescimento mais rápido de alguns países, debruça-se sobre as experiências de três países típicos de suas regiões: Gana, na África subsaariana; Malásia, na Ásia oriental e Polônia, na Europa oriental. Na análise comparativa entre as estratégias de desenvolvimento adotadas por esses países, o Banco defende a estratégia da Malásia, cujos mercados de capital eram abertos e a economia orientava-se para o setor externo propiciando um grande crescimento econômico e melhoria do padrão de vida dos trabalhadores. A principal questão extraída dessa comparação entre os países é que os trabalhadores da Malásia beneficiaram-se do crescimento econômico, enquanto os da Polônia e de Gana sofreram com sua falta, pois em ambos os países, o crescimento econômico não se baseou no aumento da produtividade e melhores salários na indústria e nos serviços. A causa do crescimento seria uma estratégia de desenvolvimento baseada no mercado através das divisões de investimento das empresas das famílias e do governo. E o papel deste seria o de facilitar os investimentos das empresas e das famílias, protegendo os direitos de propriedade e dando acesso à educação.

“Uma estratégia de desenvolvimento baseada no mercado exige que os governos, acima de tudo, facilitem os investimentos das empresas e das famílias, protegendo por exemplo, os direitos de propriedade e dando acesso à educação. (Relatório, 1997)

O Banco atribui uma grande importância ao papel da família no processo de crescimento da economia considerando sua capacidade de decisão quanto à inserção de seus membros no mercado de trabalho, da sua responsabilidade na educação, na divisão de tarefas e funções e do tempo dedicado ao trabalho produtivo, às atividades familiares e às outras. Esses fatores exercem grande influência sobre o ritmo e a qualidade do crescimento. E este, por sua vez, é determinante no que se refere às opções no tipo de trabalho dos membros da família, de sua renda, do uso do tempo, dos setores em que trabalham e na decisão ou não de migrar.

A relação entre a família e o crescimento econômico se dá através da interação entre a oferta de mão-de-obra das famílias com a demanda dessa mão-de-obra pelos empregadores. Assim, o aumento da produtividade da mão-de-obra incide nas decisões familiares no que diz respeito aos membros que devem trabalhar, aos que devem ser

educados e até que ponto, sobre os meios de fazer face ao risco e à segurança da renda. E também, afeta as decisões dos empregadores com relação à demanda de mão-de-obra, a organização da produção e a natureza dos contratos. A principal idéia defendida pelo Banco, acerca dessa relação, é a de que quanto maior for a interação entre o crescimento econômico e a família, mais virtuosa é a estratégia de desenvolvimento do país. Essa interação também é responsável pelo padrão de vida dos trabalhadores, pois novamente quanto maior ela for, menores serão os problemas sociais decorrentes do ritmo do crescimento econômico. E, de modo recorrente, toma como exemplo os países asiáticos que, ao promoverem uma expansão da educação de mulheres e homens, reorientaram a organização da família. Assim, as mães mais instruídas, geralmente dedicam maiores recursos familiares à nutrição e criação dos filhos, dando maior prioridade à sua educação, o que leva gradativamente a um crescimento mais lento e a uma especialização cada vez maior da mão-de-obra. Considera-se, assim, que essa interação é parte da estratégia de desenvolvimento que mais promove o padrão de vida dos trabalhadores ao gerar empregos e salários. No entanto, ela ainda não conseguiu solucionar o problema do desemprego pois, segundo o Banco, sua origem “escapa” desse âmbito.

Com relação a este ponto, o Banco acredita que a persistência de altos índices de desemprego, na atualidade, deve-se a um conjunto e combinação de vários fatores, cujos principais, seriam: insuficiente crescimento da demanda de mão-de-obra; rigidez dos salários; sistema de bem-estar social, que desincentiva a aceitação de emprego pelos beneficiários; restrições em certos setores de serviço que teriam impedido o crescimento do emprego; além da decisão do próprio trabalhador de rejeitar o emprego oferecido e aguardar uma oferta melhor e também pode ser indício de falsas expectativas.

O Banco conclui dessa análise da relação entre crescimento econômico e o papel da família, que o desenvolvimento econômico cria novas possibilidades e oportunidades aos participantes do mercado e que o progresso depende de uma aproximação de interesses entre as famílias, os empresários e os governos. Pois, as interações do mercado não são perfeitas e o crescimento econômico pode produzir desemprego, subutilização de serviços e renda baixa para muitos trabalhadores.

“Uma estratégia de desenvolvimento baseada no mercado, que estimula as empresas e as famílias a investir no futuro de uma forma produtiva e lucrativa, pode sustentar o aumento da demanda de mão-de-obra”.
(Relatório, 1995)

Vamos destacar resumidamente esses argumentos do Banco, expostos até esse momento, favoráveis à tese geral de que o crescimento é sempre benéfico aos trabalhadores; sendo ela o pressuposto de todas as análises comparativas sobre estratégias de desenvolvimento de países e regiões feitas pelo Banco, ela orienta e direciona também a construção dos seus argumentos e desdobramentos. Assim, o crescimento sendo benéfico ao trabalhador, deve encontrar condições para se realizar de maneira virtuosa. Estas só podem estar numa economia de mercado que promova a produtividade do capital e do trabalho, através do respectivo investimento no capital físico e no capital humano. Além disso, a economia de mercado deve direcionar o vetor de sua produção para o mercado interno, mas principalmente para o externo. O aumento da produtividade e a integração com o mercado mundial, através do intercâmbio de mercadorias, tecnologia, mão-de-obra, capital e conhecimento, facilitam a competitividade no mercado global que por sua vez, impulsiona ainda mais a produtividade. Esta provoca o deslocamento e transferência de trabalhadores para funções e atividades com melhores salários, elevando o seu padrão e melhorando a sua qualidade de vida. Este círculo virtuoso do crescimento ocorre atualmente nos países asiáticos, que se constituem num modelo eficiente de desenvolvimento capitalista com altas taxas de equidade, conforme o ponto de vista do Banco.

No entanto, a combinação dos fatores de mercado pode produzir imperfeições, ou não ser capaz de corrigir aquelas produzidas por modelos equivocados de desenvolvimento, comprometendo de qualquer modo a combinação entre crescimento e equidade. Um exemplo disso, é o desemprego, problema este, que para ser enfrentado, deve contar com um conjunto de instituições que funcionem como complemento do mercado.

Essas instituições detêm funções disciplinadoras na relação entre a oferta e a demanda de mão-de-obra, com o objetivo de corrigir as injustiças e desigualdades derivadas das imperfeições dos mercados. Neste sentido, a família com ênfase no papel da

mulher, as instituições educacionais e o “bom governo” devem estar em sintonia e favorecer o desenvolvimento da economia de mercado, que tem como fundamento a propriedade privada, como vimos anteriormente.

Sintetizando as principais idéias expostas no resumo:

“O progresso depende da disposição e da capacidade das famílias de cultivar a poupança e aumentar seus ativos de produção, da disposição dos empresários de organizar os fatores de produção de uma forma que permita alcançar os benefícios da especialização e da disposição dos governos de promover e não desestimular esses esforços.” (p. 35)

Nessa análise do Banco sobre as condições que propiciam maior crescimento das economias queremos ressaltar novamente, um aspecto muito enfatizado pelas críticas ao modelo neoliberal, que mostram a tendência do mercado de dominar, subjugar e moldar todas as instituições e esferas da sociedade civil. Tendência essa, cuja orientação segundo muitos desses opositores ao neoliberalismo, conduz o atual processo de globalização, sobretudo, na periferia do capitalismo, com conteúdo fortemente totalitário (Fiori, 1998; Oliveira, 1999; Tavares, 1998 e 1999). Justamente no sentido em que Polanny (1980) alertava e apontava a necessidade de contrarrestar essa força destruidora a partir da reorganização e fortalecimento da sociedade civil.

Outro ponto muito enfatizado pelo Banco é a relação entre a estratégia de desenvolvimento adotada pelos países, o aumento da produtividade e a estrutura de empregos. Mais uma vez sua análise contrapõe dois modelos de desenvolvimento e afirma que as estratégias baseadas nas iniciativas governamentais forçam o ritmo da mudança mediante políticas protecionistas da indústria e do emprego formal que têm-se revelado insustentáveis e contraproducentes, pois reduzem o ritmo do crescimento, definem a demanda de mão-de-obra e estimulam a informalização. Em contraposição a economia de mercado possibilita a passagem de trabalhadores de atividades de baixa produtividade para outras altamente produtivas. Pois, o capital tende a ir em busca de métodos que diminuam o custo de produção, aumentando a produtividade, criando novas oportunidades e elevando o salário real. Acrescenta-se ainda que o aumento da produtividade da mão-de-obra através da criação de novos empregos, exige a eliminação de outros antigos. Os novos competem com os existentes, pois levam os trabalhadores a abandonar as atividades de baixa produtividade e baixos salários para se inserir naqueles mais produtivas e melhor

remuneradas. Assim, o Banco estabelece uma relação direta entre criação de novas oportunidades no mercado de trabalho, aumento da produtividade e elevação do salário. E novamente, os relatórios (especificamente o de 1995), tomam como exemplo o modelo dos países asiáticos, mostrando como a distribuição do êxito econômico foi desigual entre as indústrias desses países resultando na eliminação de empregos em algumas delas. Por outro lado, ele estabelece uma correspondência entre o aumento da produtividade em setores industriais e o crescimento do emprego formal em detrimento do informal à medida em que avança o crescimento econômico. Neste aspecto, convém estabelecer o contraponto entre esta visão linear de que o crescimento industrial tende a se expandir na esteira da economia de mercado e os vários estudos que apontam a tendência de desindustrialização de países e regiões no mesmo processo em que ocorre uma grande concentração de capitais, tecnologia e conhecimento em outros países e regiões dentro da nova divisão internacional do trabalho (Canno, 2000). E também devem ser lembrados os estudos que mostram a tendência inversa daquela apontada pelo Banco no que se refere ao mercado de trabalho na atualidade. Segundo pesquisas na área do trabalho, tem havido um crescimento do mercado informal de trabalho como decorrência das transformações que afetam os setores formais, como a drástica redução de postos de trabalho, a precarização, a contratação por tempo determinado, a subcontratação, o desemprego, etc. A resposta do Banco a esses dois problemas está contida na sua fórmula dos enviesamentos dos modelos de desenvolvimento e na economia de mercado como solução. Aqui cabe ressaltar um “enviesamento” muito afirmado e ressaltado por ele, que são os regulamentos destinados a tornar o emprego no setor formal mais atraente para os trabalhadores. Considera que este viés, juntamente com os outros, suprime o crescimento da demanda da mão-de-obra prejudicando o crescimento geral.

“Esses resultados muitas vezes ocorrem quando se combinam um mercado de produção protegido contra a concorrência pela propriedade pública com leis trabalhistas que visam – muitas vezes com boas intenções – proteger ou apoiar as condições dos trabalhadores do setor formal. Isso pode criar um pequeno grupo de trabalhadores relativamente privilegiados interessados em perpetuar as vantagens do seu status favorecido”. (Relatório, 1995)

O Banco estabelece assim uma associação entre privilégios, leis trabalhistas e setor formal, que se articulam dentro de políticas de substituição de importações voltadas ao mercado interno. Os regulamentos do trabalho formal vinculados a estas políticas, segundo ele, foram prejudiciais ao emprego industrial, ao crescimento da agricultura e ao desempenho geral da economia. E também, introduziu um outro viés contra a mão-de-obra no setor industrial, pois as indústrias de exportação são mais extensivas de mão-de-obra do que as indústrias de substituição de importações, sendo, no entanto, mais oneradas por impostos do que subsidiadas. Em contraste, as economias da Ásia Oriental deram ênfase à exportação, o viés favorável à indústria foi moderado, o crescimento do trabalho assalariado foi muito maior que o da população e o crescimento dos salários na indústria manufatureira foi significativo. Considera relevante para a América Latina e África, o modelo dos países asiáticos devido ao desenvolvimento de uma estratégia que incentiva a economia agrícola através da reforma agrária que se executa dentro de uma estrutura de mercado, com compradores e vendedores motivados e não por meio de desapropriações. Sintetizando essa discussão sobre a relação entre crescimento econômico e mercado de trabalho, o Banco afirma que há uma tendência a um deslocamento de trabalhadores para setores de maior produtividade à medida em que o crescimento econômico, o aumento da produtividade e a melhoria salarial avançam, mas as políticas que procuram acelerar esse processo mediante a introdução de tratamento preferencial para atividades mais produtivas, constituem um viés, pois criam os “privilégios”. Esta questão tem uma importância muito grande nas análises do Banco, porque ela é muito utilizada na sua crítica aos “enviesamentos” dos modelos de desenvolvimento aos quais ele atribui a responsabilidade pelos grandes problemas econômicos, sociais e políticos da atualidade.

Uma outra questão discutida e considerada crucial pelo Banco para o crescimento econômico dos países, é o investimento em capital humano, que possibilita melhor padrão de vida familiar, expansão dos investimentos de capital e elevação da capacidade de auferir renda. Definindo o capital humano como uma combinação de aptidões básicas como a alfabetização e as quatro operações, as aptidões mais especializadas e a capacidade de desempenhar tarefas complexas e organizar o trabalho de terceiros, coloca alguns pré-requisitos para a sua formação.

“Os investimentos em recursos humanos requeridos para o aprendizado dessas aptidões – investimentos em saúde e nutrição e em educação e treinamento – começam na primeira idade e se estendem por toda a vida. Tais investimentos geram o capital humano necessário para aumentar a produtividade da mão-de-obra e o bem-estar econômico do trabalhador e sua família”. (Relatório, 1995).

O conceito de capital humano é bastante ressaltado pelo Banco e perpassa todas as suas análises sobre as diferenças de estratégias de desenvolvimento adotadas pelos países. Ele é um elemento essencial nas suas considerações sobre os “ganhadores” e “perdedores” no momento atual. Do nosso ponto de vista, ele é fundamental para a compreensão de três dimensões presentes nas análises do Banco Mundial. Em primeiro lugar, ele possibilita e estabelece o vínculo entre trabalho e educação ao priorizar os benefícios e ganhos de produtividade através desse investimento. A segunda dimensão é o deslocamento que ele realiza na visão sobre os trabalhadores, da condição de sujeitos sociais com direitos de cidadania conquistados para a situação de mera mão-de-obra que deve ser recompensada pela sua utilização no mercado. E a terceira característica que queremos ressaltar é que ele reconhece uma outra dimensão desse investimento em capital humano, que é o “valor humano em si mesmo”, pois admite que a melhoria da saúde, da nutrição e da educação, habilitam o ser humano a alcançar maior satisfação na vida. Queremos destacar este aspecto, de uma certa ambigüidade do conceito de capital humano, pois ele corporifica a caracterização que fizemos anteriormente sobre a “pretensão humanista”, nele contida. Este parecer opõe-se aos valores mercantis de produtividade, competitividade, lucratividade e que estão impregnados nas suas análises. Mas sua dimensão essencial é complementá-lo ao legitimar o processo de transformações em curso, justamente, através de sua “faceta humana” (Coraggio, 1996).

Do ponto de vista dos valores mercantis o investimento em capital humano para o Banco é essencial e necessário para o crescimento da economia em geral, mas não suficiente, pois embora ele seja fundamental para o aumento da produtividade, para melhorar a renda dos trabalhadores, o investimento tem que estar de acordo com estratégias de desenvolvimento que incrementem a demanda de mão-de-obra e propiciem o crescimento da economia, também, através do investimento em capital físico. Como exemplo de países que investiram em capital humano, mas não propiciaram um crescimento econômico adequado, ele cita o Vietnã e as Filipinas, ambos teriam adotado estratégias de desenvolvimento incapazes de aproveitar inteiramente as suas reservas de capital humano. O Banco aponta duas razões para a defasagem existente entre o investimento em capital humano e a insuficiência do crescimento econômico. A primeira, é que não basta esse investimento, pois pode não compensar nem superar a ausência de outros fatores importantes dentro do modelo de desenvolvimento. A segunda, é que os investimentos em capital humano podem ser de tipo incorreto ou de má qualidade. Os exemplos dos dois países acima mencionados mostra que a expansão da capacidade

humana só liberta inteiramente seu potencial quando há correspondente incremento da demanda de mão-de-obra especializada gerada pelo mercado. Outra questão importante relacionada ao investimento em capital humano diz respeito ao papel dos governos que, segundo o Banco, devem apoiar esse investimento em pessoas, no caso em que as famílias não o fazem.

De acordo com essa posição, o Banco defende também, o investimento em treinamento, pois o considera fundamental tanto da perspectiva do trabalhador como do empregador, porque ambos podem compartilhar os ganhos de produtividade resultante desse treinamento. Tomando novamente, como exemplo, os países da Ásia Oriental, defende a tese de que há uma relação entre empresas que produzem para exportar e a disposição para investir em treinamento. Essa depende dos seguintes fatores: da orientação exportadora; do ritmo da mudança tecnológica; da educação da mão-de-obra; dos ciclos econômicos e das perspectivas de crescimento.

Quanto à participação dos governos no treinamento da mão-de-obra, eles devem intervir se existirem falhas ou imperfeições para alcançar metas que não sejam de eficiência econômica. Conclui que as famílias e empresas necessitam de informações sobre o investimento em aptidões. Defendendo o ensino público e gratuito somente na educação primária, afirma que para os demais níveis e programas de recursos humanos não se justifica o ensino gratuito, especialmente na área de treinamento, pois os governos devem concentrar mais no financiamento e menos na produção e evitar o favorecimento de “privilégios”.

A criação de privilégios do ponto de vista do Banco, explica também em parte, o problema da desigualdade social, pois ele considera que sua origem em alguns países, estão no âmbito das diferenças de salários e rendas determinados pelas políticas de favorecimento que são enviesadas “por natureza”, criando assim os “privilégios”.

“Em todos os países variam muito os salários pagos aos trabalhadores de diferentes setores. Mesmo num antigo país socialista como a Polônia, os salários médios recebidos em 1993 nas atividades mais altamente remuneradas – como os dos engenheiros e das atividades extrativas –

eram quase 80% mais altos do que os das ocupações de remuneração mais baixa – os serviços pessoais”. (Relatório, 1995).

Mas, ele aponta também uma outra origem para o problema da desigualdade que são as diferenças individuais determinadas seja por fatores naturais de talentos, ou de acesso aos bens do mercado, que determina diferentes aptidões e neste caso, a explicação deve-se também a um atributo individual relacionado à capacidade de “adaptação” e “sobrevivência” na sociedade.

“As diferenças salariais entre indivíduos refletem, em grande parte, diferentes talentos e aptidões bem como diferenças nas condições de trabalho e nos requisitos do emprego”. (Relatório, 1997)

Quanto à questão social, esta se restringe aos fatores que possibilitam o acesso ao mercado de trabalho e não às condições de produção na economia de mercado.

“Dois fatores são especialmente importantes para determinar o grau de desigualdade. A influência mais marcante é a da distribuição inicial dos ativos econômicos, principalmente a educação... Outro fator determinante da desigualdade é a disparidade na distribuição de ativos semelhantes entre setores e ocupações”. (Relatório, 1997).

O reconhecimento de que as diferenças de acesso à educação é um fator relevante na explicação da desigualdade entre as pessoas, não o leva a caracterizá-la como uma instituição fundamental na produção coletiva, de caráter público, onde, o seu acesso esteja no campo dos direitos sociais. Pelo contrário, o seu foco e sua categoria privilegiada é o indivíduo, ou seja, as diferenças individuais de renda e as possibilidades de melhoria também individuais no mercado.

“O grau de educação é o mais importante fator de previsão da renda do trabalhador individual”. (Relatório, 1997).

Diante desses dois conjuntos de explicações sobre a origem da desigualdade, o Banco indica alguns caminhos e alternativas para se criar situações de maior equidade. Para o primeiro, coloca a necessidade de mudar a distribuição dos ativos econômicos, não através de uma redistribuição da riqueza, mas sim mediante um acréscimo às reservas existentes, criando as condições para o aumento da produtividade. E a ênfase no

investimento em capital humano, especialmente na educação, adquire um grande significado à luz dessas considerações. Com relação ao segundo, indica a passagem para um mercado de trabalho menos distorcido e mais formalizado como mecanismo equalizador, ressaltando a necessidade de corrigir as distorções, eliminando os “privilégios” de grupos ou segmentos de trabalhadores.

O Banco considera também uma outra ordem de desigualdades, decorrentes de discriminações sexuais, étnicas e de regiões; que criam grupos vulneráveis às mudanças no mercado de trabalho.

Para superar todos os tipos de desigualdades, o Banco conclui com o pressuposto do qual partiu para fazer sua análise sobre a estratégia de desenvolvimento que favorece os trabalhadores. O caminho virtuoso é um crescimento apoiado no mercado que faça eficiente uso da mão-de-obra e promova um amplo setor de emprego assalariado para se obter condições de maior equidade. A análise considerada que este objetivo constitui um grande desafio político tanto nos países industrializados como naqueles em desenvolvimento, pois a economia de mercado pode reduzir as desigualdades e a pobreza.

Sobre esta tese geral, do crescimento econômico ser benéfico ao trabalhador, gostaríamos de ressaltar alguns dos seus principais argumentos e desdobramentos para fazer algumas considerações e questionamentos à luz de estudos e teses críticas ao modelo neoliberal de desenvolvimento.

Em primeiro lugar, queremos expor uma tese contrária à essa de que a população tende sempre a se beneficiar com o crescimento econômico e com o aumento da produtividade. Pois, como vimos, segundo o Banco, estes são fatores geradores de emprego, de melhores salários e conseqüentemente de redução de desigualdades.

Como contraponto dessa visão, vamos mencionar uma análise de Kurz (1998), onde ele mostra a singularidade da terceira revolução industrial, que consiste na sua maior capacidade de expansão da economia. Esta característica, segundo o Kurz, explica a contradição atual e suas diferenças com relação às outras revoluções industriais, pois o aumento da produtividade tem criado uma quantidade exagerada de bens e também uma

avalanche de desemprego e miséria. O autor refuta a idéia de que o aumento da produtividade, naturalmente, leva a uma melhoria do padrão e qualidade de vida dos trabalhadores, porque ela não corresponde à realidade atual. Segundo ele, a análise não leva em consideração a racionalidade das empresas e sua capacidade de apropriar-se e utilizar a produtividade adicional como um trunfo contra a concorrência do mercado, para intensificar a produção de mercadorias visando a diminuição de custos e o aumento do lucro da empresa.

Kurz afirma que o aumento da produtividade gera uma repartição de seus frutos de forma muito desigual, enquanto trabalhadores considerados supérfluos são demitidos, crescem os lucros dos empresários. Isso ocorre porque a diminuição de custos significa que menos trabalhadores produzem mais produtos de acordo com a lógica empresarial no atual momento de desenvolvimento das forças produtivas. Aponta também, para a possibilidade de uma crise de grandes proporções, derivada dessa contradição entre o aumento da produtividade e o crescente desemprego, diminuindo o poder de compra da sociedade. Para ele a terceira revolução industrial é diferente das outras duas, porque na primeira e na segunda ocorreu o processo do ciclo, caracterizado pelo aumento da produtividade, expansão e saturação dos mercados, em seguida, a criação de novas necessidades, novos setores produtivos, novas indústrias e criação de novos empregos. Assim, embora o desemprego tecnológico tivesse acontecido nesses momentos, o surgimento de novas possibilidades contrarrestava a tendência destruidora com a criação do novo. De acordo com a perspectiva de sua análise, a teoria dos “grandes ciclos” de Schumpeter (1988), só é válida na sua primeira parte, para explicar o atual processo em curso. Da noção de “destruição criadora” só permanece o aspecto destrutivo, na medida em que a criação de novos produtos, novos métodos, novas indústrias e novos empregos não ocorre na atualidade, interrompendo, assim, a lógica do ciclo. Segundo Kurz, a especificidade da acumulação de capitais no momento atual é que todos os ramos de produção já estão industrializados, ao contrário da primeira revolução industrial, e todos os limites de expansão do mercado já foram alcançados, diferentemente da segunda revolução industrial. Sendo assim, a racionalidade capitalista, pela primeira vez na história da modernidade,

criou e introduziu uma tecnologia capaz de economizar mais trabalho, em termos absolutos, do que o necessário para a expansão dos mercados de novos produtos. Por esta característica de maior capacidade de racionalização do que a capacidade de expansão, o autor mostra que a economia de mercado não é um sistema em que o aumento da produtividade conduza à redução da desigualdade e promova uma melhoria no padrão e qualidade de vida da população.

Nesse resumo que fizemos de algumas das principais teses do Banco Mundial sobre as possibilidades de melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da população em geral, também se destaca uma outra idéia que permeia todas as suas análises. É a tese de que a economia de mercado propicia maior crescimento econômico do que os modelos de desenvolvimento que contam com uma grande participação do estado, pois estes criam vários “enviesamentos” que comprometem o crescimento. Seja no processo de substituição de importações, na política econômica de criação de empregos, na maior distribuição de riqueza através de diversos meios, na relação capital/trabalho, na garantia dos serviços públicos, enfim, em toda a área de atuação e intervenção do estado que se desenvolveu após os anos 30 e se consolidou após a II Guerra Mundial, conforme vários estudos já citados.

Num estudo recente, Mattoso (1998) defende a tese contrária à preconizada pelo Banco de que o crescimento econômico só ocorre de maneira exitosa numa economia de mercado, afirmando que nos países avançados o crescimento da produtividade nos anos 80 e 90 foi bem menor do que nos anos 60.

Segundo o autor, o mundo do trabalho vem passando por várias transformações, cujas principais características são o desemprego crescente acompanhado de um conjunto de inseguranças que configuram uma situação de precarização das condições e relações de trabalho. Para explicar as razões dessa situação, o autor recorre também ao modelo de Schumpeter, conhecido como “destruição criadora”, conforme já nos referimos, e analisa as particularidades do atual processo. Mattoso afirma que na história do capitalismo, o objetivo da introdução de inovações sempre foi elevar a produtividade e reduzir o trabalho vivo incorporado à produção. No entanto, a destruição de empregos no nível microeconômico não expressou a realidade macroeconômica ou nacional. Isso se deve ao

movimento contraditório de destruição dos antigos e criação de novos produtos, empresas, atividades econômicas e empregos e também de novos setores e atividades econômicas. Esse movimento, segundo o autor, não se verifica atualmente, pois o desemprego cresceu e os ganhos de produtividade têm sido menores que nos anos 60. A sua explicação é que o desemprego cresceu porque o crescimento econômico caiu mais intensamente que a produtividade, não havendo reduções significativas da jornada de trabalho no período recente.

A diminuição ou o baixo crescimento econômico atualmente, segundo o autor, se explica por um conjunto de fatores que incluem a concorrência desregulada, a globalização financeira e as políticas liberais. O autor afirma que, segundo o pensamento econômico dominante, esses são os fatores que deveriam assegurar um novo período de crescimento e desenvolvimento econômico. No entanto, o que se observa é o oposto, maior instabilidade econômica e financeira, crescente subordinação dos capitais produtivos à dinâmica financeira, retração dos investimentos e fraco crescimento econômico. Para analisar todo esse processo, o autor atribui um grande peso às políticas liberais no que se refere ao papel do estado, deslocando assim a explicação do âmbito do determinismo tecnológico para o campo de ação da política. Ele considera que o principal fator explicativo é a fragilidade da regulação pública e a predominância dos atributos exclusivamente privados na concorrência e competitividade do capitalismo globalizado. O novo papel desempenhado pelo estado nacional para assegurar a credibilidade junto aos mercados financeiros, através de políticas ortodoxas de taxas de juros, câmbio e finanças públicas e a retração da ação pública na regulação das relações econômicas reduzem a capacidade dos Estados nacionais de conduzir políticas macroeconômicas voltadas ao pleno emprego e políticas sociais capazes de promover a distribuição de renda. Um outro aspecto importante dessa ausência de regulação pública é a sua influência na estratégia das empresas que tendem a submeter-se ao mercado financeiro e privilegiar o curto prazo e fatores de competitividade como o custo ou o preço em detrimento da produtividade reduzindo assim, o seu investimento no setor produtivo e conseqüentemente o crescimento econômico da economia como um todo. Outro ponto relevante da ausência ou diminuição da regulação pública é sua incidência no

mercado de trabalho, através de políticas sociais muito restritivas da descentralização das negociações e da flexibilização nas relações de trabalho. Todo esse conjunto de práticas relacionadas à perda de centralidade da ação pública tem acentuado a redução do trabalho vivo, afetando o conjunto de direitos assegurados em torno do trabalho, contribuindo decisivamente para a desestruturação do mundo do trabalho. Com essa breve exposição, de algumas questões discutidas por Mattoso (1998), estabelecemos uma contraposição à tese do Banco Mundial, de que a economia de mercado reúne as condições mais propícias ao crescimento econômico. Segundo Mattoso, ocorre justamente o contrário, ou seja, a intervenção estatal através da regulação pública é fundamental para o crescimento econômico, devido aos motivos acima expostos.

Uma outra idéia muito presente nas análises do Banco é a de que a economia de mercado é especialmente benéfica aos países em desenvolvimento, ou economias emergentes. E mais uma vez, utilizando o modelo dos países asiáticos como exemplo a ser seguido pelos países da América Latina. Sobre este ponto, muitos estudos, pesquisas e trabalhos têm sido desenvolvidos por intelectuais e pesquisadores do mundo inteiro – principalmente latinoamericanos – para mostrar justamente o oposto, ou seja, que nesta época que se convencionou denominar de globalização ou mundialização do capitalismo, as diferenças e distâncias entre os países têm se acentuado na nova divisão internacional do trabalho. E acrescentando-se o aumento das dificuldades ou impossibilidade de um desenvolvimento econômico sustentável aos países periféricos, através da economia de mercado.

Neste sentido, queremos expor algumas questões contidas num texto recente de Plínio Arruda Sampaio Jr (1998), no qual ele caracteriza como neocolonizações as atuais relações entre países centrais e periféricos. O autor analisa o novo contexto histórico mundial considerando alguns fatores explicativos: ressalta um grande avanço no grau de desenvolvimento das forças produtivas diferentemente de Mattoso (1998) para o qual, como vimos, a produtividade e o crescimento econômico nos anos 80 e 90 foram medíocres comparados ao período anterior. E, diversamente da análise de Kurz, que afirma ter havido

aumento da produtividade pela maior capacidade de racionalização do que expansão, não resultando portanto, em crescimento da economia como um todo.

Segundo Sampaio (1998) o avanço das forças produtivas teve duas implicações importantes. Uma foi a diminuição na proporção do trabalho vivo em comparação com o trabalho morto, abalando as bases do poder da classe trabalhadora e a outra foi o aumento da concorrência inter capitalista, reforçando a concentração do progresso técnico e uma drástica desvalorização do capital antigo. Uma outra característica destacada pelo autor no atual momento, é a maior mobilidade espacial do capital internacional comprometendo o controle da sociedade nacional sobre o padrão de acumulação. Nesta fase de mundialização, o capital internacional requer uma ancoragem mais ampla e mais complexa que tende a se cristalizar em torno de grandes blocos econômicos. Além disso, o autor dirige a atenção para uma característica geral que é a autonomia e prevalência do sistema financeiro sobre o setor produtivo, intensificando a volatilidade do capital e fortes rivalidades entre economias nacionais. Todo esse conjunto de fatores que configuram o novo contexto histórico explicam as novas formas de dependência que tendem a paralisar os “centros internos das decisões” das economias periféricas na nova ordem internacional às quais o autor denomina de neocolonização e teria as seguintes características gerais: 1) os novos parâmetros técnicos e econômicos do padrão de desenvolvimento reforçam a dependência tecnológica das economias periféricas; 2) caráter estrutural dos desequilíbrios no balanço de pagamentos devido à influência desmesurada da comunidade financeira internacional sobre os rumos da política econômica, aos programas patrocinados pelo Consenso de Washington sendo incompatíveis com a construção de sistemas econômicos nacionais e ao fato de o mercado interno ter deixado de ser o centro dinâmico da economia; 3) os vínculos do capital internacional com as economias periféricas definidas pelo interesse estratégico das empresas transnacionais nas economias dependentes: tirar proveito de seu mercado potencial de produtos importados e explorar sua utilidade como plataformas de exportação de produtos que requerem mão-de-obra barata e baixo grau de importação tecnológica; 4) a mundialização dos processos produtivos rompendo as cadeias de relações inter-industriais que uniram os grandes oligopólios internacionais ao sistema econômico nacional; 5)

acentuação da dependência cultural das sociedades periféricas e do mimetismo das classes médias e altas, copiando os padrões de consumo e os comportamentos difundidos pelo centro hegemônico; 6) a ideologia de socialização do mercado como princípio organizador da vida social provoca uma paralisia na capacidade de ação da sociedade uma vez que, ao negar a “vontade política” como meio de construção da nação, os países periféricos abrem mão de seu principal instrumento de defesa dos interesses da população – o estado.

A breve exposição de teses desses autores teve como objetivo questionar, contrapor e negar alguns princípios sobre os quais o Banco se apoia para tratar das questões relacionadas ao trabalho e à desigualdade social na construção de seu modelo de desenvolvimento hegemônico nas últimas décadas.

Em seguida, vamos expor sucintamente mais algumas teses gerais do Banco e discuti-las à luz das críticas que floresceram nas últimas décadas a medida que a sua preocupação “humanista” foi revelando cada vez mais o seu caráter ideológico de legitimação de um novo processo de acumulação capitalista com características altamente excludentes. Ao mesmo tempo que esse modelo de desenvolvimento foi demonstrando a incompatibilidade entre a natureza predatória dos valores mercantis que impulsionam o progresso econômico e a ética da solidariedade entre povos e estados nacionais, conforme se afiguram na utopia construída num primeiro momento em que foi se delineando uma nova ordem mundial que encobriu, até certo ponto, uma nova divisão internacional do trabalho, baseada no aumento da desigualdade entre povos e nações.

As questões e teses que iremos colocar agora devem seguir o critério de que elas só serão explicitadas quando houver algum elemento novo em relação ao que já foi discutido, ou então, quando forem muito enfatizadas pelo Banco, pois neste caso, elas tem um significado nas suas análises, que merece ser destacado.

Assim, uma outra tese geral do Banco sobre as melhores condições para os trabalhadores, diz respeito à sua visão sobre globalização, considerada como uma integração internacional, através do comércio internacional, dos fluxos de capital e da migração e que oferece novas oportunidades para a população. Novamente, o Banco contrapõe dois modelos de desenvolvimento: aquele baseado nas políticas de substituição

de importações, cuja produção é voltada para o fortalecimento do mercado interno e as atuais estratégias voltadas para a integração global. O relatório também afirma que os governos dos países da América Latina, da Ásia Meridional e do Oriente Médio estão cada vez mais empenhados em melhorar a competitividade internacional de suas economias e entrar no comércio internacional, pois considera que as economias em desenvolvimento mudaram a sua orientação de produção para o mercado externo via exportação e que essa mudança significa a maioria do comércio internacional. Além disso, o capital tornou-se mais móvel buscando melhores retornos e que a América Latina tem tido uma participação importante nesse cenário. O Banco considera que a globalização é inevitável, mas que as diferenças entre países ricos e pobres não desaparecerão apenas pela convergência seja ascendente ou descendente de salários. Pois, para que isso aconteça é necessário o crescimento econômico que como vimos, depende de uma “política correta” que permaneça sob o domínio das políticas econômicas nacionais. Queremos chamar a atenção sobre essa contradição entre a ênfase dada ao movimento de transnacionalização, a crítica aos modelos de desenvolvimento que privilegiam o papel do estado, e essa atribuição que o Banco lhe faz ao considerar que a “boa política” é fundamental para a superação das desigualdades. Segundo Sampaio (1998), a transnacionalização do capitalismo redefine as fronteiras de tempo e espaço comprometendo o controle da sociedade nacional sobre o padrão de acumulação e coloca sua incapacidade de circunscrever o circuito de valorização do capital ao espaço econômico nacional. Diante da autonomia e independência do capital transnacional, o autor caracteriza essa contradição como a crescente dificuldade de subordinar o tempo econômico ao tempo político e a impossibilidade de conciliar a liberdade de movimento de capitais, o controle dos instrumentos que dão coerência aos centros internos de decisões e a reprodução dos mecanismos responsáveis pelo equilíbrio entre as classes sociais. Um outro aspecto considerado importante, para o Banco, nesse processo de integração internacional é o desempenho das empresas multinacionais que, segundo ele, têm tido um papel ao equipar a mão-de-obra relativamente barata, nos países em desenvolvimento com capital e técnicas modernas, contribuindo assim, para a valorização do trabalho nos países em desenvolvimento. Nesse sentido, o comércio

internacional de bens prometeria grandes oportunidades para reduzir os custos do consumo e dos investimentos e para acelerar o crescimento da produção e dos salários. Mas, a mudança do padrão de comércio exterior provoca transformações sociais, prejudicando os trabalhadores desprovidos de flexibilidade ou aptidões para deixar setores decadentes que antes eram sustentados por barreiras comerciais. Ao mesmo tempo que traria benefícios para a maioria dos trabalhadores, pois estes são também consumidores que poderiam usufruir de ganhos imediatos pelo barateamento das importações. Assim, o comércio exterior ajudaria os trabalhadores de duas maneiras: permitindo-lhes adquirir bens de consumo onde forem mais baratos e liberando-os das restrições impostas pela demanda interna, pois os mercados mundiais são maiores do que qualquer mercado interno isolado, são mais estáveis e têm bastante espaço para acomodar os recém-chegados. Gostaríamos de remeter essa questão para o livro de Sebastião Salgado – Êxodos – cujos documentos são fotos de refugiados “recém-chegados” em toda a parte do mundo, ou que nunca vão chegar a lugar algum, para contrapor a essa idéia de que os mercados mundiais abrigam a população do planeta.

A tese central do Banco sobre essa questão da integração é que a nova divisão internacional do trabalho traz proveitos mútuos para todos os países, mas pode prejudicar alguns trabalhadores e beneficiar outros. Os trabalhadores mais prejudicados seriam aqueles não especializados dos países industrializados e os trabalhadores dos países em desenvolvimento ou das antigas economias de planejamento centralizado que sofrem os efeitos do desfavorecimento de setores anteriormente protegidos. Todavia, a sociedade como um todo sai ganhando, sendo que o caminho melhor é facilitar a transição para o livre comércio, pois na maioria dos países em desenvolvimento, há uma firme associação entre uma maior abertura para o comércio exterior e a redução da pobreza. Pois, com a abertura da economia, os preços internos tornam-se alinhados com os preços internacionais, sobem os salários dos trabalhadores, cujas habilidades são mais escassas no plano internacional e caem os daqueles que enfrentam maior concorrência. No entanto, os consumidores sairão ganhando em todos os casos. Queremos ressaltar essa ênfase nos ganhos e benefícios do consumidor em detrimento do produtor e remeter novamente as análises que apontam a

contradição atual entre o aumento da produção com as novas tecnologias e a redução do mercado consumidor determinado pelo desemprego, baixos salários, precarização, pobreza, etc... de acordo com o referencial teórico utilizado nessa análise que se contrapõe à visão do Banco. Quanto à globalização dos mercados financeiros, o Banco afirma que ele traz ganhos para o capital privado que passa a girar ao redor do mundo em busca de retornos mais altos e que os fluxos dos capitais tendem a reforçar os efeitos de um comércio aberto que permite aos países explorar suas vantagens competitivas. Dentro desse movimento, os países em desenvolvimento devem atrair capital privado, pois diante do fluxo do capital dos países industrializados para os países em desenvolvimento, se coloca a necessidade de equipar a mão-de-obra cada vez mais especializada dos países em desenvolvimento com um capital mais sofisticado, impulsionando a produtividade dos trabalhadores e portanto, novos empregos e melhores salários. E também, os bons investimentos a longo prazo nesses países ajudarão a mão-de-obra em envelhecimento dos países industrializados a obter o máximo de seus fundos de aposentadoria. Resumindo essa questão da integração, a tese do Banco é que os movimentos do comércio internacional e do capital são benéficos aos trabalhadores, seja pela possibilidade de novas oportunidades ou seja pela sua condição de consumidor.

Em suma, o Banco considera que a nova divisão Internacional do Trabalho através da globalização produtiva e financeira propicia as condições para o maior crescimento econômico dos países com base nas suas vantagens competitivas. Esse novo cenário requer uma mão-de-obra mais apta a desempenhar as novas tarefas forçando uma maior especialização que leva a um aumento de produtividade aumentando as oportunidades no mercado de trabalho. Mais uma vez, queremos contrapor uma análise oposta, a de Canno (1998), que elucida como a globalização produtiva e a globalização financeira têm tido efeitos negativos e perversos sobre a população, especialmente os trabalhadores. A globalização financeira se caracteriza pela desmedida expansão financeira internacional e a globalização produtiva pela reestruturação das empresas constituindo um conjunto adverso para um crescimento econômico que pudesse sustentar empregos. Pois, os dois movimentos buscam mercados que permitem maior lucratividade a curto prazo com base no corte de

“custos” de todos os tipos, característica esta, que define a nova divisão internacional do trabalho. Segundo Canno (1998) esse processo integra a onda da terceira revolução industrial que ocorre sob a égide do neoliberalismo que consiste fundamentalmente no deliberado debilitamento dos estados nacionais. E os efeitos desse processo sobre os países subdesenvolvidos são justamente opostos àqueles apregoados pelo Banco. De acordo com o autor, nos países subdesenvolvidos, atualmente, esses efeitos são os seguintes:

- ✓ destruição de mais empregos do que criação, desempregando grandes contingentes de trabalhadores pouco qualificados;
- ✓ substituição de muitos insumos tradicionais (aço bruto, cobre, algodão, etc.) por modernos (fibra ótica, novas ligas metálicas, sintéticas, etc.), produzidos nos países desenvolvidos;
- ✓ aceleração de processos e equipamentos queimando capital e exigindo mais investimentos meramente substitutivos;
- ✓ indução das grandes empresas transnacionais a uma violenta reconcentração de capital, convertendo-as em gigantes, com enorme grau de monopolização e autonomia em suas decisões dentro de cada país subdesenvolvido onde se instalam.

Vamos expor agora mais uma tese do banco relativa à intervenção dos governos no mercado de trabalho. Esta intervenção, segundo ele, tem duas características preponderantes: uma é o papel normativo e regulador para harmonizar as políticas trabalhistas com o mercado e a outra é o apoio que governos devem oferecer aos trabalhadores e suas famílias quando estes se ressentem das mudanças. O Banco coloca a existência de duas posições polarizadas acerca dessa questão. Uma, propugna a exigência de ação agressiva de proteção aos trabalhadores mediante normas sobre salário mínimo, restrições às demissões e outras questões similares. E outra, parte do questionamento desta ingerência, uma vez que ela desestimula a geração de empregos e só favorece um subsetor privilegiado de trabalhadores prejudicando ou negligenciando os mais vulneráveis. Essas duas posições mantêm uma correspondência com os modelos de desenvolvimento discutidos pelo Banco no decorrer de suas análises e já expostos neste trabalho diversas

vezes. Trata-se do modelo centrado no papel do Estado em oposição ao modelo baseado na economia de mercado.

Em primeiro lugar, ele discute as razões da intervenção dos governos nos mercados de trabalho e destaca os seguintes fatores: a) desigualdade do poder de mercado; b) discriminação; c) insuficiência de informações e d) falta de adequada proteção contra riscos.

Ele considera que todos esses fatores estão relacionados com questões de eficiência e equidade. No primeiro ponto, ele refere-se aos trabalhadores que se sentem numa posição fraca em relação às empresas, incapazes de se protegerem contra o tratamento injusto. Esta fragilidade leva a perdas de eficiência, na medida que diminui a probabilidade de que os trabalhadores venham a investir nas habilidades específicas de que a empresa necessita. Queremos fazer duas considerações sobre esta questão. A primeira é que, para o Banco, parece que o tratamento injusto é uma exceção, ou circunstancial, ou ainda um efeito secundário, pois ela não está no âmbito das próprias condições materiais de produção de mercadorias. A segunda consideração é que a questão da justiça e da equidade estão subjogadas pelo critério da eficiência, que parece ser a principal preocupação do Banco.

Quanto ao segundo ponto, relacionado ao problema da discriminação, também produz no mercado resultados que são não apenas injustos mas ineficientes. Pois, ela limita a contribuição dada pela mulher e pelos grupos minoritários ao desenvolvimento econômico. Sobre essa questão, cabe ressaltar a sua ambigüidade entre a preocupação com a discriminação de grupos de pessoas e o seu efeito sobre a questão da produtividade considerando a preferência de muitas empresas ou setores pelo trabalho da mulher, devido a uma série de fatores favoráveis aos interesses do capital como: baixos salários, excesso de trabalho, a representação da mulher como mais dócil e menos propensa a atitudes consideradas agressivas pelas empresas, etc.

O terceiro fator destacado pelo Banco, é a insuficiência de informações à qual ele atribui o aumento de ineficiências quando trabalhadores e alguns empregadores são mal informados quanto ao seu ambiente de trabalho, especialmente no que se refere aos riscos para a saúde e a segurança pessoal. Do mesmo modo que nos aspectos anteriores, neste

também perpassa a ambigüidade, neste caso, entre os possíveis custos das empresas, em situações de risco e a preocupação com o trabalhador como cidadão com direitos. E o último fator colocado pelo Banco é a falta de adequada proteção contra riscos quando trabalhadores e suas famílias são incapazes de obter seguro adequado contra o risco da perda de renda por desemprego, incapacitação ou velhice. Neste caso, a preocupação “humanista” parece prevalecer, mas mais de acordo com uma visão assistencialista, do que uma defesa de direitos de cidadania.

O nosso propósito ao expor essas razões pelas quais, segundo o Banco, os governos intervêm nos mercados de trabalho, foi o de mostrar a ambigüidade entre os valores mercantis expressos no conceito de eficiência e os valores “humanistas”, presentes na noção de equidade. E, também, porque essa dubiedade delimita o campo de ação política ou do governo, segundo a ótica do Banco, no que concerne ao mundo do trabalho, ou seja, o limite de sua atuação é dado pelos marcos dos quatro fatores acima expostos. Outra idéia que queremos registrar diz respeito à origem dessas quatro situações que segundo o Banco, se deve às imperfeições ou injustiças do mercado, sendo assim, ele não tem como pressuposto o mercado perfeito. No entanto, nesta visão, tais injustiças podem ser corrigidas através de uma política cuja dimensão principal deve ser esta, a de corrigir suas “imperfeições”, portanto, este deve ser o campo de atuação de governos, do “bom governo”, seguir uma estratégia que corrija as imperfeições, mas dentro dos princípios da economia de mercado. Quando essa estratégia não é implementada, seja por que motivo for, a tendência da sociedade é dar respostas a essas falhas ou injustiças do mercado através de diferentes maneiras: estabelecendo contratos informais, conferindo aos sindicatos poderes para negociar em nome dos trabalhadores, recorrendo à legislação, ou à intervenção direta do governo.

Todas essas práticas, sendo respostas da sociedade às falhas do mercado, tendem a encolher à medida que as estratégias de desenvolvimento econômico e político forem avançando e corrigindo-as. Ou então, elas permanecem como complemento e auxiliando o bom funcionamento da economia de mercado. De acordo com essa perspectiva, o Banco analisa a questão dos contratos informais que podem ser eficazes no mercado de trabalho

dos países de renda baixa e média ou nas sociedades tradicionais. Mas, cuja tendência é acabarem à medida que as empresas crescem ou que diminuem os vínculos sociais e comunitários entre trabalhadores e empregadores, ou então, quando aumentam as rendas dos países através de uma estratégia correta de desenvolvimento. Sobre esse ponto, queremos fazer algumas ponderações: ou o Banco reconhece que nesses países não está ocorrendo um crescimento econômico e aumento de suas rendas e portanto não ocorre essa tendência de ampliação do mercado formal, o que significa que o modelo não cumpre seu objetivo; ou sua teoria baseada na estratégia do desenvolvimento da economia de mercado como capaz de harmonizar crescimento e equidade corrigindo as injustiças e imperfeições, não corresponde à realidade dos fatos. São vários os estudos e pesquisas acadêmicas e mesmo da mídia que comprovam a tendência atual de crescimento do setor informal em detrimento do formal, quanto mais avançaram na década de 90 as políticas neoliberais (Dedecca, 1998).

Sobre as respostas da sociedade que envolvem a participação dos governos, o Banco considera que algumas práticas são “enviesadas”, quando elas não correspondem à lógica da economia de mercado e outras são corretas quando o seu objetivo é corrigir as imperfeições do mercado. Em relação ao campo de ação dos governos no que se refere ao universo do trabalho, o Banco subdivide-o em quatro áreas de atuação:

- legislação trabalhista;
- relação com os sindicatos;
- políticas formuladas para enfrentar a insegurança da renda e
- como empregador.

A primeira área, a da legislação trabalhista se refere ao setor formal, onde os governos têm o papel importante de estabelecer as regras sob as quais são levadas a efeito as transações econômicas. Pois, o emprego neste setor é regido por um contexto, jurídico explícito que fornece a base para os contratos individuais ou coletivos. E, também, intervêm no mercado de trabalho para alcançar metas sociais específicas, sendo as mais comuns:

1. proibição do trabalho infantil;
2. proteção da mulher e das minorias trabalhadoras;
3. fixação de salários mínimos e

4. legislação sobre padrões de segurança e de saúde no local de trabalho.

Vamos destacar somente alguns pontos dessas metas sociais que a legislação busca contemplar, aqueles pontos que consideramos relevantes, de acordo com a nossa preocupação de discutir a “ambigüidade” entre valores mercantis e valores “humanistas”, na qual os últimos desempenham a função de legitimação dessa perspectiva que estamos analisando. Nesse sentido, é que podemos compreender, a concepção do Banco sobre a legislação trabalhista, que é a de corrigir os defeitos do mercado e não garantir os direitos dos trabalhadores, num processo de conquista da cidadania.

Essa questão pode ser claramente elucidada através do tema do trabalho infantil. O principal ponto que queremos ressaltar nesse aspecto é a relação que o Banco estabelece entre o problema colocado e a questão da educação, Já que ele considera que há uma relação muito próxima entre o trabalho infantil, pobreza e má qualidade ou disponibilidade de educação e que, em função dela um ensino de boa qualidade pode reduzir o trabalho infantil, reconhece-se o mérito das leis que proíbem o trabalho infantil, pois elas promovem um valor simbólico, como expressão do desejo da sociedade de erradicar essa prática, embora não possa dar apreciáveis resultados se não forem acompanhados de ações que transfiram o saldo de incentivos do trabalho infantil para a educação. Recomendam-se algumas medidas para transferir o saldo: criação de uma rede de segurança para proteger os pobres; expansão de oportunidades de obter educação de qualidade; aumento gradual da capacidade institucional de fazer observar as proibições previstas em lei.

O aspecto que mais chama atenção neste item, é, sem dúvida, a relevância que a educação assume para solucionar os problemas sociais, da ótica do Banco.

Sobre a questão da discriminação da mulher, o Banco critica a posição que visa conceder-lhe direitos e proteções especiais no lugar de trabalho, em virtude do seu papel na geração e criação dos filhos, defende a posição de que se deve acabar com a discriminação no mercado de mão-de-obra, estabelecendo salário igual para o mesmo trabalho ou proibindo a exclusão de mulheres ou minorias de certos empregos, defende ainda que é melhor para as mulheres terem acesso a empregos no setor moderno do que as normas especiais de proteção daquelas que já têm bons empregos. As políticas antidiscriminatórias

devem implementar um perfeito sistema de avaliação de tarefas para impor a norma da igualdade salarial para trabalho de valor igual, a política proposta pelo Banco considera que o foco dos governos deve mudar, concentrando-se em políticas destinadas a melhorar o acesso da mulher aos empregos do setor moderno, mediante, por exemplo, a contratação de mais mulheres no setor público com base no mérito. Sobre esta questão, queremos mais uma vez ressaltar o aspecto utilitário da defesa da igualdade da mulher no mercado de trabalho, devido ao seu potencial produtivo.

Um outro ponto importante, tratado pelo Banco, é a questão da fixação ou não pelo governo do salário mínimo, assunto este, considerado controverso, pois depende de seus efeitos sobre o mercado de trabalho. O Banco acredita que num mercado de trabalho, plenamente competitivo, a imposição de um salário mínimo sempre reduzirá a geração de empregos. Além disso, um salário mínimo alto leva os empregadores a optar pela contratação de menos trabalhadores. O Banco também estabelece diferenças entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Afirmando que nos primeiros o salário mínimo pode ajudar a proteger os trabalhadores mais empobrecidos e nos segundos isso não ocorre, pois a maior parte dos que são efetivamente pobres trabalham em mercados rurais e informais e não é protegida por salários mínimos. Assim sendo, o Banco considera que a legislação do salário mínimo protege mais os trabalhadores urbanos do setor formal que já ganham muito mais do que a maioria menos favorecida, e que a fixação dos salários mínimos em países de renda baixa e média desestimula as contratações, criando fortes incentivos para que tanto empregadores como empregados ignorem os regulamentos. Todos os argumentos levantados pelo Banco são contrários à fixação do salário mínimo. Queremos fazer algumas considerações sobre esta questão. Em primeiro lugar, no caso do salário mínimo, o Banco se coloca contrário à intervenção do Estado, enquanto que, nas questões do trabalho infantil e da discriminação da mulher, a sua posição é mais favorável. A questão salarial coloca limites e algum controle sobre a acumulação desenfreada das empresas, ao movimento do capital, que busca vantagens comparativas nos países de mão-de-obra mais barata e também se refere a uma condição de classe, sendo um forte instrumento de poder.

Quanto aos padrões de segurança e saúde, o Banco demonstra ter uma posição mais flexível, pois defende a não imposição de padrões rígidos aos países, principalmente, aos países em desenvolvimento. Esta flexibilidade é no sentido de evitar custos para as empresas, pois seus documentos ponderam que a busca de melhores condições de saúde e segurança para esses trabalhadores pode implicar em altos custos de redução de riscos que recaem sobre a mão-de-obra, seja na forma de salários mais baixos ou menos empregos. Neste sentido, considera-se que o nível adequado é aquele no qual os custos são compatíveis com o valor que trabalhadores informados atribuem à melhoria das condições de trabalho e redução de riscos. Mais uma vez, podemos perceber a sua maior preocupação com custos e benefícios do que com as condições de vida dos trabalhadores. E além disso, o peso que atribui à informação do trabalhador que lhe permita valorizar a redução de custos é também uma forma de transferir a responsabilidade sobre as questões de segurança e saúde ao próprio trabalhador.

Enfim, conforme já sublinhamos anteriormente, no que respeita às funções e os limites da legislação trabalhista, podemos perceber que, para o Banco a sua validade consiste em corrigir falhas do mercado e não assegurar a defesa de direitos conquistados pelos trabalhadores.

Outra área de atuação do governo é a sua relação com os sindicatos. Sobre esta questão, o Banco ressalta aspectos positivos e negativos. Os aspectos positivos se referem ao papel que os sindicatos podem desempenhar no aumento da produtividade dos trabalhadores e da competitividade das empresas. Os aspectos negativos, dizem respeito ao seu comportamento monopolista, protegendo grupos minoritários de trabalhadores sindicalizados em situação privilegiada, em detrimento dos desempregados, dos que trabalham no setor rural e no setor informal. De acordo com essa visão, o Banco defende ou se contrapõe às práticas sindicais.

No que se refere ao seu papel positivo, o Banco considera que os trabalhadores ligados diretamente à produção detêm maior grau de informação quando comparados à equipe da administração sobre como aumentar a produtividade, e, podem compartilhar essa informação se estiverem convencidos de que se beneficiarão de qualquer mudança

resultante na organização. A presença do sindicato em nome dos trabalhadores, poderá diminuir a suspeita de que as informações por eles reveladas irá beneficiar apenas o empregador. Se o sindicato se empenhar em atividades que melhoram a eficiência, o sindicalismo pode ficar vinculado a uma organização mais produtiva, e portanto, ele poderá atuar na questão da segurança do trabalho, proporcionar formação no sentido da rotação de tarefas a fim de aumentar a flexibilidade e a eficiência, pode contribuir para a adoção de inovações para o aumento da produtividade trazidas pela mudança tecnológica, pela modificação da linha de produtos e pela reorganização do trabalho. A sua atuação negativa ocorre quando eles agem como monopolistas, melhorando os salários e as condições de trabalho de seus membros às custas dos detentores do capital, dos consumidores e trabalhadores não sindicalizados. Pois, os salários mais altos que os sindicatos conseguem para seus membros reduzem os lucros das empresas ou são passados aos consumidores na forma de preços mais altos. Ambos os efeitos levam as empresas com pessoal sindicalizado, a contratar menos empregados, aumentando a disponibilidade de mão-de-obra para o setor não organizado e causando a redução dos seus salários. Assim, onde o sindicato atua no sentido da alta dos salários, isso pode afetar negativamente a distribuição da renda. E, nas economias em desenvolvimento apenas uma pequena fração da população que trabalha, pertence a sindicatos. Uma outra atuação negativa dos sindicatos é no âmbito da política, quando ela ocorre, em oposição aos ajustamentos estruturais, baseados na liberalização e reestruturação industrial. Segundo o Banco, a oposição sindical à liberalização do comércio exterior e à privatização constituem uma estratégia racional, para manter mais altos os salários dos trabalhadores sindicalizados, em prejuízo dos não sindicalizados. A promoção da concorrência interna e da abertura para os mercados internacionais ajudará a conter esses efeitos negativos. Para combater os efeitos negativos dos sindicatos, o Banco defende o incentivo à competição e concorrência nos mercados de produtos, a negociação ao nível das empresas para evitar aumentos salariais monopolistas., a pluralidade sindical como incentivo para que os sindicatos existentes mantenham a qualidade dos seus serviços.

A legislação trabalhista deve alcançar um equilíbrio, protegendo os direitos dos sindicatos e limitando ao mesmo tempo o seu possível poderio monopolista. Os sindicatos têm efeitos positivos quando agem sobre a eficiência e equidade, ou seja, quando atuam num ambiente em que mercados de produtos são competitivos, as negociações coletivas ocorrem ao nível das empresas ou fábricas e as leis trabalhistas protegem o direito dos trabalhadores de se filiarem ao sindicato de sua preferência. Apreende-se que as teses do Banco sobre o papel do sindicato tiram-lhe qualquer conteúdo classista e político, pois desta perspectiva, ele deixa de ser uma organização dos trabalhadores e um instrumento de sua luta no conflito ou na conquista de benefícios e direitos com empregadores e passa a ser mais uma instituição a colaborar na correção dos “defeitos” do mercado. É importante lembrar que essa visão contraria toda a tradição do movimento sindical ao longo de sua existência, especialmente, aquela que consolidou os direitos sociais na sociedade salarial no decorrer do século XX. Bem como contraria também todo o pensamento político que de diversas maneiras procurou expressar o orientar a prática de trabalhadores, no sentido de, ou diminuir as desigualdades sociais, numa vertente mais reformista, ou de superá-las, de acordo com uma linha mais revolucionária. As diversas combinações ideológicas entre a teoria e a prática dentro desse vasto campo, composto de várias tendências, constitui o referencial histórico da organização dos trabalhadores que a concepção do Banco procura dismantlar para afirmar a sociedade de mercado e seus valores correspondentes.

Outra área de atuação dos governos ou do estado, ressaltada pelo Banco, é a da insegurança ou queda da renda por motivos naturais como velhice, doenças, desemprego, etc.

Esta questão afeta tanto o mercado informal como o formal. Para o mercado informal, o Banco reforça a tradição de transferências privadas de familiares para inválidos, velhos, etc., por um lado. E por outro lado, quando se trata de desemprego, ele propõe os programas de frente de trabalho para os desempregados que estejam dispostos a trabalhar por baixos salários, pois apenas os verdadeiramente necessitados os aceitarão. Para o setor formal, ele questiona o excesso de regulamentação e propõe a desregulamentação tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento.

O Banco considera que o sistema de seguro social tem dois riscos principais: entre os trabalhadores é o risco de que os seus beneficiários sejam aqueles em situação relativamente boa e que saiam ganhando em detrimento de outros trabalhadores. Entre empresários e trabalhadores, pode desincentivar a criação de empregos. Os benefícios por desemprego têm várias conseqüências negativas sobre o mercado de trabalho, levando alguns trabalhadores a não se empenhar na procura de trabalho ou a não aceitar empregos que não atendam suas aspirações. Por isso, o Banco propõe que o ônus do seguro seja transferido aos trabalhadores, mediante uma redução de salários dos empregados, através de alíquotas, determinadas pela sua probabilidade de perder o emprego. Além disso, propõe que nos países industrializados o benefício deve estar vinculado à busca de emprego e a dependência permanente do benefício por desemprego deve ser evitada. Também nos países em desenvolvimento, os regulamentos sobre segurança no trabalho dificultam as demissões, desincentivando a geração de empregos. Neste sentido os documentos mencionam que a regulamentação da estabilidade no trabalho no Brasil, na Índia, no Peru e no Zimbábwe, tornou os empregadores do setor formal mais cautelosos na contratação de pessoal permanente, induzindo o ritmo de criação de empregos formais. A regulamentação excessiva da segurança no emprego, criando obstáculos à geração de empregos formais, pode proteger os que exercem trabalho assalariado em prejuízo dos que estão fora – os desempregados e os que trabalham nos setores informal e rural. O argumento central da tese do Banco sobre a necessidade de desregulamentação dos direitos de e no trabalho é que a regulamentação excessiva (estabilidade no trabalho, pagamento de indenizações, seguro desemprego, salário mínimo, segurança, etc.) gera dois dos principais problemas que afligem o mundo do trabalho na atualidade e responsáveis pela desigualdade. São os “privilégios” entre os trabalhadores mais “protegidos”, responsáveis pelo desemprego dos demais e a redução de empregos, pois a regulamentação excessiva desincentiva a criação de empregos. Colocamos algumas idéias do Banco acerca dessa questão, porque elas constituem os fundamentos sobre os quais estão apoiadas as teses de que a regulamentação é responsável pelo desemprego e que constitui um “enviesamento” de um modelo de desenvolvimento ultrapassado e que a solução ou alternativa é a flexibilização desses

regulamentos, permitindo maior investimento por parte das empresas no setor produtivo e maior produtividade por parte do trabalhador, uma vez que seus ganhos estarão condicionados seu desempenho no mercado. São vários os questionamentos que poderíamos fazer sobre esta posição do Banco. No entanto, vamos nos ater a duas questões gerais: uma é a sua visão sobre a questão dos direitos dos trabalhadores, que são por ele tratados como entraves ao crescimento da economia e à geração de emprego. E, mais uma vez, chamamos a atenção sobre a sua concepção de democracia, que deve estar a serviço da acumulação de capital, e não assentada em direitos, conforme seus princípios políticos.

E a outra, é sobre o argumento de que a regulamentação é o fator responsável pelo desemprego. São vários os estudos e pesquisas que mostram que a desregulamentação não gerou empregos e sim, pelo contrário, a década de 90 é o momento em que se acirrou esse processo e também que exibiu maiores índices de desemprego (Mattoso, 1999).

Segundo Mattoso, a flexibilização das formas de trabalho apresentou resultados pífios em termos de geração de empregos, além de ter sido responsável por uma maior precarização do emprego e das relações de trabalho.

Outra questão que queremos mencionar é como esses fundamentos estão na base de algumas medidas do governo Fernando Henrique Cardoso, no sentido da flexibilização das relações de trabalho.

A outra área de atuação dos governos discutida pelo Banco é na produção de serviços, ou seja, como empregadores. Nessa questão consideramos importante mostrar algumas teses do Banco porque elas constituem os fundamentos da defesa dos princípios da privatização. Em primeiro lugar, ele caracteriza o funcionário público como pouco motivado e improdutivo. A causa disso, estaria localizada numa relação entre o caráter específico do serviço público que complica a sua monitoração e dificulta a mensuração do seu produto bem como a histórica adoção pelos governos de políticas de pessoal mal elaboradas, o baixo padrão salarial seria causado, por sua vez, pelas crises fiscais que atingiram a maioria dos países de renda baixa e média no final da década de 70 e na de 80. A compressão salarial seria um fator de maior deterioração da qualidade desses serviços.

Para solucionar o problema do funcionalismo público, o Banco propõe uma política de reformas no emprego público que contemple os seguintes pontos:

- ✓ quantidade de servidores, propondo a diminuição;
- ✓ salários mais compatíveis aos funcionários qualificados;
- ✓ seleção adequada de pessoal;
- ✓ recompensa por trabalho árduo fazendo com que os funcionários assumam a responsabilidade total por seus atos;
- ✓ reformas visando tornar as burocracias mais flexíveis e fazer com que a qualidade do trabalho desses servidores fique sujeita à disciplina do mercado de trabalho. Sobre este ponto, também poderíamos levantar várias questões, mas vamos nos ater a uma que consideramos relevante.

Mais uma vez, o Banco responsabiliza o trabalhador pela ineficiência de um serviço e por isso também é sobre ele que deve recair os custos de uma reforma ou modernização, através do desemprego de muitos. Esta questão é muito importante, porque ela acabou sendo um dos grandes argumentos da privatização, seja na área da produção, ou, de serviços (saúde, educação, etc.). Mas essa vinculação que a ideologia dominante estabeleceu entre setor privado e qualidade, também tem sido desmistificada durante esse período de privatizações.

Dessa tese geral sobre o campo de intervenção do Estado podemos concluir que, para o Banco, as formas históricas que a atuação estatal assumiu, principalmente no século XX, produziram vários “enviesamentos” que dificultam o crescimento econômico, o aumento da produtividade e a melhoria dos padrões de vida dos trabalhadores. E que, portanto, a intervenção dos governos deve ocorrer de acordo com a lógica e os valores da economia de mercado que, nesse momento, deve ser o de retirar a sua ação desses setores acima discutidos e implementar políticas voltadas à desregulamentação de direitos, à flexibilização das relações de trabalho, à privatização de setores produtivos e de serviços e de sua política de reformas que possam viabilizar a economia de mercado.

A última tese do Banco sobre as transformações em curso no mundo do trabalho, diz respeito às opções políticas e reformas consideradas corretas e necessárias dentro de uma exitosa estratégia de

desenvolvimento. Para discutir o tema, o Banco parte da seguinte indagação: se os problemas que atualmente afetam os trabalhadores se devem a questões de planejamento do programa que está sendo implementado, ou ao fracasso e desvios de modelos equivocados de desenvolvimento. E como fizemos anteriormente, vamos destacar e discutir alguns temas e argumentos levantados em torno do eixo central acima colocado. Em primeiro lugar, ele afirma que quase todas as regiões e países do mundo estão sendo afetados por transformações. O ponto comum entre as diversas experiências é o fato de estarem vivendo o fracasso de uma estratégia de desenvolvimento, forçando os países a implementar reformas. E também que a demora nesse processo prejudica ainda mais os trabalhadores, pois o programa de reformas constitui a via para o crescimento sustentado que é a base de uma transformação bem sucedida. E, neste sentido, a política governamental pode desempenhar um papel, preparando os trabalhadores para se adaptarem ao novo contexto. Quanto à natureza das diversas experiências de reformas, também existem três pontos comuns que se combinam de diferentes maneiras e que são: a estabilização macroeconômica, a liberalização comercial e dos mercados internos e a reforma institucional. Essas diferentes combinações ocorrem nas quatro regiões geopolíticas que vivem a experiência da transição rumo à consolidação da economia de mercado, configurando quatro padrões de desenvolvimento, discutidos anteriormente, são eles:

- padrão industrial pós-socialista,
- padrão latino-americano,
- padrão da África subsaariana e
- padrão agrário da Ásia.

Outro aspecto que é comum a todas as experiências dentro de cada padrão ou cenário das regiões geopolíticas é o impacto das reformas sobre o mercado de trabalho. E, por isso, o Banco considera que as respostas dos mercados de trabalho constituem um fator fundamental para o êxito do ajustamento e da reforma dentro da estratégia de desenvolvimento. A resposta adequada, segundo o Banco, é aquela capaz de mostrar flexibilidade para adequar os salários reais às quedas das demandas de mão-de-obra e também para esta desviar-se de setores em colapso ou inexecutáveis. O Banco reconhece, assim, que o programa de reformas ou ajustamentos implica em queda da demanda de mão-de-obra. E a adaptação a essa queda exige a flexibilização de normas, regras e leis que regulamentam o mercado de trabalho, a começar pelo declínio do salário real.

Outro ponto comum ao programa de reformas e ao conjunto de transformações é o deslocamento da mão-de-obra para setores de maior produtividade. Nesse caso também, o mercado de trabalho desempenha uma importante função quando promove uma mudança no salário relativo aumentando o dos setores em expansão, em comparação com os dos setores em contração. Os setores em expansão são aqueles mais

voltados e orientados para exportação, ao contrário dos setores de substituição de importações, cuja tendência predominante é a contração.

Outra questão importante refere-se ao papel da política na implementação do programa de reformas. Segundo ele, cabe à política ou ao “bom governo” a escolha e a seqüência das reformas, pois essa questão exerce forte impacto sobre o bem-estar dos trabalhadores. A primeira escolha da política se refere ao momento de iniciar o ajustamento. E a principal idéia do Banco acerca desse ponto é que quanto antes tiver início maiores serão as alternativas da transição. A segunda escolha é em relação ao ritmo ou rapidez do programa. Nesse caso, o Banco aponta uma defasagem entre a situação que reconhece como mais favorável ao trabalhador e a realidade, pois afirma que deste ponto de vista, o melhor caminho seria o gradual, eliminando paulatinamente os cargos, somente à medida em que os novos fossem criados. No entanto, a maioria dos países não têm a opção do enfoque gradual, pois iniciam o programa em meio de uma crise macroeconômica, com altas taxas de inflação e grandes deficits na conta corrente. Tendo assim que atacar simultaneamente a estabilização e a liberalização.

A terceira dimensão da política é quanto à seqüência das reformas. E neste ponto ele destaca a necessidade da reforma no mercado de trabalho, no sentido da flexibilização. O quarto aspecto do planejamento das reformas que cabe à política ou ao governo é o controle do nível da taxa de câmbio real, no sentido de evitar a sobre valorização real da moeda.

O quinto elemento destacado é a importância da legitimidade e credibilidade ou conforme o Banco, a economia política da reforma. Para isso, defende-se um pacto social entre trabalhadores, empresários e governos em torno de interesses comuns, com o objetivo de estabelecer consensos e superar conflitos, principalmente entre ajustes de salários e a necessidade de sua flexibilidade.

Quisemos destacar esses pontos para mostrar os fundamentos das políticas de flexibilização e o papel atribuído pelo Banco ao governo no sentido da desregulamentação do mercado de trabalho. Nessa discussão há um aspecto que traduz bem a concepção do Banco sobre o papel do Estado ou governo que não é o de formular propostas e elaborar política econômica de desenvolvimento, mas sim o de implementar o programa de reformas já definido.

Outro ponto que queremos destacar nessa tese geral sobre as opções políticas é a análise dos setores ou segmentos “perdedores”. Entre estes, o Banco destaca os trabalhadores não especializados e com baixo nível de instrução e os trabalhadores do setor formal, mais protegido, que não detêm capacidade de adaptação aos novos métodos e setores criados pelo mercado de trabalho em transformação. Sobre este aspecto reconhece-se que mesmo as reformas melhor planejadas produzem naturalmente “vencedores” e “vencidos”,

que entre os motivos já assinalados, deve-se também a um certo “grau de desigualdade necessária par o funcionamento da economia de mercado. Neste sentido, ele cita as diferenças salariais que são importantes para recompensar o investimento na capacidade e na experiência. Queremos chamar a atenção para a justificativa da pobreza, presente na idéia de que toda transformação produz naturalmente os “vencedores” e “vencidos”. E, também, da ambigüidade subjacente na explicação sobre a desigualdade que, por um lado, tem um “componente natural”, como acentuamos, mas que também é uma característica histórica da economia de mercado. Nos dois casos, tanto no aspecto “natural” quanto no do âmbito do “funcionamento do mercado”, a desigualdade é justificada como um componente constitutivo do crescimento, desenvolvimento e progresso econômico. Segundo o Banco, ela pode ser amenizada pela capacidade de adaptação dos mercados de trabalho para a qual é fundamental a implementação do programa de reformas, enfatizando-se a necessidade das políticas destinadas a promover a mobilidade da mão-de-obra, os programas de transferência e a preparação dos trabalhadores para a mudança. A questão da adaptabilidade também é naturalizada como a única via possível exigida pelas transformações em curso no cenário mundial em transição para a economia de mercado.

Finalmente o Banco tece considerações acerca das possibilidades de futuro para os trabalhadores com base nas análises gerais precedentes. Assim, ele projeta dois possíveis cenários que se caracterizam pela polaridade dos seus aspectos principais. De um lado prevalecem as tendências consideradas positivas ou convergentes, que configuram um quadro otimista e de outro, a predominância do sentido negativo cria o cenário pessimista ou divergente. A referência dessa construção é o problema da desigualdade, pois no cenário otimista ela tende a diminuir significativamente, enquanto no quadro pessimista a sua tendência é se manter ou aumentar.

Para discutir essa questão, o Banco parte da constatação de que no século XX a desigualdade da renda foi a tendência dominante na economia mundial. Não sendo essa percepção um apanágio do Banco é fundamental, no entanto, entendermos qual é a sua compreensão sobre a questão. E, mais uma vez, nos deparamos com os limites de sua análise que se restringe ao âmbito das diferenças salariais ao apontar como critério da desigualdade a diferença entre o grupo mais próspero de trabalhadores, composto pela mão-de-obra especializada dos países desenvolvidos ganhando sessenta vezes mais do que o grupo mais pobre dos trabalhadores rurais da África subsaariana.

Em nenhum momento aparece qualquer referência a um outro tipo de desigualdade interclasse ou segmento social que extrapole o âmbito do trabalho assalariado ou o universo do trabalho.

A vertente “otimista”, segundo o Banco, realiza-se se a estratégia de desenvolvimento seguir e reforçar as tendências predominantes, discutidas nas quatro teses gerais: crescimento econômico baseado no mercado; aproveitamento das mudanças internacionais; adequação de mão-de-obra e transição através do

programa de reformas, são fatores que asseguram a configuração do cenário convergente e que têm as seguintes características:

- grande investimento interno em capital;
- educação;
- infra-estrutura e tecnologia; liberalização do comércio através da implementação da Rodada Uruguai;
- capitalização das aptidões dos trabalhadores no mercado global, permitindo que os países atinjam posições mais altas na escala tecnológica;
- rendas em ascensão e
- queda da desigualdade entre países e regiões.

O cenário divergente caracteriza-se pelas tendências opostas:

- continuidade do protecionismo;
- lento crescimento das exportações e pequena mudança na divisão internacional do trabalho;
- lento acúmulo de capital e estagnação do comércio mundial;
- lento crescimento do PIB e aumento da desigualdade entre as regiões e dentro delas.

De acordo com essa perspectiva, o Banco defende o aprofundamento da globalização como um fator positivo para os países em desenvolvimento, pois ele fomenta a demanda de trabalhadores com baixo nível de habilidades. No seu ponto de vista o processo de globalização é benéfico e apresenta novas oportunidades para todas as regiões.

Vamos mencionar algumas das peculiaridades de cada região, discutidas e analisadas pelo Banco e das quais, ele aponta alguns de seus principais problemas atuais e sobre os quais ele apresenta alternativas de desenvolvimento. Com relação aos países industrializados, os problemas identificados são: a persistência do desemprego acompanhado do aumento da desigualdade, principalmente na América do Norte e no Reino Unido e também na Europa e o crescimento de uma subclasse com poucas oportunidades de emprego é uma característica desse processo. Para enfrentar esse problema, o Banco aponta alternativas de flexibilização em contextos de crescimento geral da demanda de mão-de-obra. Quanto aos países da Ásia Meridional, China e Vietnã, o grande problema atual apontado consiste na fragilidade de sua integração no comércio internacional. Esta deve ser incrementada, pois a esperança de aumento de renda dos trabalhadores desses países está no grande surto atual de produtos intensivos de mão-de-obra. Some-se a isso a necessidade de se reformar as políticas trabalhistas nos países onde existem pequenos grupos de trabalhadores bem remunerados que gozam

de alto grau de segurança no trabalho e benefícios não salariais, pois a regulamentação é excessiva e os trabalhadores têm grande poder político. Com relação à África subsaariana, o Banco considera como o continente que representa o maior desafio à ordem mundial emergente e que as suas perspectivas internacionais são incertas. Nesse continente o processo de reformas definido com base nas quatro teses gerais, ainda se encontraria muito atrasado e incompleto, impondo, portanto, a necessidade de implementá-lo. Esse processo deveria incrementar a produtividade, o capital e a eficiência através de espaços muito grandes que contemplem o programa de reformas, aumento significativo do investimento em infra-estrutura e melhoria da governança. Ressalta-se ainda a necessidade de realização de reformas agrárias de melhor acesso de agricultores aos financiamentos. Quanto ao mercado de trabalho deve ser reduzido o seu viés contra as pequenas empresas informais e a agricultura, ao mesmo tempo que deveriam ser iniciadas as reformas no setor público no sentido de melhorar a qualidade dos serviços. De acordo com o Banco essas medidas devem dar margem a uma redução do emprego público e uma estrutura salarial mais competitiva. E, também, que deve-se considerar a adoção de medidas, como uma abertura maior e mais rápida dos mercados agrícolas nos países industrializados, redução das dívidas e vinculação mais sólida com o resto do mundo através de acordos de livre comércio e sobretudo, com a Europa. O modelo exitoso, do ponto de vista do Banco, é mesmo a região da Ásia oriental, que tem sido um exemplo de investimento e participação internacional e assim, tem propiciado ganhos aos trabalhadores em termos de renda salarial. Seu crescimento, baseado nas exportações, deverá continuar através de uma crescente inserção na economia internacional, assim como também deverá se aprofundar o processo de transição das políticas trabalhistas em direção a formas mais racionais de segurança do trabalho formal.

Em relação à Europa Oriental e antiga União Soviética, o Banco afirma que o colapso da produção resultou em alto desemprego e que a retomada do crescimento deve acontecer através da reorganização da mão-de-obra, transferindo a do setor público para atividades mais produtivas. Afirma-se que o grande problema a ser equacionado, é a tensão social, da qual dependerá a estagnação ou a continuidade do processo de transição para a economia de mercado. Para o Oriente Médio e África do Norte, o Banco identifica a necessidade de resolver os conflitos internos de modo combinado com ações na área de política econômica e de uma redefinição do papel do estado no sentido de transformá-lo de motor de crescimento em regulador que permita a economia de mercado e também a racionalização das funções dos sindicatos.

Finalmente, sobre a América Latina e o Caribe, ressalta-se avanços no que se refere à sua integração na economia mundial e a possibilidade de um rápido crescimento econômico com recuperação dos salários. Considerando-se que os países que onde foram implementadas as reformas, como o Chile, a acumulação já está ocorrendo rapidamente. Mas restam problemas que devem ser atacados rapidamente, como a fraqueza da preparação da força de trabalho especializada, os vieses desfavoráveis à mão-de-obra em países onde a distribuição da terra é desigual como Colômbia e Brasil, havendo necessidade de realizar reforma agrária e a

revogação de políticas que dificultam o uso da mão-de-obra na agricultura. Os sindicatos devem desempenhar um papel importante nas negociações descentralizadas e também deve-se reformar as normas de contratação e demissões e atacar os problemas no setor público e aprofundar as reformas dos sistemas da seguridade social.

Com relação a todas as regiões, o Banco afirma que os governos atuam de acordo com o legado de políticas e estruturas de desenvolvimento do passado, mas que desempenham um grande papel no sentido de escolhas políticas internas e internacionais que podem ou não conduzir a melhoria nos padrões de vida de todos os trabalhadores. Se os governos cumprirem bem o seu papel e as condições forem favoráveis, os trabalhadores devem ter condições de decidir quanto ao emprego de negociar as condições de trabalho e tomar decisões quanto à educação dos filhos. Ou seja, a economia de mercado deve propiciar um ambiente favorável à individualização de todas as mudanças e decisões no âmbito do trabalho.

Capítulo IV

SOBRE O TEMA EDUCAÇÃO

A intensa produção intelectual no campo da educação nas últimas décadas suscita uma questão que consiste no ponto de partida de nossas reflexões e considerações sobre o tema. A centralidade atribuída pelo Banco à educação e ao conhecimento na atualidade possui um significado específico na legitimação do processo de transformações na economia, no mercado de trabalho e na sociedade em geral. No entanto, a mesma preocupação se recoloca, de uma outra perspectiva, em tema central de ampla bibliografia que tem como eixo principal e comum a crítica ao neoliberalismo no campo da educação. A mesma relevância que o referido tema tem ocupado nas análises do Banco sobre os “êxitos” e “virtudes” ou os “fracassos” e “equivocos” das estratégias de desenvolvimento dos países, ou ainda, sobre os “vencedores” e “vencidos” no mercado de trabalho e na vida social, ela se afigura também como objeto de investigação por parte de intelectuais da área da educação, que tendo uma postura crítica ao modelo defendido pelo Banco, procuram resgatar outros valores desenvolvidos historicamente nesse campo, como democracia, igualdade e progresso.

Essa dualidade de visões indica que a educação constitui um campo fértil de disputa entre dois projetos ou modelos de sociedade que, num determinado sentido, envolve a relação entre desenvolvimento econômico e seus valores mercantis, como produtividade, competitividade e lucratividade e, em outro sentido, a relação entre progresso econômico e social e seus valores humanistas e universais tendo como fundamento a distribuição da riqueza, benefícios materiais e intelectuais e a generalização de um padrão de vida digno para toda a humanidade.

Conforme já discutido nos capítulos anteriores, também neste, vamos apontar alguns temas que, do nosso ponto de vista, são privilegiados e recorrentes na construção dessas duas vertentes opostas nos seus princípios, valores e concepções, mas que têm em comum o reconhecimento da importância da educação no desenvolvimento geral da sociedade. Retomando, então, a discussão que fizemos no Capítulo I, através de temas gerais, sobre as duas linhas de análise do atual processo, em curso, vamos circunscrevê-las, no âmbito

da educação a partir do texto de Santos (1999) exposto no referido capítulo. Mostrando a predominância do caráter mercantil, utilitário, pragmático e instrumental da educação na era da globalização, como resultado da ruptura do equilíbrio entre a formação para a vida plena, de acordo com o moderno conceito de cidadania e a formação para o mercado de trabalho, segundo as necessidades de qualificar a força de trabalho para corresponder aos novos processos e tecnologias de produção, o autor aponta e remete a várias questões de fundamental importância, referente à relação entre desenvolvimento, trabalho e educação¹⁴.

O ponto de partida dessa discussão é a clássica dicotomia do papel da educação na modernidade entre a formação técnica da mão-de-obra dentro de uma tradição inaugurada pela revolução industrial, que imprime um sentido adaptativo da educação às transformações do trabalho e a formação mais ampla e geral dos cidadãos dentro do legado das revoluções políticas que têm como mote, o questionamento da desigualdade natural entre os homens. Conforme já discutimos no capítulo anterior, segundo Castel (1998), o fundamento dessa dicotomia é a separação entre mercado e sociedade, que constitui o ponto de partida da modernidade e produz a cada momento histórico, várias possibilidades de futuro para a humanidade, definidas pelas opções e escolhas dos homens e mulheres sobre seus destinos.

Essa dicotomia reapresenta-se, repõe-se e reatualiza-se em várias oposições e polarizações de temas variados, dos quais iremos destacar alguns, que compõem o atual domínio de análises, reflexões e concepções na área educacional, na qual ocorre a disputa entre dois projetos ou dois significados da educação.

Vamos esboçar algumas teses e idéias que sustentam essas duas vertentes teóricas e políticas retomando a discussão sobre o conceito de capital humano, tal como é formulado pelo Banco. Ele deve ser compreendido dentro da tradição de pensamento que prioriza o elemento econômico e tecnológico como fatores determinantes do progresso da humanidade em detrimento dos componentes culturais e políticos das transformações históricas. Essa afirmação se fundamenta na relevância dada pelo Banco à questão da produtividade, considerado como o principal fator que se desenvolve como decorrência do maior investimento em capital humano, impulsionando assim, o crescimento econômico e promovendo o combate à pobreza. A centralidade da educação no discurso do Banco explica-se por ela se constituir num elemento essencial da formação e desenvolvimento do capital humano que, nos marcos da economia de mercado, é um fator essencial do progresso e “êxito” dos países nas suas estratégias de desenvolvimento.

Ainda, de acordo com essa linha de reflexões sobre a centralidade da educação no discurso do Banco Mundial na atualidade, convém destacar a perspectiva por ele colocada, de superação das desigualdades entre indivíduos e entre países. É clara a sua posição acerca do papel primordial da educação como fator de

¹⁴ Essa relação é clássica na história do capitalismo, pois o tema do desenvolvimento como questão prioritária colocada pela revolução industrial, ocorreu juntamente com a valorização do trabalho como fonte de

crescimento econômico, de redução da pobreza e de atuação do “bom governo” no sentido de colocar em prática “políticas econômicas e sociais racionais” (Banco Mundial, 1996). Do ponto de vista do Banco, a educação na atualidade, deve cumprir duas prioridades: o atendimento da crescente demanda por parte da economia de trabalhadores adaptáveis e capazes de adquirir sem dificuldades novos conhecimentos e também o de contribuir à constante expansão do saber necessário ao progresso tecnológico (Banco Mundial, 1996). O cumprimento desses objetivos constitui a estratégia principal do organismo multilateral no combate à pobreza, definida através de duas linhas de atuação. A primeira consiste no uso produtivo do trabalho, considerado o principal ativo dos pobres e a outra é a prestação de serviços sociais básicos aos necessitados. Essas duas frentes de combate à pobreza implicam em investimento no capital humano, para cuja composição a educação conta como um elemento fundamental.

“La educación, especialmente la educación básica (primaria y secundaria de primer ciclo), contribuye a reducir la ‘pobreza al aumentar la productividad de los pobres, reducir la fecundidad y mejorar la salud y dotar a las personas de las aptitudes que necesitan para participar plenamente en la economía y en la sociedad. De modo más general, la educación contribuye a fortalecer las instituciones civiles, a crear una capacidad nacional y a promover el buen gobierno que son elementos esenciales para la implantación de políticas económicas y sociales racionales”. (Prioridades y estrategias para la educación, Banco Mundial, 1996).

Além de promover o aumento da produtividade, que é um valor essencialmente mercantil, atribuído à educação, esta possui também, da ótica do Banco, funções sociais e políticas que se encontram subordinadas à concepção do “bom governo”, pois este é o limite da ação política que, como vimos anteriormente, é determinado pela lógica do mercado e da acumulação de capitais.

O incremento do capital humano através da educação, como estratégia de combate à pobreza e redução das desigualdades, de acordo com o raciocínio do Banco, impõe alguns desafios que devem ser enfrentados. São eles:

- ✓ aumento do acesso à educação em alguns países;
- ✓ melhoria da equidade;
- ✓ elevação da qualidade do ensino e
- ✓ agilização do ritmo da reforma da educação.

riqueza e da educação voltada à qualificação da força de trabalho.

Em seus documentos a respeito do tema, o Banco ressalta sempre o que ele considera como exemplo exitoso dos países asiáticos, conforme sua visão:

“La reforma oportuna puede reportar beneficios en terminos de crecimiento económico y reducción de la pobreza, como se observa claramente en los países de Asia oriental que han hecho grandes inversiones en capital humano basico tanto para hombres como mujeres”. (Prioridades y estrategias para la educación, Banco Mundial, 1996).

O êxito dos países asiáticos dentro da estratégia de superação das desigualdades e dos atrasos econômicos, através do investimento em capital humano, teria ocorrido como resultado do enfrentamento dos desafios acima colocados, e por isso, devem erigir-se como modelo aos outros países. O primeiro desafio colocado aos países mais pobres da África, Ásia Meridional, Oriente Médio e Norte da África, diz respeito à necessidade de ampliação do acesso à educação básica por parte de sua população, pois o problema do analfabetismo nesses países continua sendo, da ótica do Banco, um dos mais graves na atualidade. A mesma gravidade, o Banco imputa ao problema da ausência de equidade, principalmente, quando esta afeta grupos em desvantagem, incluindo os pobres, as minorias lingüísticas e étnicas, os nômades, os refugiados, os meninos e meninas de rua e os que trabalham. Entre os grupos em desvantagem, o Banco ressalta as mulheres, devido ao diferente acesso segundo o critério de sexo, que contribui para a formação das desigualdades entre homens e mulheres durante a vida. Considera que essas diferenças são pequenas na maioria dos países da Europa, Ásia Central e América Latina, mas continuam sendo expressivas no Oriente Médio, Norte da África e Ásia Meridional, onde não se verifica tendência à diminuição da discriminação sexual. Quanto à qualidade da educação, o Banco constata que ela é deficiente em todos os níveis nos países mais pobres e médios e os estudantes dos países em desenvolvimento apresentam um nível de rendimento mais baixo do que o dos países industrializados. Finalmente, quanto ao último desafio colocado pelo Banco, que consiste na implementação da reforma dos sistemas de educação, o documento (Prioridades y Estrategias para la Educación, 1996) explicita o seu caráter de adequação às transformações econômicas e a necessidade de apressar a sua realização principalmente nas economias em transição da Europa Central e Oriental.

“Las nuevas teorías sobre el crecimiento económico indican que un ritmo más acelerado de cambios tecnológicos aumenta la tasa de crecimiento económico a largo plazo. A su vez, los cambios tecnologicos aumentan com más rapidez cuando los trabajadores tienen un nivel más alto de educación. En consecuencia, la acumulación del capital humano, y concretamente de conocimientos, facilita el desarrollo de nuevas tecnologías y es fuente de crecimiento autosostenido”. (Prioridades y estrategias para la educación, Banco Mundial, 1996).

Nas citações destacadas do Banco e considerações nossas acerca de suas posições, quisemos acentuar alguns aspectos, como o raciocínio econômico presente em suas análises sobre a relevância do capital humano para o crescimento econômico e, conseqüentemente, a instrumentalização da educação para se obter com eficiência a consecução desse objetivo. É mais uma vez, queremos assinalar a ênfase na idéia de modelo exitoso dos países asiáticos que adquiriram o estatuto de paradigma porque combinaram ingredientes fundamentais em sua estratégia de desenvolvimento: economia de mercado e investimento em capital humano.

É importante acentuar que o Banco utiliza algumas idéias, conceitos, termos e palavras que se repetem em suas análises sobre o problema da desigualdade entre os países e o papel da educação para superá-las. Para ilustrar essa idéia poderíamos mencionar: o maior acesso da população pobre à educação básica, a questão da equidade, o princípio da flexibilidade, a importância da participação da comunidade, a busca da eficiência, o modelo dos países asiáticos, etc. Esse universo de análises, diagnósticos, pesquisas, políticas e projetos pode ser considerado como um campo científico e ideológico, de acordo com as noções que estamos utilizando nesse trabalho, como a de paradigmas, de modelos e de discurso competente (Chauí, 1978, 1984 e 1988), e que indicam que o “saber científico” e a ideologia não se encontram em campos opostos.

Souza (1999), afirma que o conjunto de atividades do Banco Mundial, que abrange desde os recursos financeiros disponibilizados aos projetos dos diversos países até o trabalho intelectual de pesquisas, estudos, diagnósticos e prognósticos de regiões e países mostram a construção de um campo científico sobre o desenvolvimento em âmbito mundial. Concordando com essa análise, consideramos o conceito de capital humano um elemento constitutivo e importante do campo científico, pois, além de ser privilegiado pelo Banco como um dos fatores principais do aumento da produtividade e conseqüentemente do crescimento econômico e da diminuição da pobreza, ele permite estabelecer a vinculação entre desenvolvimento, trabalho e educação, segundo a perspectiva do Banco. Outra questão que consideramos relevante no conceito de capital humano como fator de progresso, segundo a concepção do Banco, é a dimensão individualizada que ele contém no seu potencial de produtividade, crescimento econômico e equidade. Ou seja, o capital humano é um patrimônio individual que se adquire no mercado pelo consumo de conhecimentos, incluindo entre estes, a educação básica, o saber técnico, aptidões e atitudes e volta para o mercado através da produtividade.

“La educación contribuye al crecimiento económico a través del incremento de la productividad individual resultante de la adquisición de aptitudes y actitudes, y a través de la acumulación de conocimientos. La contribución de la educación se puede calcular por su efecto en la productividad, que se mide comparando la diferencia de ingresos a través del tiempo de las personas con y sin un tipo determinado de educación

com el costo para la economia de producir esa educación. (Prioridades y estrategias para la educación, Banco Mundial, 1996).

Essa concepção individualista de capital humano está apoiada no princípio que fundamenta a vertente do liberalismo econômico de que a liberdade do indivíduo maximizador se expressa no mercado, pois este é o lugar da racionalidade e deve imprimir o sentido da relação entre desenvolvimento, trabalho e educação (Gentili, 1995; Frigotto, 1995; Torres, 1995). Esse viés economicista perpassa todas as análises do Banco acerca do papel, dos objetivos, dos conteúdos da administração e gestão, dos critérios de avaliação da educação na atualidade. É nesse sentido que se deve compreender a sua concepção de que a educação deve atender aos novos requisitos impostos pelas transformações do mercado de trabalho, que acompanha o movimento da economia, no sentido da consolidação dos princípios do mercado. Dentro desse amplo processo de transição e transformações encontramos várias tendências que representam propostas e projetos diferentes de sociedade e se opõem cotidianamente nas diversas dimensões da sociedade, entre as quais a educação se configura como um campo privilegiado. Conforme já afirmamos diversas vezes, atualmente, há uma tendência hegemônica que caminha no sentido de consolidação das “leis” de mercado e seus valores individualistas, privatistas, aos quais a educação deve corresponder, numa perspectiva de formação e qualificação para o mercado de trabalho. E uma outra vertente do pensamento e da prática nesse campo propugna por uma educação comprometida com valores modernos que fortalecem o coletivo, o público e a formação de cidadãos.

Na primeira tendência, para a qual muito tem contribuído a esfera de atuação do Banco, de acordo com o seu campo científico e ideológico de intervenção na realidade, os critérios de produtividade, eficiência e equidade, são fundamentais para a definição da reforma da educação, no sentido anteriormente discutido de maior correspondência ao mercado de trabalho visando o crescimento econômico.

De acordo com essa perspectiva é que podemos compreender as críticas do Banco à escola pública e por outro lado, a sua defesa por parte de vários segmentos sociais envolvidos com a recuperação financeira, administrativa, política e moral das políticas públicas. Segundo o ponto de vista do banco, os atuais sistemas de ensino são pouco apropriados para enfrentar aqueles desafios colocados acima, como estratégia dos países pobres e em desenvolvimento para implementar o crescimento econômico e combater a pobreza através do incremento do capital humano. O organismo reconhece as razões que justificam a intervenção pública na educação como a possibilidade de reduzir as desigualdades ao abrir oportunidades aos setores mais pobres e os grupos em desvantagem e compensar assim as deficiências do mercado, dentro daquela concepção discutida no capítulo anterior de que a ação do estado deve restringir-se a corrigir as injustiças e defeitos do mercado, no sentido de reforçá-lo.

No entanto, o Banco acusa essa intervenção pública de ineficiente e inequívota na efetivação de seus propósitos, devido ao mau uso dos gastos públicos, da administração e gestão e também por não atender às necessidades de muitos estudantes pobres, por ausência de vagas, estrutura ou outra razão equivalente. Qualquer que seja o motivo o Banco sublinha a inadequação da escola pública quanto aos objetivos de promoção da eficiência e equidade na formação de trabalhadores “aptos” e “capazes” para o mercado de trabalho em transformação. Da sua constatação das contradições que afetam a escola pública, o Banco extrai algumas conclusões que se transformam em princípios norteadores de políticas educacionais e de gastos públicos em educação nos países pobres e em desenvolvimento.

Neste sentido, estabelece como prioridade do gasto público, a educação básica nos países que ainda não conseguiram universalizar as matrículas no nível primário e secundário e, por isso, enfrentam o grave problema do analfabetismo. Considera que o gasto público na educação primária favorece os pobres, mas o gasto público na educação em geral e, sobretudo no nível superior, favorece os ricos, pois além dos custos por aluno serem mais altos nestes níveis, poucos estudantes de famílias pobres chegam ao ensino superior. O Banco acredita que essas insuficiências e inequidades junto com o crescimento dos números de matrículas nas escolas públicas têm aumentado a proporção do Produto Nacional Bruto (PNB) destinado ao gasto público em educação e reduzido o gasto real por estudante do nível primário e secundário. Com base nessa constatação da situação atual que ele descreve como de iniquidade e ineficiência com o aumento do número de matrículas e diminuição de recursos por estudante e declínio da qualidade de ensino, o relatório revela uma preocupação diante da possibilidade do agravamento, caso não haja uma maior racionalização e eficiência por parte dos gastos e políticas públicas destinadas à educação. Chamamos a atenção para a ênfase atribuída ao termo eficiência associado à necessidade da reforma adequada e correspondente às transformações no âmbito do trabalho e da economia de modo geral. E também para o raciocínio do Banco, que parte de uma constatação de senso-comum sobre um aspecto da realidade que revela o problema da desigualdade social e sem aprofundar na sua explicação, extrai um princípio que apoia o conjunto de análises e justificativas de sua posição sobre o papel da educação na atualidade e a maneira mais adequada de viabilizá-la. É o caso da escola pública que de fato vive a crise de não corresponder mais ao seu ideário, tanto no que se refere ao mercado de trabalho, cuja explicação encontra-se nos meandros da crise estrutural da sociedade capitalista, como também de formação da cidadania. Entretanto, tem que se compreender as razões dessa deterioração de papéis e valores relacionada a um conjunto de fatores, desde a condução das políticas públicas, a crise econômica e social, com o aumento do desemprego, da pobreza e da exclusão, até a fragilização dos valores universais democráticos, humanistas e republicanos em favor do fortalecimento dos valores mercantis, individualistas e privatistas que caracterizam as relações sociais nas sociedades atuais.

Segundo Costa (1996), a corrente neoliberal, ou neoreformista tem como ponto de partida uma argumentação poderosa que é, justamente, a constatação da calamidade em que os sistemas escolares público encontram-se em países como o Brasil que, após décadas de gestão estatal, apresenta um quadro da escola que pode ser caracterizado pela inépcia, corrupção, clientelismo, favorecimento, mau uso de recursos públicos, rejeição a controles democráticos, etc. Este cenário, entretanto, deve ser compreendido dentro de um contexto mais geral, de caráter macroeconômico, político, social e cultural, conforme ressaltamos anteriormente. Pois, é esse conjunto de fatores que explicam o esvaziamento da escola pública tanto no que se refere ao aspecto de financiamento quanto no de cumprimento de seu papel social e também da qualidade do ensino.

Outro ponto que tem sido alvo de críticas do Banco na intervenção do Estado no âmbito da educação é o da administração, envolvendo questões de negociação de salários de mestres, programas de construção de escolas, reforma dos planos de estudo e também os insumos da educação e o método de aprendizagem. Nesse aspecto, o Banco defende o princípio da flexibilidade que deve combinar a gestão dos insumos e a verificação dos resultados. É nesse campo que o estado deve atuar no sentido de definir estratégias flexíveis para a aquisição e o uso dos insumos através da vigilância do rendimento escolar.

Sintetizando essas considerações gerais sobre a concepção do Banco acerca das funções da educação na atualidade, poderíamos afirmar que para a realização dos objetivos gerais por ele propostos e relacionados ao maior acesso da população pobre à educação, à equidade, à qualidade e à superação da demora na implementação da reforma, ele define uma estratégia para os países, que deve contemplar os seguintes pontos: dar mais prioridade à educação; prestar mais atenção aos resultados; direcionar a inversão pública para a educação básica; dedicar mais esforços à questão da equidade; promover maior participação da comunidade e garantir mais autonomia às instituições de ensino. Essas idéias gerais sobre objetivos e estratégias da educação estão relacionadas à noção de capital humano, que constitui um elemento fundamental para a explicação da questão central colocada no início do trabalho: *Qual é o significado que tem a centralidade da educação no discurso do Banco sobre as estratégias de desenvolvimento dos países?* Já mostramos que essa questão se explica pela sua relação com o crescimento econômico e o combate à pobreza, devido ao aumento da produtividade que o investimento em capital humano acarreta.

É importante ressaltar um outro aspecto da reforma proposta pelo Banco na área da educação, no sentido de atender e corresponder de forma mais adequada às exigências do mercado de trabalho. Trata-se das mudanças no significado do próprio conhecimento em função das transformações no campo do trabalho como os novos métodos e concepções de trabalho, inovações tecnológicas, mudanças organizacionais, novas qualificações.

“Estos cambios tienen dos consecuencias importantes para los sistemas de educación. En primer lugar, la educación debe estar concebida para satisfacer la creciente demanda de trabajadores adaptables, capaces de adquirir fácilmente nuevos conocimientos, en lugar de trabajadores con un conjunto fijo de conocimientos técnicos que utilizan durante toda su vida activa. Esta necesidad aumenta la importancia de las capacidades básicas adquiridas en la enseñanza primaria y secundaria general. En segundo lugar, los sistemas de educación – sobre todo a los niveles superiores y de posgrado – deben respaldar la ampliación permanente del acervo de conocimientos. (Prioridades y estrategias para la educación, Banco Mundial, 1996).

Analisando o novo paradigma de conhecimento e algumas diretrizes das políticas educacionais na América Latina, Miranda (1997) aponta a preocupação dos órgãos internacionais em pensar a ordem e a democracia para evitar que o processo de globalização gere mais pobreza e exclusão, comprometendo a estabilidade social e a paz mundial. A autora chama a atenção para os temas recorrentes na formulação das políticas educacionais na América Latina e são eles: centralidade do conhecimento, equidade, qualidade, novas formas de gestão (descentralização). Entre esses ela destaca a centralidade do conhecimento para mostrar que ele coloca também um novo padrão de conhecimento, mais adaptado às transformações gerais e especificamente ao mercado de trabalho. Ainda, segundo a autora, esse novo padrão possui algumas características que são opostas às do padrão anterior. Atualmente, o conhecimento é mais operativo e menos discursivo; mais interativo e comunicativo e menos particularizado; mais pragmático e menos intelectual; é mais global e menos setorizado, e também, é valorativo e não só cognitivo. A centralidade do conhecimento na sociedade contemporânea, segundo a autora, está relacionada ao seu caráter de informação no sentido de instrumentalizar a ação: ação política, pedagógica e cotidiana. Assim, forma-se uma ação instrumentalizada por uma noção de conhecimento ativa, interativa e pragmática. Exige-se para o conhecimento uma racionalidade mais instrumental, funcional, imediata e adaptativa aos processos produtivos. A autora afirma que os fundamentos do novo paradigma do conhecimento visam incorporar e difundir o desenvolvimento tecnológico. E ele consiste em três atividades: ação (saber fazer), têm um caráter de operacionalidade (saber buscar, acessar), utilização (saber usar), têm um caráter de funcionalidade, voltado para o uso de sistemas complexos; interação (saber comunicar); têm o caráter de circulação através da informática e das telecomunicações.

Miranda (1997) afirma que a produção e a difusão do conhecimento são determinantes do desenvolvimento econômico e social no atual estágio do desenvolvimento do capitalismo, de acordo com a perspectiva da “sociedade do conhecimento”. Ela afirma, no entanto, que essa valorização do conhecimento significa a incorporação do trabalho morto e a diminuição do trabalho vivo e, por isso, ainda trata-se de

pensar a centralidade do trabalho, não da perspectiva que ela considera economicista do Banco Mundial e que estabelece a vinculação entre educação e produtividade, mas a partir de uma posição crítica à essa tendência.

Vamos ressaltar agora outras questões que são objeto de crítica por parte de educadores e intelectuais da área da educação, que se contrapõem ao modelo neoliberal. A primeira que merece ser destacada é da própria concepção de reforma que, segundo a visão crítica, é pensada e executada pelos neoliberais como se fosse uma questão técnica, resultante de estudos e pesquisas elaboradas por especialistas e profissionais da área que detém o conhecimento científico, mas se diferencia de uma perspectiva política que envolve a participação de diversos atores sociais na formulação e realização conjunta de projetos educacionais e que considera as carências e necessidades do conjunto da população numa construção democrática (Connel, 1995). Segundo essa linha crítica, na visão tecnocrática, há um valor mercantil fortemente colocado que é a institucionalização da eficiência, considerada como um problema técnico e neutro em relação à política e despojado de ideologia (Connel, 1995). A crença na neutralidade do conhecimento está na origem da separação entre ciência e ideologia e encobre relações de dominação ao disseminar a idéia de que essa é a única explicação verdadeira sobre a realidade.

Do ponto de vista de Connel (1995), a questão da eficiência deve ser compreendida como uma instância de relações culturais de poder que implica em três atitudes de subordinação ao “argumento de autoridade” do poder: atitudes “adequadas” frente à autoridade; crenças apropriadas sobre a legitimação do conhecimento especializado e procedimentos necessários e determinados pela autoridade competente.

Os conceitos de eficiência e competência definidos com base na crença da neutralidade do conhecimento, atitudes, regras, normas e procedimentos são fatores cruciais e por isso “despolitizados” para a manutenção do poder ou do argumento de autoridade que separa os que *sabem* dos que *não sabem* ou os *técnicos* dos *leigos* (Chauí, 1981).

Essa dualidade de visões que separa dois campos ideológicos, científicos e políticos aparece acirradamente na discussão sobre a escola pública e a privatização do ensino, envolvendo concepções diferentes acerca da relação entre esfera pública e esfera privada. A primeira está ancorada na responsabilidade do estado e a segunda, fundamentada no primado do mercado como promotores e reguladores de políticas que incrementam a relação entre desenvolvimento, trabalho e educação em sentidos diferentes.

Desse modo, a ética do livre mercado contrapõe-se à ética pública de acordo com a concepção de que o mercado constitui a alternativa à “educação como monopólio público” com base no pressuposto do auto-interesse individual e racional como uma qualidade universal da natureza humana que expressa-se no mercado (Gentili, 1995). Ainda de acordo com a crítica à visão neoliberal, a perspectiva de mercado atribui

um valor instrumental à educação que se opõe à perspectiva de direito, segundo o conceito amplo de cidadania que abarca três ordens de direito: civis, políticos e sociais, conforme estabelecido na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1949 (Couvre, 1991). Dentro da crítica ainda, a perspectiva neoliberal impõe o ajuste da educação ao mercado pressupondo uma noção de liberdade definida de acordo com as necessidades de acumulação do capital e que produz políticas antidemocráticas desintegradoras do direito à educação e do aparato institucional que garante a concretização desse direito social, e materializa-se na escola pública (Gentili, 1995). Essa tendência antidemocrática, segundo o autor, advém do fato de que o mercado não é neutro e que, por isso, ele beneficia algumas classes em detrimento de outras. Tal característica mostra o “caráter dual” da sociedade que, de acordo com as representações ideológicas, forjadas sob a hegemonia neoliberal, divide-a entre “ganhadores” e “perdedores” e ilegítima pelas ideologias meritocráticas e do individualismo competitivo na ideia de aptidões naturais das pessoas.

Assim, de acordo com estas teorias o princípio do “mérito” legitima a divisão hierarquizante e dualizada das modernas sociedades de mercado e neste sentido, são contrárias à democracia, na medida em que o mercado é o espaço do não direito ou do direito de propriedade, que significa que as relações de compra e venda se baseiam nas desigualdades subjacentes de classes (Gentili, 1995). Dando continuidade a visão crítica considera que a desigualdade própria do mercado é a base sobre a qual ocorre o deslocamento da noção de igualdade de oportunidades e sua substituição pelo conceito de equidade, que estaria mais próximo da ideia de um “acordo entre desiguais” (Gentili, 1995). Na formulação desse conceito, as noções econômicas e tecnocráticas de eficácia, produtividade, eficiência e êxito formam o lugar de outras mais políticas, como a de participação democrática, igualdade de oportunidades, etc. Segundo essa vertente crítica, a retórica neoliberal contém um ponto importante que fundamenta a predominância dos valores de mercado em detrimento dos valores universais no campo educacional que é o ataque à atividade política ou aos conflitos como um elemento irracional, enquanto que a esfera das relações econômicas é considerada o lugar privilegiado da racionalidade. Esta matriz do pensamento configura-se como um dos fundamentos do viés economicista que predomina no pensamento, na concepção, na elaboração e na execução das políticas educacionais, na atualidade. E tem sido também responsável pela rejeição de abordagens que tinham como princípio o caráter público do ensino como o caminho democrático da solução dos problemas educacionais do país. Segundo essa linha crítica, o neoliberalismo tende a caracterizar como conservadores outros projetos e discursos que defendem políticas conduzidas por um estado preocupado em corrigir as desigualdades sociais e não as imperfeições do mercado, como pensa a corrente neoliberal (Costa, 1995).

Os princípios mercantis gerais de competitividade, soberania do mercado e esvaziamento da dimensão pública e da intervenção dos estados nacionais dão o tom e são responsáveis pela redução da educação à lógica do mercado. Segundo Torres (1995) o papel do Banco Mundial nesse contexto é o de

agente preponderante nas políticas de racionalização, estabilização e reestruturação econômica e educacional no capitalismo.

De acordo com essa perspectiva crítica a ênfase na questão da produtividade e outros valores mercantis tem a ver com diversos fatores importantes das relações econômicas que caracterizam a atual fase de acumulação de capitais, onde o Banco atribui uma função relevante à educação no atual processo de reestruturação produtiva. Souza (1999), mostra como, da ótica do Banco, a educação é vista como pré-requisito dos processos de reconversão produtiva para a inserção do país no mercado internacional, pois as políticas e reformas educacionais oriundas dos organismos internacionais, especialmente do Banco Mundial estão vinculadas à sua estratégia para os países da América Latina que envolvem financiamentos ajustes estruturais à economia internacional e às reformas da estrutura do estado brasileiro, de acordo com a configuração de um novo regime de acumulação de capitais. Este implica também, em mudanças nas formas de organização do trabalho, no uso das novas tecnologias, na força de trabalho e na natureza do atual processo de internacionalização e competitividade do capital (Souza, 1999).

Esse quadro geral explica o caráter instrumental e utilitário da educação no sentido de promover maior produtividade e de transferir ao indivíduo a responsabilidade e conseqüências de sua formação para o mercado de trabalho, de acordo com uma perspectiva individualizada de capital humano, conforme já mencionado anteriormente.

“A educação é essencial para o aumento da produtividade individual. A educação geral dota a criança das habilidades que podem ser mais tarde transferidas de um trabalho para outro, e dos instrumentos intelectuais básicos, necessários para a continuação do aprendizado. A educação aumenta a capacidade de desempenhar tarefas normais, de processar e utilizar informações e de adaptar-se a novas tecnologias e práticas de produção. (Relatório, 1995).

O Banco defende assim uma educação adaptada e orientada pelo princípio da flexibilidade do mercado, da tecnologia e das mudanças no conhecimento, necessário para a compreensão e desenvolvimento de novos métodos que aumentam a produtividade individual e a competitividade do capital. Segundo Sennet (1998), a ênfase na flexibilidade significa o ataque às formas rígidas de burocracia e também à rotina do trabalho. Essa mudança de concepção exige que os trabalhadores sejam ágeis e abertos a mudanças a curto prazo, que assumam riscos continuamente e que dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais.

“Flexibilidade designa essa capacidade de ceder e recuperar-se da árvore, o teste e restauração de sua forma. Em termos ideais, o comportamento humano flexível deve ter a mesma força tênsil: ser

adaptável a circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas. A sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis. As práticas de flexibilidade, porém, concentram-se mais nas forças que dobram as pessoas". (In: Sennett, Richard. A comoção do caráter, 1998).

Os aspectos ideológicos da construção intelectual do Banco, através dos termos flexibilidade no trabalho e equidade na educação têm sido objeto de reflexão de vários autores. Segundo Appay (1998), eles devem ser compreendidos no âmbito dos sistemas de legitimação que utilizam conceitos antinômicos para a elaboração de um pensamento com duplo sentido, cujo objetivo é produzir efeitos sociais de perturbação e de controle social que levam à paralisia da ação coletiva. Discutindo o caráter de submissão do paradigma de flexibilidade à ordem econômica dominante, a autora mostra como ele contribui para o processo de precarização social, ao mesmo tempo, que lamenta no plano moral seus efeitos sociais representados, principalmente, pelo crescimento do desemprego. Ainda, segundo a autora, o princípio da flexibilidade significa o reconhecimento e a rendição à uma realidade que sobrepõe, impõe e determina atitudes de adaptações políticas sociais e econômicas. Quanto ao conceito de equidade, a autora afirma que ele fundamenta um novo *compromisso de combate* pela oposição ao princípio da igualdade e que ele pretende restabelecer o contrato social em nome do princípio de discriminação positiva, que visa adaptar o princípio da igualdade em favor dos mais desprovidos através do sistema de compensação das desvantagens sociais ou físicas.

Dessas considerações gerais sobre algumas das idéias do Banco a respeito da educação na atualidade, gostaríamos de fazer algumas reflexões a partir do referencial crítico à corrente neoliberal. Nesse caso, em primeiro lugar, queremos colocar em discussão a sua posição de defesa do ensino público e com responsabilidade do Estado, somente na educação básica ou fundamental, para os países mais pobres ou em desenvolvimento. Tomando novamente o conceito de capital humano e com fundamento na hipótese geral desse trabalho quanto ao papel da legitimação do discurso *humanista* ou *social* do Banco sobre o processo em curso, queremos formular a questão seguinte. Se a ênfase na educação básica para os países periféricos não teria o significado também de consolidar uma economia de mão-de-obra barata global para a qual esse nível de escolaridade seria suficiente? Essa questão é formulada com base numa análise já mencionada neste trabalho, de que, na nova divisão internacional do trabalho na qual como vimos no Capítulo I, o Banco desempenha um papel fundamental, não apenas pela questão financeira envolvida nos projetos e “condicionalidades”, mas também na elaboração e divulgação de idéias, nessa nova organização mundial da produção, há um aumento da desigualdade entre países ricos e pobres. Uma das características desse processo é a globalização produtiva que organiza a produção capitalista mundial em cadeias produtivas desenvolvidas pelas grandes empresas transnacionais. Nessa nova divisão internacional do trabalho, a produção acontece em

alguns países considerados estratégicos, de acordo com suas vantagens comparativas, sendo que alguns produzem a tecnologia de ponta e outros oferecem a mão-de-obra barata, conforme critérios que possibilitem menor custo e maior lucratividade (Cano, 1999).

Analisando as diferenças no processo de reestruturação produtiva a partir de algumas de suas experiências significativas, Leite (1996) aponta para a tendência de uma nova divisão internacional do trabalho que leva a concentrar as fases mais sofisticadas do processo de produção em alguns países, ao mesmo tempo que promove uma externalização das fases mais simples em direção às regiões com maior concentração de mão-de-obra barata. Essa utilização mais predatória da mão-de-obra, segundo a autora, ocorreria em alguns países em desenvolvimento e também em nações do mundo desenvolvido onde a qualificação da mão-de-obra e o custo do trabalho são baixos. Além desse fator internacional, Leite (1996) cita várias pesquisas e estudos realizados na área de sociologia do trabalho sobre as diferentes realidades e que mostram uma grande tendência à segmentação do mercado de trabalho e implicam em diferentes requisitos de qualificação da mão-de-obra industrial. Refutando as teses lineares e deterministas sobre as tendências da qualificação da força de trabalho, que se polarizam entre duas vertentes, a da desqualificação e a da crescente qualificação, a autora mostra a convivência dessas tendências opostas num mesmo processo baseado em relações de complementaridade. Leite (1999) afirma que, atualmente, parece estar se conformando uma nova estrutura industrial em que uma forma de trabalho mais desenvolvida, estável, bem pago e qualificado, que ocorre geralmente em grandes e modernas firmas, se complementa com outras formas de trabalho informal e instável. E ambas as formas são constitutivas do sistema e se integram na atual cadeia produtiva. A autora ressalta ainda que o trabalho precário e mal pago cumpre um papel importante na garantia da flexibilidade e que ao invés de representar um setor atrasado que tenderia ao fim, ele se difunde do mesmo modo que na outra ponta da cadeia se desenvolve o trabalho qualificado. Dentro desse quadro geral, Leite (1996) discute também algumas questões referentes à formação profissional e treinamento. Com relação à primeira ela aponta o problema de o ensino vocacional estar sendo desincentivado por especialistas do Banco Mundial, através de uma política que separa a formação profissional da formação básica, ficando a primeira a cargo das empresas, enquanto a outra seria de responsabilidade do estado. A autora mostra que os argumentos que sustentam essa proposta do Banco são: o de que, atualmente, a formação geral é mais importante para as empresas do que a formação profissional, pois a segunda depende da primeira e também porque a formação técnica contaria com o interesse das empresas que procurariam desenvolvê-las através de cursos de treinamento. Quanto ao segundo, a autora destaca o argumento, também do Banco, de que a formação em determinadas profissões não se justificaria antes da entrada no mercado de trabalho e que elas deveriam ser desenvolvidos dentro das empresas. Com essas colocações gerais a respeito de formação e qualificação da força de trabalho, estamos querendo chamar a atenção para o princípio da flexibilidade, presente em toda essa

discussão, bem como no conceito de treinabilidade que, segundo a autora, seria essa a função das escolas prévias ao mercado de trabalho, da ótica do Banco. O conceito de treinabilidade contém as seguintes características:

- desenvolvimento da habilidade cognitiva;
- desenvolvimento de atitudes científicas;
- domínio da língua nativa;
- capacidade de comunicação;
- desenvolvimento de habilidades voltadas para as relações interpessoais;
- desenvolvimento da autodisciplina e responsabilidade.

No entanto, a autora questiona essas teses do Banco com base no argumento de que a justificativa do organismo internacional pressupõe a difusão do “modelo japonês” em nível mundial e isto significaria que o treinamento dado pelas empresas é uma realidade para todos os países. E continuando, a autora ressalta a existência de estudos que mostram as bases frágeis e questionáveis dos estudos encomendados pelo Banco e que, contrariamente aos seus resultados, uma outra análise (Bennell, 1995) mostra que não há evidências de que as taxas de retorno das escolas vocacionais sejam inferiores às taxas para os cursos de formação geral. A autora conclui o texto chamando a atenção para a impossibilidade de um mesmo modelo de formação para atender às necessidades de todos os países, e também lembrando que só as forças de mercado não são suficientes para abarcar os requisitos de mão-de-obra que as empresas necessitam. E, ainda, e mais importante, que as segmentações do mercado de trabalho apontam para a urgência de políticas voltadas aos setores menos favorecidos da mão-de-obra, cujo aperfeiçoamento é relevante em termos sociais e em termos de aumento da competitividade da economia nacional.

Queremos terminar esse capítulo colocando algumas idéias desenvolvidas por Coraggio (1996) a respeito do significado da educação na atualidade. Em primeiro lugar, vale sublinhar a sua posição sobre o papel de intelectual orgânico da globalização que o Banco vem desempenhando. Neste sentido o autor ressalta que a principal função do Banco é a produção de idéias.

De acordo com essa perspectiva, Coraggio discute também a noção de capital humano, destacando a idéia de êxito e o valor suposto na sua formulação, que ele aponta como sendo a competitividade em detrimento dos valores de cooperação e solidariedade e afirma que ser competitivo significa ter capacidade de passar pelas provas do mercado. O desenvolvimento do capital humano viria para corresponder a esses valores mercantis num duplo sentido: para instrumentalizar a força de trabalho com o objetivo de atender aos

pré-requisitos do novo padrão de produção e, ao mesmo tempo, criar uma legitimidade ideológica ao conferir características “humanas” ao processo. Nesse caso, a associação entre capital humano e combate às formas predatórias do capitalismo, como a degradação do valor do trabalho, do meio ambiente e da qualidade de vida, se basearia num conceito de competitividade perversa. O autor considera que essa retórica neoliberal legitima o processo de acumulação que se fundamenta nos valores de competitividade, qualidade e flexibilidade e coloca algumas exigências às quais o capital humano deve corresponder. Entre essas, ele cita uma oferta de trabalho social e tecnicamente flexível; um eficiente complexo de serviços para a produção, integrado ao sistema global de redes de comunicação e transporte, de informação e financeiras; redução dos custos diretos, sobretudo, salários e serviços na produção; redução de custos indiretos, principalmente as cargas fiscais; proteção dos direitos à propriedade e ao lucro privados, demonstração de vontade política para manter a estabilidade macroeconômica. Tais transformações exigem regras do *bom governante* que podem assim ser resumidas: desregulamentação da economia; redução dos direitos não vinculados à competitividade; saneamento das finanças públicas, promovendo privatizações de todas as atividades que possam se desenvolver como negócio privado; descentralização do estado nacional; investimento em conjunto com o capital privado, em infra-estrutura produtiva que apoie o setor moderno – exportador e dar seguimento a uma política macroeconômica que mantenha a estabilidade monetária, de acordo com as tendências do mercado.

Dentro desse quadro geral, ele mostra o caráter duplo, como foi mencionado acima do capital humano, pois segundo o Banco Mundial, seu principal objetivo é o ataque à pobreza. Coraggio relativiza essa posição do Banco, mostrando que para ele, o combate à pobreza é uma questão de equidade através da estratégia já discutida no trabalho, que consiste em duas frentes: promoção de uso produtivo do maior recurso dos pobres que é o trabalho e fornecimento de serviços básicos, em especial, saúde primária, planejamento familiar, nutrição e educação primária. De acordo com essa análise, a questão da equidade, que coloca à extensão dos benefícios *para todos* encobre o caráter dual do modelo de desenvolvimento.

“Nesse caso, a aparência do para todos esvai-se, e torna-se evidente a dualização do modelo, em que um direito pretendidamente universal é exercido de um modo por um cidadão de primeira (se obtido via renda) e de outro, por um cidadão de segunda (se alcançado via ação pública)”.
(Coraggio, 1996).

O autor mostra a limitação da idéia de “investir nas pessoas” para que os pobres obtenham maior “capital humano”, ponderando que numa economia de mercado a efetivação dessa capacidade depende do acesso a outros recursos (terra, crédito, tecnologia, informação, etc.) e da organização sócio-técnica dos usos do excedente econômico (estrutura dos investimentos de capital, das tecnologias desenvolvidas, dos bens e serviços que produz, etc.).

A última questão que queremos destacar na análise de Coraggio é a sua crítica teórico-filosófica à metodologia utilizada pelo Banco, baseada na análise econômica para seus estudos e políticas educacionais. O autor chama a atenção para o fato de que a principal metodologia na área da educação tem sido a teoria econômica neoclássica cujas recomendações contribuem para introjetar e institucionalizar os valores mercantis no âmbito da cultura, sendo que esta, na visão do autor, é muito mais ampla e envolve fatores sociais e políticos, não podendo restringir-se à lógica do cálculo econômico, como pensa o Banco. Outra questão importante, ressaltada por Coraggio, é a da frágil autonomia dos governos nacionais diante das recomendações do Banco quanto às prioridades educativas. Nesse caso, o autor considera que uma das razões explicativas é a quantidade de pesquisas empíricas associadas às políticas e também pela ausência de outras propostas melhor articuladas. Esse paradigma economicista, tecnicista e cientificista, embora procure apoiar-se no “conhecimento científico”, não assume a possibilidade da refutação da crítica e da reformulação, pois sua única preocupação é a de construir exemplos que tornem suas teses cada vez mais plausíveis. Neste sentido, considera que os governantes, intelectuais e técnicos nacionais são co-responsáveis pelas conseqüências dessas políticas, que se baseiam na idéia de que a educação é um elemento fundamental do capital humano e que o investimento em ambos é a via para o crescimento econômico e o combate à pobreza.

Considerações Finais

Considerando que a principal questão que pretendemos destacar ao longo do trabalho, em todos os capítulos, foi a relação de contradição e complementaridade entre a estratégia de desenvolvimento, formulada pelo Banco para os países periféricos ou emergentes e o seu discurso científico e ideológico do processo de transformação em curso, queremos nesta conclusão, apontar algumas disjunções e correspondências entre esses dois aspectos da realidade, construída através do atual modelo de acumulação de capitais e da ideologia que o legitima.

Em primeiro lugar, vamos mencionar uma característica de ordem epistemológica que se refere ao paradigma evolucionista, linear e biológico responsável pela produção de uma visão “naturalizada” dos fenômenos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais, que fundamentam as análises e propostas do Banco para o problema da desigualdade entre países e entre pessoas no espaço interno de cada país ou região. Essa visão está presente na sua concepção de desenvolvimento vinculada à economia de mercado, ou seja, a de que só esta pode propiciar as condições para que o primeiro ocorra. E, como decorrência dessa premissa, as diferenças de nível, grau, ritmo e intensidade de crescimento econômico e situação de vida da população entre os países se explicam pelos “enviesamentos” de estratégias ou modelos estatizantes e equivocados de desenvolvimento, que predominaram durante um período histórico em algumas regiões do mundo. Ao imputar a esses modelos anteriores e resquícios do passado, a explicação do atraso e problemas sociais de grande parte da população do planeta, o organismo transnacional busca conferir legitimidade às suas proposições atuais com base num “arcabouço científico” de pesquisas, diagnósticos e análises que comprovam suas teses.

Ao mesmo tempo, a “cientificidade” desses estudos reafirma o caminho da economia de mercado, implementado pelo “bom governo” através do programa de reformas, como o único capaz de superar os problemas de desigualdades, atraso, desemprego e pobreza da população. O ponto que queremos ressaltar nessa questão é o da utilização de um instrumento reconhecido como legítimo para analisar a realidade, que é dado pela “ciência”, cuja “objetividade” determinada pela exatidão de dados, estudos comparativos, tabelas e quadros estatísticos, encobre o ponto de vista ideológico do núcleo do poder financeiro, ou do “alto comando da economia mundial” (Arrighi, 1999), do qual o Banco Mundial é parte constitutiva e ocupando a posição de

intellectual orgânico produz o discurso competente que explica e justifica a nova divisão internacional do trabalho e o processo de globalização produtiva e financeira. Esse discurso fundamenta a construção do modelo único elaborado, em grande parte, das características dos países asiáticos dos quais o Banco extrai exemplos que utiliza para corroborar suas análises apoiadas numa concepção determinista de progresso, a partir da primazia atribuída aos componentes econômicos e tecnológicos do processo de desenvolvimento e combate à pobreza.

Quisemos chamar a atenção sobre o fato de que a aparente descontinuidade entre os elementos que acabamos de mencionar, como o paradigma evolucionista e biológico, a idéia de modelo único, o determinismo econômico e o discurso “humanista” e “social” são complementares e partes constitutivas da mesma estratégia definida pelo Banco para o desenvolvimento dos países e se manifestam nos vários temas abordados nos seus relatórios anuais.

Neste sentido, procuramos enfatizar como as questões da competitividade, da produtividade, da flexibilidade e da equidade perpassando as análises sobre os temas do desenvolvimento, trabalho e educação se combinam e se desdobram em princípios do modelo único de desenvolvimento, conforme tem sido ressaltado pelos críticos da ideologia neoliberal. Para ilustrar e melhor compreender essa questão, procuramos enfatizar o conceito de capital humano, pois ele constitui uma síntese da principal questão discutida nesse trabalho, que é a dualidade entre valores mercantis propugnados e perseguidos pelo Banco e os valores “humanos” que conferem legitimidade ao processo de transformações em curso. Esse conceito também se refere à representação do Banco sobre a sociedade atual e por ele compreendida através da divisão entre *vencedores* e *vencidos*. De acordo com esse ponto de vista, a aquisição de capital humano é o critério que define essa divisão social e por isso, ela não ocorre igualmente para todos, assim como também, ele constitui-se na única via possível para uma ascensão de uma condição à outra.

Outro ponto que queremos enfatizar nesta conclusão, concerne ao deslocamento do conceito de progresso de um campo de referência determinado por valores coletivos de igualdade, justiça social e cidadania num sentido amplo, para outro, onde predominam valores mercantis e individualistas sintetizados nesse conceito de capital humano.

E, finalmente, procuramos buscar alguns fundamentos da ideologia neoliberal que orienta o sentido dado ao processo de globalização que tem acentuado as diferenças entre ricos e pobres no planeta. Dentro desse cenário de dominação do capital financeiro e crescimento econômico insuficiente, de redução do poder do estado nacional para elaborar políticas econômicas voltadas aos interesses da população, de

desregulamentação de direitos, de crescimento do desemprego, da precarização do trabalho, de falência dos serviços públicos e de exclusão social, como pensar na utopia de um mundo livre da pobreza?

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: *Pós-neoliberalismo*. São Paulo : Paz e Terra, 1995.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis – RJ : Ed. Vozes, 1997.

BALTAR, Paulo E. de A.; DEDECCA, Claudio S. e HENRIQUE, Wilnês. *Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil*. Campinas : CESIT/UNICAMP, s.d. (mimeo).

BANCO MUNDIAL. *Do plano ao mercado*. Washington : Banco Mundial. (Relatório sobre o desenvolvimento mundial), 1996.

BANCO MUNDIAL. *O desafio do desenvolvimento*. Washington : Banco Mundial. (Relatório sobre o desenvolvimento mundial), 1991.

BANCO MUNDIAL. *O Estado num mundo em transformação*. Washington : Banco Mundial. (Relatório sobre o desenvolvimento mundial), 1997.

BANCO MUNDIAL. *O trabalhador e o processo de integração mundial*. Washington : Banco Mundial. (Relatório sobre o desenvolvimento mundial), 1995.

BANCO MUNDIAL. *Prioridades y estrategias para la educacion*. Washington : Banco Mundial. (El desarrollo en la practica examen del Banco Mundial), 1996.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial – *O trabalhador e o processo de integração mundial*. Washington, 1995.

BUARQUE, Cristóvão. *A desordem do progresso*. São Paulo : Paz e Terra, 1990.

CANNO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo : Edunesp, 1999.

CARDOSO, Ruth. *Folha de São Paulo* – Caderno Mais, março/1999.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social* – crônica do salário. Petrópolis – RJ : Vozes, 1998.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social* – uma crônica do salário. São Paulo : Vozes, 1998.

CHAUI, Marilena. A pastoral de Florença e a guerra de Seattle . *Folha de São Paulo* – Caderno Mais, 19/12/1999.

CHAUI, Marilena. Conformismo e resistência – aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1989.

CHAUI, Marilena. Ideologia e educação. In: *Educação e Sociedade*, n. 5, 1985.

CHAUI, Marilena. Uma ideologia perversa. *Folha de São Paulo* – Caderno Mais, março/1999.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo : Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza*. São Paulo : Moderna, 1999.

COHN, Gabriel Muitos culpados, nenhum responsável. São Paulo. *Folha de São Paulo* – Caderno Mais, 24/01/1999.

DEDECCA, Cláudio S. As políticas de qualificação e formação e seus efeitos sobre o mercado e as relações de trabalho: algumas experiências europeias. Projeto de pesquisa: **Emprego e Desenvolvimento Tecnológico** (Relatório de atividades). CNPq, DIEESE, CESIT. Campinas, SP, 1998.

DEDECCA, Cláudio S. e BRANDÃO, Sandra M. C. Crise, transformações estruturais e mercado de trabalho. In: *Crise Brasileira – anos oitenta e governo Collor*. São Paulo : CUT (DESEP) e INCA/Instituto Cajamar, 1993.

DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio e RESENDE, Edgar A. (orgs.) *Desafios da globalização*. Petrópolis – RJ : Vozes, 1998.

FIORI, José L. *Em busca do discurso político*. São Paulo : Insight, 1995.

FIORI, José L. Nova dolarização e o desenvolvimento ilusório. São Paulo. *Folha de São Paulo* – Caderno Mais, 24/01/1999.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a educação brasileira: uma experiência de cooperação internacional. In: OLIVEIRA, Romualdo P. (org.) *Política educacional – impasses e alternativas*. São Paulo : Cortez Ed., 1995.

FURTADO, Celso. Há risco de uma ingovernabilidade crescente. In: MINEIRO, Adhemar dos S.; ELIAS, Luiz A. e BENJAMIN, César (orgs.) *Visões da crise*. Ed. Contraponto, 1998.

GENTILI, Pablo. *Pedagogia da Exclusão*. Petrópolis – RJ : Vozes.

GIDDENS, Anthony. A terceira via em cinco dimensões. São Paulo. *Folha de São Paulo* – Caderno Mais, 21/02/1999.

HABERMAS, I. A muralha política. *Folha de São Paulo* – Caderno Mais, 18/07/1999.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural. São Paulo : Loyola, 1992.

HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. A política mudou de lugar. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio e RESENDE, Paulo E. *Desafios da globalização*. São Paulo : Vozes, 1997.

IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1996. 2ª ed.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. São Paulo : Paz e Terra, 1993.

LEITE, Márcia de P. A qualificação reestruturada e os desafios da formação profissional. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo : CEBRAP, n. 45, 1996.

LEITE, Márcia de P. *O futuro do trabalho*. Novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo : Scritta, 1995.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. Ed. Busca vida. 1987.

MAAR, Wolfgang L. Fim da sociedade do trabalho ou emancipação crítica do trabalho social. In: *Liberalismo e Socialismo*. São Paulo : Edunesp, 1995.

MATTOSO, Jorge E. Crise, transformações produtivo-tecnológicas e trabalho – panorama visto do Brasil. In: *Cadernos do CESIT*. (Texto para Discussão, n. 7) Campinas : Instituto de Economia da UNICAMP, 1992.

MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo : Scritta, 1996.

NASCIMENTO, Elimar P. Globalização e exclusão social: fenômenos de uma nova crise da modernidade. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio e RESENDE, Paulo E. *Desafios da globalização*. São Paulo : Vozes, 1997.

OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo : Brasiliense, 1989.

- POCHMANN, Márcio. *O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional*. Campinas – SP : CESIT/UNICAMP, 1998.
- POLANNY, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro : Ed. Campus, 1980.
- RODRIGUES, Leôncio M. Para o passado ou para o futuro. São Paulo. *Folha de São Paulo* – Caderno Mais, 24/01/1999.
- SANTOS, Milton. Os deficientes cívicos. São Paulo. *Folha de São Paulo* – Caderno Mais, 24/01/1999.
- SEGNINI, Liliana R. P. *Educação, trabalho e desenvolvimento: uma complexa relação*. Projeto de pesquisa Conceitos empregados na educação profissional. (mimeo. Apresentação em workshop).
- SILVA, Sérgio. Produção e Mercado – Propostas neoliberais e sociedade de mercado. In: *Liberalismo e Socialismo*. São Paulo : Edunesp, 1995.
- SINGER, Paul. Desemprego e Exclusão Social. In: *São Paulo em Perspectiva*. v. 10, n. 1, jan-mar/1996.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego – diagnóstico e alternativas*. São Paulo : Contexto, 1998.
- SUNKEL, Osvaldo. O debate econômico está muito confuso. In: MINEIRO, Adhemar dos S.; ELIAS, Luiz A. e BENJAMIN, César (orgs.) *Visões da crise*. Ed. Contraponto, 1998.
- TANGUY, Lucie. *Construction de la categorie formation dans un contexte de chômage en Grande – Bretagne*. In: *Revue Sociologie du Travail*. Paris : Dunod. n. 4, 1995.

- TANGUY, Lucie. *Éducation et Travail en Grande Bretagne, Allemagne et Italie*. Paris : Armand Colin, 1975.
- TANGUY, Lucie. *La formation, une activité sociale en voie de définition?* In: de Coster, M et Pichaut, F: *Traité de Sociologie du Travail*. De Boeck, Université, Bruxelles, 1994.
- TANGUY, Lucie. *Savoirs et Compétences – De L’Usage de ces Notions dans L’École et L’Enterprise*. Paris : L’Harmattan, 1994.
- TAVARES, Maria da C. e FIORI, José L. (orgs.) *Poder e dinheiro – Uma economia política da globalização*. Petrópolis – RJ : Vozes, 1997.
- TEIXEIRA, Francisco J. S. Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo? In: *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo : Cortez Ed., 1996.
- TOMMASI, Livia de.; WARDE, Miriam e HADDAD, Sérgio. *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo : Cortez Ed.
- VIANNA Jr., Aurélio. *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil*. Brasília : Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, março/1998.